

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

KESLEY CAROL DE CARVALHO

**PLANOS DE GESTÃO ESCOLAR EM SANTA CATARINA/
AMOSC: O QUE ELES DIZEM SOBRE A INOVAÇÃO
EDUCACIONAL?**

CHAPECÓ/ SC

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
CAMPUS CHAPECÓ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

KESLEY CAROL DE CARVALHO

**PLANOS DE GESTÃO ESCOLAR EM SANTA CATARINA/
AMOSC: O QUE ELES DIZEM SOBRE A INOVAÇÃO
EDUCACIONAL?**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.
Prof.º Drº Oto João Petry

CHAPECÓ/ SC
2024

FICHA CATALOGRÁFICA

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Carvalho, Kesley Carol de
PLANOS DE GESTÃO ESCOLAR EM SANTA CATARINA:: O QUE
ELES DIZEM SOBRE A INOVAÇÃO EDUCACIONAL? / Kesley Carol
de Carvalho. -- 2024.
55 f.:il.

Orientador: Professor Doutor Oto João Petry

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da
Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação,
Chapecó, SC, 2024.

1. Políticas Educacionais.. 2. Gestão Democrática..
3. Inovação Educacional.. 4. Qualidade.. I. Petry, Oto
João, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul.
III. Título.

Elaborada pelo sistema de Geração Automática de Ficha de Identificação da Obra pela UFFS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

KESLEY CAROL DE CARVALHO

PLANOS DE GESTÃO ESCOLAR EM SANTA CATARINA/

**AMOSC: O QUE ELES DIZEM SOBRE A INOVAÇÃO
EDUCACIONAL?**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), como requisito de defesa para obtenção do título de Mestre em Educação.

Prof.º Drº Oto João Petry

Este trabalho de conclusão foi defendido e aprovado em 27/11/2024

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **OTO JOAO PETRY**
Data: 15/04/2025 21:35:47-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Oto João Petry (UFFS)

Documento assinado digitalmente
 **EDITE MARIA SUDBRACK**
Data: 15/04/2025 08:12:56-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Edite Maria Sudbrack (URI)

Documento assinado digitalmente
 **ADRIANA MARIA ANDREIS**
Data: 23/01/2025 10:46:13-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adriana Maria Andreis (UFFS)

Documento assinado digitalmente
 **CAMILA CARACELLI SCHERMA**
Data: 15/04/2025 10:26:03-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Camila Caracelli Scherma (UFFS)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas aquelas que ingressam no curso de Pedagogia, que percorrem o caminho do estudo, do trabalho, o ser mãe estudante/ trabalhadora.

Com tantas destas pude compartilhar da conversa durante as aulas, durante os intervalos. Ouvia sobre como diziam que “dividir” a vida entre tantas funções as exauriam, porém não estavam cansadas da vida, e sim de como a vida, as cansava.

Ao dedicar esta dissertação a tantas mulheres, sinto que o meu propósito não é cessado ao ponto final. Mas continua em cada uma delas que poderá lê-lo.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é tornar o findar em comemoração, o encerrar deste trabalho foi a ajuda de tantas mãos que a cada dia me reergueram e diziam: Vai e continua.

E primeiramente, minha Mãe Oxum. Foi o brilho de minha caminhada, sua benção me trouxe ânimo, e mesmo que eu não estivesse em convergência com as minhas vontades, sabia que outro dia viria. Salve minha Mãe! Ora Ye Ye o! Salve a todos os Orixás!

Seguindo, ao meu companheiro, meu marido, meu amor, meu amigo, Mateus Pedroso, quem ouviu todas as minhas alegrias e choros neste percurso. Ele que me proporcionou viver o Mestrado e cumprir com meus compromissos. Você foi o meu amparo e sempre serei grata a toda a sua paciência, bom humor e persistência para que eu atingisse meu sucesso. Amo você.

Agradeço aos meus pais Paulo e Jani pela confiança. Eles sempre souberam... À minha irmã Karina Isabel, ela que me inscreveu no SISU para que eu pudesse ingressar na UFFS. Sem você eu não estaria aqui, você foi o início de tudo!

Agradeço a todos os professores que me incentivaram durante a graduação do Curso de Pedagogia na UFFS- Campus Chapecó, ensinaram e confiaram no meu processo, em especial ao professor Oto João Petry, que posteriormente, confiou novamente em me incluir em sua trajetória acadêmica sendo sua orientanda no Mestrado.

À CAPES, que ao subsidiar e facilitar minha permanência no PPGE, permitiu minha dedicação ao trabalho que concluí.

EPIGRAFE

Ainda que os inovadores não sejam necessariamente rebeldes, são obrigados a assumir atitudes combativas. As inovações motivam reajuste na distribuição e na organização das forças sociais, engendrando antagonismos dos que são perturbados “Se o antagonismo é penetrante e profundo, a inovação cai forçosamente. Porém, se satisfaz a uma necessidade ou suprime uma moléstia, ainda que seja ilusoriamente, logra perdurar”. (Wanderley, 1989, p.41)

RESUMO

Esta pesquisa se insere nos estudos do grupo de pesquisa em Gestão e Inovação Educacional vinculado a linha de pesquisa em Políticas Educacionais do Programa de Mestrado em Educação (PPGE) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó (SC). Problematisa “Em que medida os planos de gestão escolar de Santa Catarina são tidos como inovação educacional?” Tem como objetivo geral: Analisar, identificar e discutir o conceito de Inovação nos Planos de Gestão. A perspectiva de inovação utilizada no estudo advém das contribuições teóricas de Saviani e Wanderley (1989). Para estes autores as inovações educacionais expressam uma intencionalidade teórico-metodológica e não acontecem ou são introduzidas nos ambientes educacionais por acaso. Pensar de modo crítico as inovações constituiu uma tarefa importante e moveu o presente estudo. Para tanto, dentre outros autores, são trazidos para a discussão Gentili (1995), Paro (2000), Dourado; Oliveira e Santos (2007), Gadotti (2010), Palú e Petry (2020). Quanto ao método de abordagem, foi utilizada a dialética e quanto ao método de procedimento, a técnica de análise de conteúdo, fundamentada pelos seguintes autores e autoras: Bardin (1979), Moraes (1999), Petry; Barleta; Scherma (2020). O estudo teve como base empírica um conjunto de planos de gestão escolar de escolas da rede estadual de ensino situados na região da Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC), os quais foram examinados à luz da técnica de análise de conteúdo. Seguente à análise, foram identificados diferentes aspectos inovadores junto aos planos quando analisados pelas perspectivas de Wanderley (1989), muitas das ideias de inovação andam paralelas aos ideais neoliberais, do qual fazemos crítica pelo decorrer do texto. Ao final percebe-se que muitas escolas aderem às práticas inovativas devido a demanda nacional, impedindo muitas vezes a autonomia da escola em inovar junto às proximidades de sua realidade. Porém, é notório o esforço apontado nos planos de melhorias que precisam partir de movimentos que envolvam alunos, pais, professores e demais comunidade escolar.

Palavras-chave: Políticas Educacionais. Gestão Democrática. Inovação Educacional. Qualidade.

RESUMEN

Esta investigación forma parte de los estudios del grupo de investigación en Gestión e Innovación Educativa vinculado a la línea de investigación en Políticas Educativas del Programa de Maestría en Educación (PPGE) de la Universidad Federal de Fronteira Sul (UFFS), Campus Chapecó (SC) . Se problematiza “¿En qué medida los planes de gestión escolar de Santa Catarina son considerados innovación educativa?” Su objetivo general es: Analizar, identificar y discutir el concepto de Innovación en los Planes de Gestión. La perspectiva de innovación utilizada en el estudio proviene de los aportes teóricos de Saviani y Wanderley (1989). Para estos autores, las innovaciones educativas expresan una intención teórico-metodológica y no ocurren ni se introducen en los ambientes educativos por casualidad. Pensar críticamente sobre las innovaciones fue una tarea importante y impulsó el presente estudio. Para ello, entre otros autores, Gentili (1995), Paro (2000), Dourado; Oliveira y Santos (2007), Gadotti (2010), Palú y Petry (2020). En cuanto al método de abordaje se utilizó la dialéctica y en cuanto al método procedimental la técnica de análisis de contenido, basándose en los siguientes autores: Bardin (1979), Moraes (1999), Petry; Barleta; Scherma (2020). El estudio se basó empíricamente en un conjunto de planes de gestión escolar de escuelas de la red educativa estatal ubicadas en la región de la Asociación de Municipios del Oeste de Santa Catarina (AMOSC), que fueron examinados a la luz de la técnica de análisis de contenido. Tras el análisis, se identificaron diferentes aspectos innovadores en los planes, cuando analizados desde las perspectivas de Wanderley (1989), muchas de las ideas de innovación corren paralelas a los ideales neoliberales, los cuales criticamos a lo largo del texto. Al final, está claro que muchas escuelas se adhieren a prácticas innovadoras debido a la demanda nacional, lo que a menudo impide la autonomía de la escuela para innovar cerca de su realidad. Sin embargo, es destacable el esfuerzo destacado en los planes de mejora que deben partir de movimientos que involucren a estudiantes, padres, docentes y al resto de la comunidad escolar.

Palabras clave: Políticas Educativas. Gestión democrática. Innovación Educativa. Calidad.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1- Mapa do Estado de Santa Catarina, ilustrando as associações municipais em cada região.....	2
Figura 2 - Mapa Região AMOSC.....	28
Quadro 1- Pesquisa bibliográfica sobre a temática.....	31
Quadro 2- Documentos com temática inovação no portal CAPES.....	31
Quadro 3- Documentos com temática Inovação no portal de periódicos Scielo	32
Quadro 4- Descrição dos trabalhos encontrados.....	35
Quadro 5- Identificação codificada das escolas, nome do município, escolas que atenderam aos critérios “Notas IDEB por município”	65
Quadro 6- Escolas que atendem ao critério “palavra inovação”	69
Quadro 7- código da escola, se possui ou não a palavra inovação e suas orbitantes.....	70
Quadro 8- Unitarização das palavras chaves, mapeamento de documentos e quadros relacionados à análise	72
Quadro 9- Modelo de quadro das Categorizações a serem feitas. Ex: palavra TRANSFORMAÇÃO.....	74
Quadro 10- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Transformação/ transformações.....	74
Quadro 11- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Transformador/ Transformadora	79
Quadro 12- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Transforma.....	81
Quadro 13- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Transformar.....	82
Quadro 14- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Transformem.....	85
Quadro 15- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Transformá- la/ Transformá- lo.....	85
Quadro 16- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Inovou.....	86
Quadro 17- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Inovador/ Inovadoras	88
Quadro 18- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Inovação.....	89

Quadro 19- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Inovações.....	90
Quadro 20- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Inovar.....	91
Quadro 21- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Reforma/ Reformulando.....	93
Quadro 22- Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Clientela.....	93
Imagem 3- Nuvem de palavras- chave: Palavras com maior frequência.....	96

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ALCA- Área de Livre Comércio das Américas

AMAI- Associação dos Municípios do Alto Irani

AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe

AMAUC- Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense

AMAVI- Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí

AMEOSC- Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina

AMERIOS- Associação dos Municípios do Entre Rios

AMESC- Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense.

AMFRI- Associação de Municípios da Associação da Foz do Rio Itajaí

AMMOC- Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense

AMMVI- Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí

AMNOROESTE- Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense

AMOSC- Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina

AMPLANORTE- Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense

AMPLASC- Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina

AMREC- Associação dos Municípios da Associação Carbonífera

AMUNESC- Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina

AMURC- Associação de Municípios da Associação do Contestado

AMUREL- Associação dos Municípios da Associação de Laguna

AMURES- Associação dos Municípios da Associação Serrana

AMVALI- Associação dos Municípios do Vale do Itapocu

BNCC- Base Nacional Comum Curricular

CAPES- Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CIAC's- Centros Integrados de Atendimento à Criança

CIASC- Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina S.A

CIEP- Centro Integrado de Educação Pública

CPESC- Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina

FMI- Fundo Monetário Internacional

FNE- Fórum Nacional de Educação

FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GRANFPOLIS- Associação dos Municípios da Grande Florianópolis

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IGE- Instituto Gestão Educacional

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPES- Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

JEC- Juventude Estudantil Católica

JUC- Juventude Universitária Católica

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LDBEN- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC- Ministério da Educação

NEM- Novo Ensino Médio

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PISA- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PNE- Plano Nacional de Educação

PNLD- Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PUC- Pontifícia Universidade Católica

SAEB- Sistema de Avaliação da Educação Básica

SCIELO- *Scientific Electronic Library Online*

TIC- Tecnologia da Informação e Comunicações

UDESC- Universidade do Estado de Santa Catarina

UEM- Universidade Estadual de Maringá

UFAM- Universidade Federal do Amazonas

UFF- Universidade Federal Fluminense

UFG- Universidade Federal de Goiás

UFMG- Universidade Federal de Minas Gerais

UFRG- Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFSC- Universidade Federal de Santa Catarina

UFSCAR- Universidade Federal de São Carlos

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

UNISINOS- Universidade do Vale do Rio dos Sinos

UPF- Universidade de Passo Fundo

USP- Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	16
1.1 SOBRE A TEMÁTICA.....	17
1.2 INTERLOCUÇÃO DO ESTUDO COM ASPECTOS TEÓRICOS.....	19
1.2.1 Dimensões de inovação.....	19
1.2.2 Sobre a AMOSC e demais regiões de SC.....	26
1.3 METODOLOGIA.....	29
1.3.1 Estado do conhecimento: enfoques sobre a inovação educacional.....	31
2 A INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DIFERENTES CAMPOS E SUAS PROBLEMÁTICAS.....	40
2.1 INOVAÇÃO NO CAMPO PEDAGÓGICO E CIENTÍFICO.....	41
2.2 A INOVAÇÃO NO ÂMBITO DA GESTÃO EDUCACIONAL.....	44
2.3 CAMPO TECNOLÓGICO, DO FINANCIAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	46
3 INOVAÇÃO, PROXIMIDADES COM O DISCURSO NEOLIBERAL E AS IMPLICAÇÕES NA QUALIDADE EDUCACIONAL.....	50
3.1 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024) E AS APROXIMAÇÕES COM A INOVAÇÃO.....	52
3.2 DEFINIÇÕES E DIMENSÕES SOBRE A INOVAÇÃO.....	57
4 CAMINHOS DAS ANÁLISES DOS CONTEÚDOS DOS PLANOS DE GESTÃO: EXPLORAÇÃO E CONSIDERAÇÕES SOBRE O DOCUMENTO.....	60
4.1 SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA E A FERRAMENTA: PLANOS DE GESTÃO ESCOLAR.....	61
4.2 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS.....	67
4.3 UNIDADES DE ANÁLISE: PALAVRAS CONCEITO, FUNDAMENTAÇÃO E DISCUSSÃO.....	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
REFERÊNCIAS.....	100

1 INTRODUÇÃO

Inovação, na etimologia, do latim *innovatio.onis*¹, que significa aquele que inova, produz ação ou efeito da inovação. Possui como primeiro efeito a organização e melhorias, no âmbito educacional, que avancem a aprendizagem dos estudantes. Reconhecer este ato como um primeiro passo em busca na qualidade da educação requer um aprofundamento na complexidade do que é o cenário educacional e seus diferentes elementos constitutivos.

Reconhecer o papel e ações que orbitam ser educadora foi, e é um processo longo, contínuo e progressivo. Ao concluir a Graduação em Pedagogia, relembrei das fases, projetos, diálogos, disputas, conquistas, auscultações e palavras que partiam de mim e dos que estavam ao meu redor. Entender como se dá o processo qualitativo é uma necessidade principal de que o entendimento não estivesse apenas nas minhas palavras como interlocutora, mas em como cada conhecimento seria ouvido pelos outros, é um cuidado que ainda tenho e busco aprimorar diariamente. Entender esta excelência como processo e não como resultado é a essência quando nos referimos à Universidade Federal da Fronteira Sul.

Esta percepção está atrelada às articulações entre ensino, pesquisa e extensão, que de certa maneira constituem o que se entende pelo tripé que sustenta a Universidade. Salas de aula, laboratórios equipados, possibilitar o acesso da comunidade ao que se produz cientificamente, professores qualificados e políticas de acesso às pessoas com vulnerabilidade social, indígenas, imigrantes e estudantes de escolas públicas e difusão da ciência através dos programas de Pós-Graduação, são algumas das estratégias que possibilitam a construção do conhecimento por diferentes sujeitos, e que atrelados à inovação no espaço acadêmico, permitem maiores fatores qualitativos de ensino e aprendizado.

Em meio ao ambiente acadêmico, permito-me abrir olhares e voltá-los ao que se conhece de mundo. Nas rupturas de conceitos, reconhecimento de erros e correções com o apoio de pessoas capazes para isso, constitui esta multiplicidade dentro da universidade, e assim, muito mais do que educação, há uma variedade de culturas que estão ali, dispostas para serem compartilhadas.

Do meu ingresso no Programa de Pós Graduação em Educação, no qual empreendo esta dissertação, minha temática gravitava entre a gestão democrática e seus empenhos em relação à qualidade na Educação, porém, durante as aulas da disciplina eletiva do programa, denominada

¹ Dicionário Michaelis- ver referências.

Gestão e Inovação Educacional, ministrada pelo professor e meu orientador Oto João Petry, constei que a palavra inovação estava presente em muitos relatos educacionais durante as leituras, principalmente no que diz respeito à legislação e diretrizes qualitativas na educação. Me perguntava, ainda, ponderando sobre o assunto: de qual inovação se referia? Durante toda a manhã desta aula estava inquieta, e ali, durante a leitura do texto de Luiz Eduardo Wanderley- Parâmetros Sociológicos da Educação, encontrei o procedimento que me auxiliaria a entender estas indagações, quando Wanderley (1989) informa que:

No Brasil, as pesquisas existentes são insatisfatórias para avaliar os limites e as possibilidades que as modificações ao nível da educação sistemática e assistemática trazem e possam trazer para mudanças estruturais. De uma fase de supervalorização de suas funções, nos últimos anos, inclusive de ser considerada o fator privilegiado de superação das desigualdades sociais de nossa sociedade, chega-se a uma fase mais realista de que isso não aconteceu e de que as transformações operadas pela política educacional oficial geraram novas distorções. (p. 32)

Considere o fato do texto ter sido escrito ao final da década de 80, e realmente, os processos inovadores na educação e posteriores pesquisas, ainda iriam acontecer. Porém, no decorrer desta dissertação são colocados pontos que mostram que ainda são poucas as pesquisas na área da Inovação Educacional que não tenham relação com o âmbito tecnológico, e para além do que temos, encontro nas leituras e análises, conceitos hegemônicos neoliberais, que de maneira predadora, se embrenham nas escolas e nos atos pedagógicos, evidenciados nos documentos.

Esta pesquisa, está inserida na Linha de Pesquisa em Políticas Educacionais, vinculada aos estudos em “Gestão, inovação e financiamento da educação no âmbito das políticas e administração educacional brasileira”. Parte da curiosidade em saber quais movimentos a escola, como ambiente democrático, possui em seus documentos a inovação e como esta se caracteriza, assim como compreende-se, a abordagem modifica ou não os processos, os procedimentos e as materialidades das práticas didático-pedagógicas das instituições educativas.

1.1 SOBRE A TEMÁTICA

Hernández et al (2000) nos dão noção do que é a inovação, de maneira que ela “não é a mesma coisa para quem a promove, para quem a facilita, para quem a põe em prática ou para quem recebe seus efeitos.” (p. 19) Suplementar a isso, os autores observam, e por consequência este estudo parte do mesmo princípio, que a inovação é atrelada às ideologias estabelecidas em

determinados períodos. Assim, a inovação vem como um meio diferente ao que já é utilizado, favorecendo melhorias no espaço educativo.

A Inovação tem como um de seus “produtos” a qualidade, que é anelada à escola, aos governantes, e até mesmo como uma responsabilidade por vezes atribuída apenas aos professores. Atualmente é entendida como um espaço escolar que permite o acesso de todos, a permanência, somando assim ao conceito de sucesso escolar. São diversos fatores que influenciam nesta qualidade, situando a criança e o adolescente como cidadãos de direitos, e que também reconhecem seus deveres. De acordo com os autores Barleta; Petry (2022), coexiste uma dualidade onde:

[...] poucos têm muito e muitos têm pouco, repercute, diretamente, nas condições de acesso à educação. Acessar a educação é o primeiro passo de um processo, alcançar o sucesso durante o percurso formativo é um segundo passo não menos difícil e complexo quanto o primeiro.(p. 302)

A Inovação tem tido destaque nos documentos e legislações escolares e a qualidade está estritamente ligada às transformações que os agentes educativos podem proporcionar dentro da escola. Discutir políticas e instrumentos que ajudem a alavancar índices de qualidade, geram uma linha tênue entre uma educação inovadora democrática e uma educação inovadora com viés neoliberal, este que por sua vez é visualizado pelos conceitos de produtividade (através de metodologias que no âmbito educacional, deriva das avaliações nacionais nas escolas), da eficácia (a nota que resulta destas avaliações, acabando no que se reconhece como qualidade, ou não) e a qualidade, esta que por sua vez é o que legitima os métodos para alcançá-la.

Segundo Silva (1996, p. 14) é necessário “[...] compreender as estratégias que o projeto neoliberal no Brasil tem reservadas para a educação, é valioso compreender que esse processo é parte de um processo internacional mais amplo.” Entender cada papel de disputa nas escolas e no âmbito social-político é necessário também para conceber o pensamento de que sim, a escola possui o papel de transformação social, movimentos e rupturas, e quando se intensifica o discurso mercadológico dentro dela, é notável uma questão de exclusão que nasce dali.

No estudo, ensejamos a seguinte pergunta norteadora: Em que medida os planos de gestão escolar de Santa Catarina são tidos como inovação educacional?

Será necessário perguntar aos documentos e legislações escolhidas: 1. Os conceitos de inovação utilizados nas escolas têm sintonia ou guardam similaridade com os conceitos anunciados nas políticas educacionais? 2. Os conceitos de inovação são favoráveis ao acesso democrático à educação? 3. Qual ou quais conceitos de inovação estão empregues em seu conteúdo? 4. Os conceitos tidos como inovadores possuem quais aproximações com o discurso neoliberal?

Estas questões têm como objetivo encontrar similaridades entre o que é anunciado nos planos e o que constam os documentos orientadores das políticas educacionais; se os conceitos de inovação colocados nos planos de gestão favorecem ou prejudicam o acesso democrático dos estudantes à educação de qualidade; Se houverem conceitos de inovação, quais teores os mesmos carregam consigo? Dizem sobre a inovação de fato ou percorrem aproximados apenas de discurso?; e quando muito próximos apenas do discurso, estão alinhados ao conceito neoliberal?

1.2 INTERLOCUÇÃO DO ESTUDO COM ASPECTOS TEÓRICOS

1.2.1 Dimensões de inovação

Este estudo utilizará as quatro dimensões que Wanderley (1989) nos apresenta para realizar os processos de análise dos materiais empíricos, assim, considerando a importância deste entendimento, é primordial apreender cada uma das dimensões anunciadas. A **primeira dimensão** é a de **quais sujeitos inovam**.

Wanderley (1989) exemplifica que primeiro são criados por agentes sociais, “[...] podem ser nacionais ou estrangeiros, públicos ou privados. Eles podem, ainda, possuir qualidades de liderança ou não, agirem isolada ou coletivamente, com autonomia ou de forma associada.” (p. 42) Apesar do autor sinalizar posteriormente em seu texto, que esta criação pode, no campo educacional, ser ocasionada pelo “professor, [...] pesquisador, [...] técnico, [...] aluno” (p. 42). Temos neste texto, exemplos de que a maioria das políticas públicas citadas possuem em seu decorrer a inovação vinda primeiramente dos grupos de interesse na dominância de discurso, em segundo de organizações que mesmo estando no país interessado, possuem suas ações em conformidade ao enunciado. Temos pouca participação efetiva de professores e pesquisadores no núcleo desta discussão do que é mais conveniente naquele momento para a realidade do local.

Wanderley (1989) expressa esta inconsistência quando nos fala que:

Na área educacional, setores interessados dos países centrais pressionam para que os países periféricos incorporem as inovações modernas produzidas por eles, nas condições dadas por seus contextos sociais e para o atendimento de suas necessidades, que nem sempre se coadunam com as necessidades e o ritmo solicitados pelos países dependentes. (p. 43)

Expõe também que:

Na área da educação, conhecem-se os casos de inovações imaginárias e criativas de agentes nacionais, nos países dependentes, que são desprestigiadas e ignoradas em favor dos agentes externos e de modelos importados. E essa preferência pela difusão

se dá tanto nos setores de ponta do desenvolvimento capitalista, nos ramos industriais de alta tecnologia, quanto nos métodos e sistemas de ensino. (Wanderley, 1989, p. 43)

Considerando que o autor possui um local de fala remetente dos anos 80/90, na qual a democracia renascia em nosso país, com a organização e efetivação da Constituição de 1988, ainda temos o Estado como maior agente de inovações educacionais. Cita a Lei de Diretrizes e Bases da Educação no Brasil (LDB) sinalizando que em sua criação, a classe burguesa tinha espaço de debate e embates para a sua sanção.

Wanderley (1989) volta um pouco mais na história brasileira e demonstra a definição de políticas para a educação, lembrando que após 1964, os interesses contemplados para o modelo de educação postos eram em concordância aos interesses econômicos à época. Isso fica mais evidente quando avaliadas as políticas educacionais, é notável o interesse de classes dominantes, como a burguesia nacional que “[...] subordinada à burguesia internacional, e a alguns setores de classe média, basicamente intelectuais e tecnocratas.” (Wanderley, 1989, p. 44)

Apesar destes interesses dominantes serem a voz mais alta quando estamos na discussão das políticas públicas educacionais, é de extrema relevância lembrar de projetos inovadores de educação, que em sua maioria, sinalizada pelo autor, ocorriam de maneira diferente ao convencional da sala de aula. Exemplifica as metodologias utilizadas por Paulo Freire que de maneira inovadora alfabetizou adultos partindo de suas vivências, daquilo que era comum a eles e de seus interesses. Ou por exemplo, a informalidade que a educação pode acontecer junto aos sindicatos, sendo na porta das fábricas, (com trabalhadores que já imersos em um cotidiano industrial) que de maneira popular transformaram à época a realidade destes sujeitos.

A **segunda dimensão** parte do questionamento de **como se inova? De que forma?** Wanderley (1989) parte do conceito envolvendo reformas, ou mesmo inovações estruturais. Elas em sua maioria se dão por conflitos que buscam pela supressão das mudanças sociais. O autor fala que sua criação pode ser pela teoria ou pela prática e pelas modificações estruturais principalmente dentro dos órgãos públicos. Inclusive sua autonomia pode se tornar relativa.

Esta dimensão nos abre uma oportunidade para discutirmos qual o papel do discurso neoliberal dentro das ações de políticas públicas educacionais. Conforme Silva (1996) a influência do neoliberalismo está de acordo com a “intervenção na educação com vistas a servir aos propósitos empresariais e industriais [...]” (p. 12). O autor esclarece que a conquista hegemônica utilizada

como estratégia de controle social não se limita apenas ao campo educacional, mas o considera como principal meio para disseminação do processo regulatório e de controle social.

Mas como este discurso alcança a escola de maneira política? A escola como espaço de “resolução de questões” é uma das formas de articular uma nova concepção educacional para a sociedade. O neoliberalismo culpabiliza o papel da escola como ineficaz ao tentar promover o seu papel social. Retiram a atuação política, social e de resistência, e atribuem a ela uma ingerência dos seus materiais e sujeitos envolvidos no trabalho. Com isso, a população que consome as mídias sociais, internet, acata um discurso controlado pela informação de maneira que qualifica a escola como principal resultado daquilo que é controlado pelo Estado, ou seja, ineficiente, ineficaz, consumidora de recursos públicos, ou seja:

[...] a situação desesperadora enfrentada cotidianamente em nossas escolas por professoras/es e estudantes é vista como resultado de uma má gestão e desperdício de recursos por parte dos poderes públicos, como falta de produtividade e esforço por parte de professores/as e administradores/as educacionais como consequência de métodos “atrasados” e ineficientes de ensino e de currículos inadequados e anacrônicos. (SILVA, 1996, p. 19)

Dado este resumido contexto, a solução dada pela agenda global e pelos interesses empresariais é a privatização. Voltemos olhares ao documento da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que em seu texto possui um trecho que exemplifica a fala que responsabiliza professores pelas dificuldades dos alunos, parcialmente, e depois propõe outra estratégia que torna a aprendizagem eficaz:

O fato de os alunos brasileiros terem dificuldades para realizar tarefas que vão além do básico “pode ser parcialmente explicado pelas práticas que os professores usam em sala de aula”. Os resultados do Pisa sugerem que certas práticas demonstradas por pesquisas como sendo mais “eficazes” no apoio à aprendizagem, como ensino personalizado, não são tão comuns no Brasil quanto nos países da OCDE. Essas práticas são particularmente importantes para o desenvolvimento de habilidades de alto nível de que os alunos precisam para ter um desempenho nos patamares mais elevados (OCDE, 2021, p. 116, grifo nosso)

Em busca pelo documento, para compreender no que se referem ao citar o “ensino personalizado” como estratégia eficaz para a aprendizagem, percebe-se uma metodologia já aplicada em escolas, que é a de adaptar o conteúdo ao que se tem por conhecimento do cotidiano do aluno, ou adaptar conteúdos de acordo com o nível de desempenho de determinada classe. O relatório cita Peterson et al., 2018 [46] que destina esta tarefa aos professores, definindo que “[...]”

requer uma competência considerável dos professores e, muitas vezes, esforço e tempo adicionais” (p. 225).

Ainda destacam que estas habilidades que o professor deverá deter são justificadas pelas reformas educacionais que buscam reduzir as reprovações, com isso “[...] os professores precisarão aprimorar suas habilidades de ensino personalizado para poder atender a necessidades mais diversas de desempenho e aprendizagem.” (OCDE, 2021, p. 225)

Previtali; Fagiani (2014) nos mostram que:

[...] nesse processo, muitos professores perdem a identidade como classe trabalhadora, aderindo ao projeto político burguês e transmitindo conceitos como os de empreendedorismo, competitividade, inteligência emocional e polivalência. Outro recurso destacado pelo autor para que o professor não se sinta pertencente a uma categoria é a fragmentação das atividades docentes em diversas especialidades. Segundo Silva Júnior (2002), por meio da divisão das especialidades – administrador, supervisor, orientador, coordenador – o trabalhador docente não se identifica mais como professor e, trabalhando em diversas escolas, não se identifica nem com a escola em que trabalha nem com os problemas dela. (p. 764 e 765)

Assim, a abertura de lacunas dentro de gestões, buscando pela maior eficiência e desenvolvimento na aprendizagem, torna acessível a entrada de agências privadas para a formação continuada de professores, que por sua vez têm como intuito a inovação na maneira de ensinar e desenvolver aprendizados individuais. Ao compreender as dimensões de análise de Wanderley (1989), é necessário também, um percurso de análise documental nacional e internacional, logo, poderá ser visto que durante a análise de conteúdo feita nos quadros no quarto capítulo desta dissertação, são embasados tanto pelo autor aqui citado, quando por autores que fundamentam o conceito neoliberal contido nos discursos, ocultos e explícitos, envolvendo mercantilização, privatização, etc.

A **terceira dimensão** analisa e refere-se “[...] **ao que é inovado**. Está em jogo a unidade da inovação: uma estrutura, um processo, um sistema, uma relação social, uma atitude, uma forma organizacional etc.” (Wanderley, 1989, p. 48)

Esta dimensão analisa inclusive a qualidade trazida pela inovação. De acordo com Wanderley, podemos exemplificar as questões além da industrialização em cidades do interior. Em uma primeira impressão saltam aos olhos os números e valores que surgem pela expansão industrial, mas não se leva em conta a superpopulação que é acarretada por essa expansão e também pelo êxodo rural, que acontecia naquela época (final dos anos 80, início dos anos 90) que ao perceber uma cidade sem estrutura social adequada para receber toda essa nova população, acaba sucumbindo, principalmente por uma gestão municipal que não consegue atender às demandas que

ali estabelecem. Wanderley (1989) cita que “Na educação, ressaltam-se os processos e métodos pedagógicos, as formas de organização escolar, as relações professor-aluno, aluno-aluno, professor-aluno-administração, os currículos e os programas, as técnicas de administração e outras mais.” (p. 48)

A inovação também é um meio de interação entre diferentes setores da educação, sendo entre a educação fundamental e a graduação, gerando incentivo para jovens continuarem os estudos. Inovar junto à graduação, abrindo horizontes para que a pós-graduação seja uma oportunidade aberta ao diálogo e criação junto à formação inicial. O Plano Nacional de Educação (PNE) possui em sua Meta 12, estratégia 12.14 meios inovativos de articular a formação inicial para melhoria da educação no que diz respeito à preparação de professores com qualidade, além de ter como consequência, esta inovação, produto final da colaboração:

[...] mapear a demanda e fomentar a oferta de formação de pessoal de nível superior, destacadamente a que se refere à formação nas áreas de ciências e matemática, considerando as necessidades do desenvolvimento do país, a inovação tecnológica e a melhoria da qualidade da educação básica; (BRASIL, 2014, p. 74)

Wanderley (1989) destaca que ainda existem muitos obstáculos relacionados a essas articulações, sejam por interesses de empresas que querem maiores investimentos na área de exatas em detrimento das humanas, porém ainda temos grupos minoritários no embate pela educação de qualidade. Esta luta não finaliza-se ao ultrapassar obstáculos, é constante e necessita de dedicação tanto dos professores quanto dos estudantes. Compreender este papel de embate diário nos convoca à dedicação na pesquisa, revelando os discursos mercadológicos que insistem em adentrar nos espaços democráticos. Necessita formação e consciência de classe de toda a sociedade, compreendendo seus papéis nos conflitos.

A **quarta dimensão** é referente ao motivo da inovação, **o porquê dela**. Elas se dão por unidades inovadoras, necessidades que são permanentes ou temporárias, necessárias ou suficientes. Os analistas mencionam fatores permanentes e fatores transitórios na produção das inovações sociais, fatores esses que podem exibir um caráter de intencionalidade ou de casualidade. Dentre as causas da inovação social, necessárias e suficientes, os estudiosos referem-se igualmente a fatores determinantes e a fatores secundários e defendem teorias oscilando da unicausalidade à multicausalidade, modelos que privilegiam a determinação econômica em “última instância” ou que privilegiam a causalidade recíproca. (Wanderley, 1989, p. 50)

Como citado em algumas partes deste texto, temos a intervenção principalmente de ações e sujeitos com prestígio, e os motivos pelos quais a inovação é um meio de transformação social, deriva do que economicamente é necessário em determinados setores, assim temos a escola como principal vínculo desta transformação. Além disso, a tecnologia surge como mecanismo de produção para a demanda capitalista. Wanderley (1989) assinala que “[...] exercem uma pressão contínua para o surgimento de inovações educacionais, geralmente controladas em função das exigências das políticas econômicas e no sentido de que respondam aos seus imperativos.” (p. 50)

Por fim, das influências, é dita por alguns estudiosos como sendo também da escola para a sociedade, e assim possuindo preponderância nas decisões de políticas públicas a partir do que se precisa no espaço dito, mas Wanderley (1989) afirma que levando em consideração à relação de dependência que países à margem das decisões, estes não possuem poder suficiente para a autonomia. Ele ainda exemplifica quando da “[...] evasão de cérebros nacionais para o exterior, e na ida de centenas de estudantes e de docentes para o exterior, [...] para formação e aperfeiçoamento, voltando quase sempre com modelos e ‘ideias fora do lugar’.” (p. 52)

É pertinente trazermos Saviani (1989) que nos ajuda a entender porquê a inovação no campo educacional possui um papel de transformação daquele local, para interesses maiores, sejam econômicos e de compreensão social. Em sua escrita, faz um resgate histórico da função da escola, como a “redentora da humanidade” (p. 22), este conceito torna a escola principal responsável pela mudança na sociedade, e se, esta mudança não ocorre, culpabiliza-se o tipo de escola colocada, ou seja, qual escola está sendo “feita”.

Saviani (1989) desvenda que a partir da Segunda Guerra, o movimento da escola nova inicia ali a ideia de que foi “atribuído à escola uma tarefa imensamente superior às suas possibilidades” (p. 22) Mas ela não é totalmente abolida, torna-se agora principal movimento para uma melhoria do ensino, porém, elitista, e fica apenas como uma forma de controle que de maneira superficial, organiza-se dentro das escolas de ensino público. Sabemos que a educação possui grande influência na maneira que vemos a sociedade, e por outro lado ela está estritamente vinculada a qual sociedade é formada por ela, mas de maneira culpabilizadora. Assim, quando há sistematização pela burguesia, que atinge organizações e adentra elas, temos a tomada de poder e do discurso posto à comunidade, logo:

[...] a burguesia, ao consolidar-se no poder, se torna não apenas classe dominante mas também classe hegemônica. O signo da hegemonia consiste em que a visão de mundo da classe dominante — o liberalismo — transforma-se em senso comum, vale dizer, a ideologia burguesa passa a ser compartilhada pelo conjunto da sociedade. (SAVIANI, 1989, p. 23)

A concepção dialética se mostra o principal meio de compreender como se dão estas transformações sociais, principalmente quando citamos as lutas entre classes e discursos hegemônicos. Pois cada momento histórico é permeado por interesses que ditam dentro dos âmbitos que alcançam, a melhor forma de reorganizar aquele contexto é pela hegemonia de pensamento e controle das massas. Este controle ocorre primeiro pelas escolas, com reformas educacionais, e com a tecnologia através dos meios de comunicação. Esta concepção de inovação, como o autor aponta, parte da dialética, e do qual este estudo também busca retratar. A educação está “[...] a serviço de novas finalidades, vale dizer, a serviço da mudança estrutural da sociedade.” (SAVIANI, 1989, p. 26)

A inovação é colocada como parte desta transformação, mas ao analisarmos diferentes documentos, principalmente aqueles que orientam as políticas públicas em educação no Brasil, temos destaque para a influência e agenda neoliberal, com interesses de um discurso hegemônico, primeiro de ordem mundial, continental e de Estado, para então, junto à organizações sociais avaliarem e definirem projetos já estabelecidos no currículo educacional ou que podem ser adicionados. Esta influência segue através do que é posto no PNE, que encaminhando estratégias para a melhoria qualitativa da educação no país, estimula por inovações que levam ao setor mercadológico, andam em concomitância com o discurso que culpabiliza professores pelo baixo rendimento, e por consequência, como diz Saviani (1989) resgata um momento histórico, pulsante nos dias atuais, de que a escola não está cumprindo com seu papel.

Logo, colocam as inovações como sendo a única saída para que estejam de acordo com interesses empresariais, de uma mão de obra preparada apenas para o mercado de trabalho, deixando de lado uma preparação acadêmico/científica. Enquanto isso, temos um enfraquecimento acadêmico, que desvalorizado junto aos discentes, vai contra o que se conhece como rigor científico e qualidade na educação.

Convém lembrar que Braverman (1981), ao analisar os trabalhadores da educação, argumenta que estes também estariam sujeitos a um processo de proletarianização, sendo seu trabalho, mediante a racionalização imposta pelo capital, caracterizado cada vez mais como manual do que como intelectual, havendo também, aqui, uma desqualificação do trabalho e um achatamento dos níveis salariais, levando, cada vez mais, à perda de seus valores, sejam eles simbólicos ou materiais. Assim, para Braverman (1981), a desqualificação do trabalho docente deve ser entendida como uma “perda na capacidade de realizar todas as etapas e tarefas da profissão docente, e pelas formas de descontrole sobre o coletivo docente instituídas com o tecnicismo” (BRAVERMAN, 1981, p. 235). (Previtali; Fagiani, 2014, p. 765)

Sobre a qualidade, consequente ao ato inovador, estudam-se Dourado; Oliveira; Santos (2007), que ao falar sobre “A Qualidade da Educação, entendida como fenômeno complexo, deve ser abordada a partir de várias perspectivas que assegurem dimensões comuns.” (p. 09)

Este diálogo, alicerçado pela temática desta pesquisa está atrelado inclusive aos parâmetros do que se considera qualidade, visto que junto ao conceito de inovação será notório a utilização de um discurso de produção e resultados. Sendo que: “Tais elementos podem, em parte, ser tratados como aspectos objetivos para a construção de condições de qualidade numa escola considerada eficaz ou que produz resultados positivos. (Dourado, Oliveira e Santos, 2007, p.10)

Como contribuição para este estudo, faz-se necessário um conjunto de documentos centrais compostos pela lei 9.394/96 – LDB, PNE (2014- 2024), Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 que Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), Relatório OCDE e a Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021, que Institui a Política de Inovação Educação Conectada. Este último nos traz amparo em relação às estruturas montadas em escolas, onde o significado de inovação é atrelado às tecnologias e também ao sentido inovador da educação, foco deste estudo. Enquanto nos planos, o olhar atento principalmente às normativas de políticas públicas que derivam das legislações acima descritas e que amparam gestores na elaboração dos seus planos de gestão, desta forma, são encontrados âmbitos da inovação através dos caminhos acima descritos.

1.2.2 Sobre a AMOSC e demais regiões de SC

A região AMOSC- Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina surgiu em 11 de fevereiro de 1968, com o principal intuito de defesa institucional dos municípios dos quais é constituída. Mantida pelas respectivas prefeituras, atua junto a elas com os seguintes objetivos:

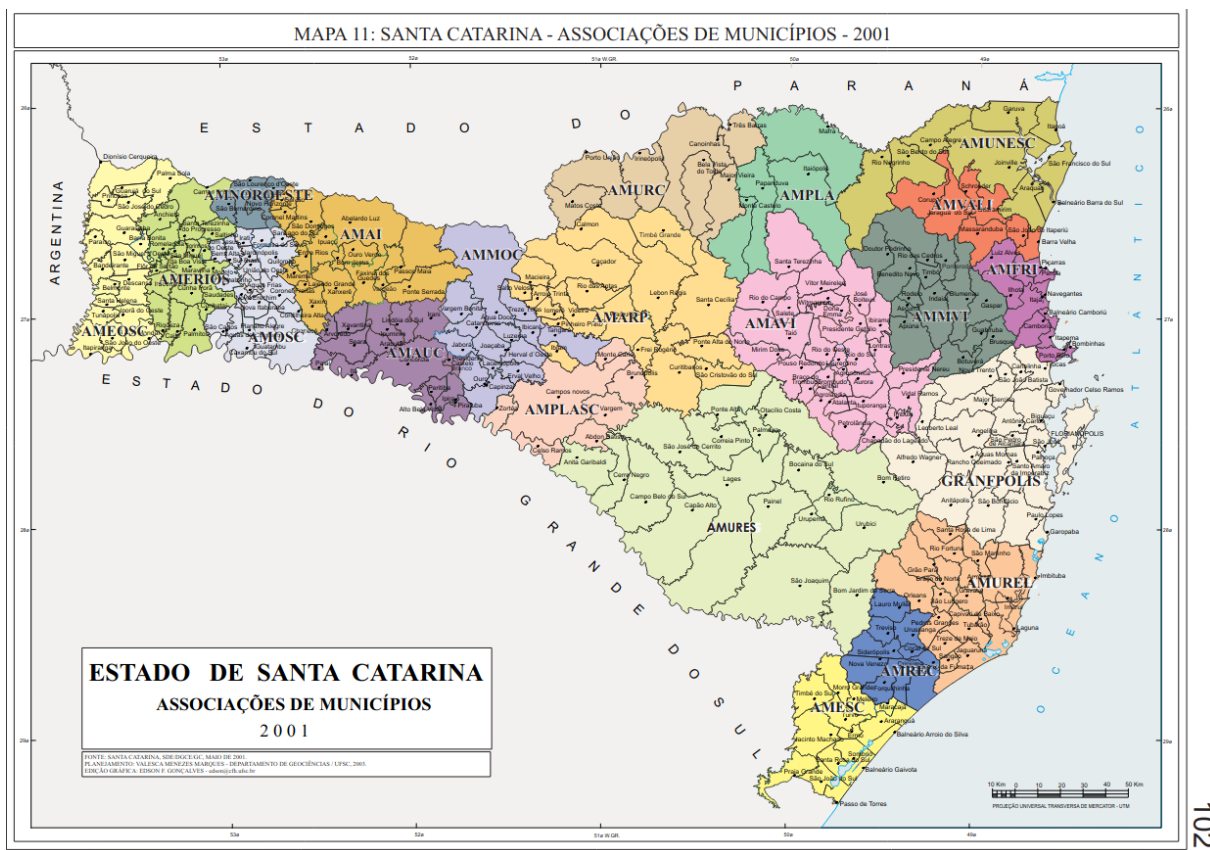
[...] defesa institucional, ampliação e fortalecimento da capacidade administrativa, econômica e social dos Municípios, com a promoção da modernização administrativa municipal; mobilização para a atuação conjunta dos Poderes Legislativo e Executivo regional; coordenação e estabelecimento conjunto de medidas e políticas públicas visando o desenvolvimento integrado da microrregião; participação em convênios e contratos de interesse dos associados; promoção de iniciativas para elevar as condições de bem estar econômico e social da comunidade; execução e elaboração de projetos, planos, programas e prestação de serviços técnicos especializados; cooperação intermunicipal e intergovernamental, com ações de colaboração na divulgação das normas e exigências técnicas e legais dos órgãos públicos e instituições de assistência técnica e financeira aos Municípios associados; reivindicação e gestão de recursos técnicos e financeiros do Estado e da União, mediante acordos, convênios ou contratos; reivindicação para a descentralização de serviços públicos estaduais e federais, de interesse dos Municípios associados;

estímulo e promoção do intercâmbio técnico-administrativo; elaboração, proposição de estudos e levantamentos socioeconômicos e políticos regionais. (AMOSC, [s.d], n.p.)

Este modelo de cooperação que existe por todo o estado de Santa Catarina, possui nomes diferentes para cada região, sendo: AMEOSC- Associação de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina, AMERIOS- Associação dos Municípios do Entre Rios, AMOSC- Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina, AMNOROESTE- Associação dos Municípios do Noroeste Catarinense, AMAI- Associação dos Municípios do Alto Irani, AMAUC- Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense, AMMOC- Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense, AMPLASC- Associação dos Municípios do Planalto Sul de Santa Catarina, AMARP - Associação dos Municípios do Alto Vale do Rio do Peixe, AMURC- Associação de Municípios da Associação do Contestado, AMPLANORTE- Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense, AMAVI- Associação dos Municípios do Alto Vale do Itajaí, AMURES- Associação dos Municípios da Associação Serrana, AMUNESC- Associação de Municípios do Nordeste de Santa Catarina, AMVALI- Associação dos Municípios do Vale do Itapocu, AMMVI- Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí, AMFRI- Associação de Municípios da Associação da Foz do Rio Itajaí, GRANFPOLIS- Associação dos Municípios da Grande Florianópolis, AMUREL- Associação dos Municípios da Associação de Laguna, AMREC- Associação dos Municípios da Associação Carbonífera e AMESC- Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense.

Abaixo, imagens que ilustram o estado de Santa Catarina e suas regiões de associações municipais, e em seguida, destaque para a região AMOSC, da qual terá seus municípios como foco do estudo.

Figura 1: Mapa do Estado de Santa Catarina, ilustrando as associações municipais em cada região.



Fonte: mapa retirado da dissertação de Mestrado de Valesca Menezes Marques. (2003)

Figura 2: Mapa Região AMOSC



Fonte: Imagem retirada do site da AMOSC no estado de Santa Catarina. Disponível em:
https://sistemas.amosc.org.br/sapweb/documentos_publicos/ Acesso em: 17 dez/ de 2024.

1.3 METODOLOGIA

A metodologia parte de uma concentração de conhecimentos, seguindo um assunto específico, e com isso seja possível uma abordagem, análise e discussão do seu objeto central. Autores como Bogdan e Biklen (1994) afirmam que “Alguns estudos qualitativos se baseiam exclusivamente num tipo de dados, transcrições de entrevistas, por exemplo, mas a maior parte usa uma variedade de fontes de dados.” (p. 149)

Esta dissertação caracteriza-se pelo método de abordagem qualitativa com análise de conteúdo, que segundo Bardin (2016) “A análise de conteúdo procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça.” (p. 44). Ainda, segundo Marangoni; Petry (2020) citam Moraes (1999) e evidenciam que:

A análise de conteúdo é considerada uma metodologia de pesquisa com um importante significado no campo das investigações sociais. [...] além de uma simples técnica de análise de dados, como uma abordagem metodológica com características e possibilidades próprias. (p. 97)

Como método de abordagem será utilizado a dialética e quanto ao método de procedimento a técnica de análise de conteúdo, Bardin (2016), Moraes (1999), Petry; Barleta; Scherma (2020).

A análise de conteúdo, que debruça sobre os documentos escolares e legislação, se concentra na palavra Inovação e em seus conceitos orbitantes. Este será um dos objetos principais deste estudo que por sua vez, possui um recorte que diz respeito a revisão de literatura e alguns teóricos que tratam do assunto.

Como materialidade empírica serão estudados os Planos de Gestão Escolar de escolas da rede estadual de educação de Santa Catarina, situadas na região da AMOSC- Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina, abrangendo os municípios de Arvoredo, Caxambu do Sul, Chapecó, Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Formosa do Sul, Guatambu, Jardinópolis, Nova Erechim, Nova Itaberaba, Paial, Pinhalzinho, Planalto Alegre, Santiago do Sul, Serra Alta, São Carlos, Sul Brasil, União do Oeste, Águas de Chapecó e Águas Frias.

A escolha das escolas será feita a partir do portal QEd². Esta definição é baseada em critérios, sendo o primeiro: uma escola por município da região AMOSC, no âmbito estadual;

² Portal de dados no âmbito educacional, no qual foi escolhido como fonte de dados para as notas do IDEB, possui informações diversas sobre a educação básica brasileira.

segundo: ter nota do IDEB exibida no portal QEdu (alguns municípios ficam fora deste critério pois suas notas não são exibidas no portal, por serem apenas projeções³); terceiro: das escolas estaduais exibidas, a que possuir maior nota. Destaco que durante os anos de 2020 e 2021 estivemos em cenário pandêmico. Desta forma, as leituras feitas das notas resultantes deste período necessitam de um olhar mais profundo sobre os dados que surgiram. Em nota informativa emitida pelo INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira) deixa claro que:

[...] a pandemia do novo coronavírus teve grande impacto nas atividades escolares em 2020 e 2021 - conforme retratado nas duas edições da pesquisa “Resposta Educacional à Pandemia de Covid-19 no Brasil” realizada pelo Inep - e esse contexto deve ser considerado para uma adequada interpretação dos resultados do Ideb 2021. (p. 01)

Da mesma forma, nesta pesquisa a nota IDEB será utilizada apenas como critério de escolha das escolas de cada município, a nota em si não será objeto de análise, pois é parte de uma sistemática muito mais ampla que é o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). De acordo com a Portaria nº 267, de 21 de junho de 2023 que “Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb no ano de 2023” em:

Art. 2º. O Saeb é um sistema de avaliação externa em larga escala, composto por um conjunto de instrumentos, realizado periodicamente pelo Inep desde os anos 1990, e que tem por objetivos, no âmbito da Educação Básica:

I - Produzir indicadores educacionais para o Brasil, suas regiões e unidades da Federação e, quando possível, para os municípios e as instituições escolares, tendo em vista a manutenção da comparabilidade dos dados, permitindo, assim, o incremento das séries históricas;

II - Avaliar a qualidade, a equidade e a eficiência da educação praticada no país em seus diversos níveis governamentais;

III - Subsidiar a elaboração, o monitoramento e o aprimoramento de políticas públicas em educação baseadas em evidências, com vistas ao desenvolvimento social e econômico do Brasil;

IV - Desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições de ensino e pesquisa.

Os resultados referente ao ano 2021, devem ser vistos com base no contexto passado de período pandêmico, levando em consideração o abandono das aulas pelos estudantes, que sem condições, não podiam acompanhar as aulas online (forma encontrada para manter as aulas na rede básica de ensino).

³ De acordo com a planilha “Indicadores educacionais compostos por: Taxa de Aprovação, SAEB e IDEB por escola e rede de ensino - 2021” divulgada pelo INEP, as projeções são feitas devido o número de participantes no SAEB ser insuficiente para que os resultados sejam divulgados. Estas projeções são acompanhadas pela sigla ND na nota de projeção do município, dentro desta planilha.

Outro fator que nos leva a utilizar as notas do ano de 2021 é o fato do ano de 2023 não ter seus resultados disponíveis ainda, sendo divulgados apenas no segundo semestre de 2024. O Quadro 5, delimita os municípios aptos à análise, definido pelo critério “nota IDEB”.

A procura por trabalhos que possuam a temática da Educação e Inovação foi feita nos repositórios, sendo Scielo e CAPES. A seguinte subseção trata desta caminhada para se obter o estado do conhecimento explorando a temática abordada.

1.3.1 Estado do conhecimento: enfoques sobre a inovação educacional

Elaborar uma pesquisa requer do pesquisador aprofundamento na sua temática, abrangência das capacidades que aquele assunto pode ter e compreender quais características da temática escolhida são úteis para complementar o que se trata. Segundo a autora Morosini (2015), “[...] estado de conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.” (p. 102)

A necessidade em aprofundar a temática e conhecer os campos nos quais ela pode ser inserida ou que se estabelece, fez com que a busca fosse feita em dois repositórios: o Portal Scielo e Portal CAPES de Periódicos. No quadro 1: pesquisa bibliográfica sobre a temática, ilustro um quadro demonstrativo de como foi feita aplicação de filtros para uma busca mais detalhada nos portais.

Quadro 1: pesquisa bibliográfica sobre a temática

Portal	Palavra no campo de busca	Idioma	Artigo/ dissertação/ revista	Ano	Resultados	Resultado após leitura de resumos
Scielo	Inovação	Português/ espanhol	Educar em Revista; Educação e pesquisa; Revista brasileira de Educação; trabalho Educação e Saúde; Educação e Realidade	2010 a 2021	159 trabalhos	15 trabalhos
Capes	Inovação	Português/ espanhol	Dissertações e Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação	2010 a 2023	103 trabalhos	9 trabalhos

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

Desta forma, a organização textual serve como embasamento e apropriação do que se tem publicado atualmente sobre o assunto, e a partir da leitura dos resumos, “[...] a consulta, a sistematização e a análise do que foi produzido no seu campo disciplinar, em especial no país do pesquisador, são importantes para fundamentar o que será produzido numa tese ou dissertação qualificada.” (Morosini, 2015, p. 102)

Após a organização dos filtros dentro de cada repositório, iniciou-se a leitura dos resumos, buscando pela temática que se aproxima do que é pesquisado nesta dissertação. Esta esquematização dos documentos escolhidos está no Quadro 2: Documentos com temática inovação no portal CAPES e Quadro 3: Documentos com temática Inovação no portal de periódicos Scielo, um a seguir do outro.

Quadro 2: Documentos com temática inovação no portal CAPES

Periódico CAPES			
Autor	Título	IES	Ano
Sofia Viseu	Modos de regulação institucional da investigação educacional: o caso do Instituto de Inovação Educacional	Universidade de Lisboa	2014
Manzanilla-Granados, Héctor Manuel; Navarrete-Cazales, Zaira; López-Hernández, Paola Andrea	Políticas Educacionais para Inovação, Inclusão e Tic em Bolívia, Paraguai e Uruguai	Instituto Politécnico Nacional/ Universidad Nacional Autónoma de México – Facultad de Filosofía Y Letras – Ciudad de México, México.	2023
Luís Miguel Carvalho	Pisa, política e conhecimento em educação	Instituto de Educação da Universidade de Lisboa - Lisboa, Portugal.	2016
George Guimarães Ghanem Júnior	Inovação em escolas públicas de nível básico: o caso Redes da Maré (Rio De Janeiro, RJ)	USP	2013
Ana Elisa Spaolonzi Queiroz Assis	Educação e pandemia: outras ou refinadas formas de exclusão	Unicamp	2021

Alexander de Freitas	Os métodos de ensino do "Melhor Professor do Mundo": repetições ou inovações?	UFRG	2014
Luani de Liz Souza; Lisley Canola Treis Teixeira; Celso João Carminati	Um computador por aluno: um dos ícones da modernização da escola brasileira na segunda década do século XXI	Udesc/ UFSC	2015
João Ferreira de Oliveira; Karine Nunes de Moraes	Produção do conhecimento na universidade pública no Brasil: tensões, tendências e desafios	UFG	2016
Thiago Alves; Rejane Moreira da Silva	Estratificação das oportunidades educacionais no Brasil: contextos e desafios para a oferta de ensino em condições de qualidade para todos	UFG	2013

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados do portal CAPES (2023)

Quadro 3: Documentos com temática Inovação no portal de periódicos Scielo

Periódico Scielo			
Autor	Título	IES	Ano
Melo Neto, José Augusto de ; Oliveira, Selma Suely Baçal De	Programa de inovação Educação Conectada: a nova política nacional para o uso das tecnologias digitais nas escolas públicas no Amazonas	UFAM	2022
Oliveira, Ingrid Torquato ; Poiatti, Natália Dus .	A importância do ensino superior para Inovação: o exemplo Chinês	USP	2022
Faria, André Longo de ; Pessanha, Márlon .	Cultura Didática: olhar teórico para compreender a (não) inovação no ensino	UFSCar	2022
Vieira, Fernanda Gomes ; Dallabrida, Norberto .	Representações das classes secundárias experimentais construídas por Gildásio Amado (1958-1973)	UDESC	2022
López, Carlos Monge ; Alcoforado, Joaquim Luís Medeiros ; Saborido, David Montalvo ; Seijo, Juan Carlos Torrego	Fatores de inovação docente em Portugal segundo os professores	Universidad de Alcalá (Espanha)	2022

Cavaco, Carmen	Políticas públicas de educação de adultos em Portugal - inovações e desafios	Unidade de Investigação e Desenvolvimento em Educação e Formação (UIDEF). Lisboa, Portugal	2022
Parreira, Artur ; Lehmann, Lúcia ; Oliveira, Mariana .	O desafio das tecnologias de inteligência artificial na educação: percepção e avaliação dos professores	UFF	2021
Silva, Roberto Rafael Dias da	Para uma teoria da inovação curricular	Unisinos	2021
Silva, Roberto Rafael Dias da	Por uma agenda curricular democrática com foco na inovação educativa para o Brasil	Unisinos	2021
Rossi, Ednéia Regina	Inovações educacionais no tempo presente e rupturas no paradigma moderno: uma análise das pesquisas educacionais da Universidade de Genebra	UEM	2021
Oliveira,Sandra Regina Ferreira de; Caimi, Flávia Eloisa	Vitória da tradição ou resistência da inovação: o ensino de história entre a BNCC, o PNLD e a escola	UEM/ UPF	2021
Echalar,Jhonny David; Lima, Daniela da Costa Britto Pereira; Oliveira, João Ferreira de .	Plano Nacional de Educação (2014–2024) – o uso da inovação como subsídio estratégico para a educação superior	UFG	2020
Brito, Silvia Helena Andrade de; Marins, Guilherme Afonso Monteiro de Barros .	Fundação Lemann e o Programa de inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais	UFMG	2020
Heinsfeld, Bruna Damiana; Pischetola, Magda .	O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação	PUC- Rio	2019

Silva, Roberto Rafael Dias da ; Scherer, Renata Porcher	Por que precisamos da diferenciação pedagógica? Ensaio sobre a individualização e seus paradoxos	Unisinos	2019
---	--	----------	------

Fonte: elaborado pela autora com base nos dados do portal Scielo (2023)

Após a leitura dos resumos dos trabalhos esquematizados, é iniciada a produção de fichamentos e organização da escrita de acordo com os campos temáticos no qual a Inovação está presente. Foram considerados três critérios: textos que abrangem a inovação no campo pedagógico/ científico, de gestão, tecnológico e de financiamento/ políticas públicas.

Pela leitura, além de revermos os apoios teóricos que fundamentam nossa temática, buscamos identificar o que já foi produzido em matéria de pesquisa sobre a mesma. É importante que se estabeleçam critérios quanto ao recorte de tempo a ser examinado, baseado em fatos e/ou marcos regulatórios que possam ter afetado a temática além da própria evolução temporal (Morosini, 2015, apud Campenhoudt, 2003, p. 107)

Destacarei estes campos junto a cada texto selecionado no Quadro 4: Descrição dos trabalhos encontrados.

Quadro 4: Descrição dos trabalhos encontrados.

PERIÓDICO CAPES				
AUTORES	TÍTULO	PALAVRAS CHAVES	ANO	CAMPO TEMÁTICO DA INOVAÇÃO
Viseu, Sofia	Modos de regulação institucional da investigação educacional: o caso do instituto de inovação educacional	Pesquisa; Regulação; Instituto de Inovação Educacional	2014	Científico/ financiamento/ Política Pública
Manzanilla-Granados, Héctor Manuel; Navarrete-Cazales, Zaira; López-Hernández, Paola Andrea	Políticas educacionais para inovação, inclusão e tic em Bolívia, Paraguai e Uruguai	Política educativa; Innovación; Inclusión; TIC; Educación comparada	2023	Tecnológico
Júnior, George Guimarães	Inovação em escolas públicas de nível básico: o caso redes	Inovação educacional; Reforma	2013	Pedagógico

Ghanem	da Maré (Rio de Janeiro, RJ)	educacional; Rio de Janeiro		
Assis, Ana Elisa Spaoloni Queiroz	Educação e pandemia: outras ou refinadas formas de exclusão.	Educação; direitos fundamentais; Covid-19; exclusão	2021	Pedagógico
Freitas, Alexander de	Os métodos de ensino do "melhor professor do mundo": repetições ou inovações?	—————	2014	Pedagógico
Luani de Liz Souza Lisley Canola Treis Teixeira Celso João Carminati	Um computador por aluno: um dos ícones da modernização da escola brasileira na segunda década do século XXI	Educação; Materialidade digital na escola; PROUCA - política educacional.	2015	Financiamento / Política Pública
Oliveira, João Ferreira de; Moraes, Karine Nunes de.	Produção do conhecimento na universidade pública no Brasil: tensões, tendências e desafios	Produção do conhecimento. Pós-graduação. Políticas de ciência; tecnologia e inovação	2016	Científico
Alves, Thiago; Silva , Rejane Moreira da.	Estratificação das oportunidades educacionais no Brasil: contextos e desafios para a oferta de ensino em condições de qualidade para todos	Desigualdade das condições de oferta de ensino; Qualidade do ensino; Sistema público de educação básica; Políticas educacionais	2013	Científico/ Financiamento / Política Pública
SCIELO				
Melo Neto, José Augusto de ; Oliveira, Selma Suely Baçal de	Programa de inovação Educação Conectada: a nova política nacional para o uso das tecnologias digitais nas escolas públicas no Amazonas	Educação; políticas públicas; PIEC; desigualdade digital	2022	Financiamento / Política Pública

Oliveira, Ingrid Torquato; Poiatti, Natália Dus .	A importância do ensino superior para a inovação: o exemplo chinês	China; Sistema Nacional de Inovação; Desenvolvimento Socioeconômico; Universidades; Instituições de Ensino Superior	2022	Científico
Faria, André Longo de ; Pessanha, Márlon .	Cultura didática: olhar teórico para compreender a (não) inovação no ensino	Inovação; Cultura; Cultura Didática; Cultura Escolar; Práticas Docentes	2022	Pedagógico
Vieira, Fernanda Gomes ; Dallabrida, Norberto .	Representações das classes secundárias experimentais construídas por Gildásio Amado (1958-1973)	Gildásio Amado; Classes experimentais; Ensino secundário	2022	Pedagógico
López, Carlos Monge ; Alcoforado, Joaquim Luís Medeiros ; Saborido, David Montalvo ; Seijo, Juan Carlos Torrego	Fatores de inovação docente em Portugal segundo os professores.	Desenho misto; grupo focal; inovação educativa; professores; questionário	2022	Pedagógico
Cavaco, Carmen	Políticas públicas de educação de adultos em Portugal - inovações e desafios	Políticas públicas; Educação de adultos; Adultos pouco escolarizados	2022	Financiamento / Política Pública
Parreira, Artur ; Lehmann, Lúcia ; Oliveira, Mariana .	O desafio das tecnologias de inteligência artificial na educação: percepção e avaliação dos professores	Inovação; Ameaças Tecnológicas; Mudança nos Discentes; Futuro da	2021	Tecnológico

		Profissão		
Silva, Roberto Rafael Dias da	Para uma teoria da inovação curricular	_____	2021	Pedagógico
Silva, Roberto Rafael Dias da	Por uma agenda curricular democrática com foco na inovação educativa para o Brasil	Escola; currículo; inovação educativa; democracia; Brasil	2021	Pedagógico
Rossi, Ednéia Regina	Inovações educacionais no tempo presente e rupturas no paradigma moderno: uma análise das pesquisas educacionais da universidade de Genebra	Inovações educacionais; Culturas escolares; Tempo presente; Universidade de Genebra na Suíça	2021	Pedagógico
Oliveira, Sandra Regina Ferreira de; Caimi, Flávia Eloisa	Vitória da tradição ou resistência da inovação: o ensino de história entre a BNCC, o PNLD e a escola	BNCC; PNLD; Escola; História; Currículo	2021	Pedagógico/ financiamento/ Política Pública
Echalar, Jhonny David; Lima, Daniela da Costa Britto Pereira ; Oliveira, João Ferreira de.	Plano Nacional de Educação (2014–2024) – o uso da inovação como subsídio estratégico para a educação superior	Educação Superior; Instituição Científica e Tecnológica; Relação público e privado	2020	Científico/ Financiamento / Política Pública
Brito, Silvia Helena Andrade de ; Marins, Guilherme Afonso Monteiro de Barros .	Fundação Lemann e o programa de inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre público e privado no campo das políticas educacionais	Fundação Lemann; Programa de Inovação Educação Conectada; Parceria público-privada	2020	Financiamento / Política Pública
Heinsfeld, Bruna Damiana ; Pischetola, Magda .	O discurso sobre tecnologias nas políticas públicas em educação	Tecnologias digitais; Políticas	2019	Tecnológico/ Financiamento / Política

		públicas em educação; Análise crítica do discurso; Artefato		Pública
Silva, Roberto Rafael Dias da ; Scherer, Renata Porcher	Por que precisamos da diferenciação pedagógica? ensaio sobre a individualização e seus paradoxos.	Educação; diferenciação pedagógica; individualizaçã o	2019	Pedagógico

Fonte: elaborado pela autora com base na pesquisa em repositórios CAPES e Scielo (2023)

As leituras descritas, são de importância para esta dissertação pois ao debruçar sobre os escritos e compreender seus entrelaçamentos:

[...] propõe a reflexão sobre a construção da produção científica como forma textual. Entre seus objetivos, destacam-se: conhecer, sistematizar e avaliar a produção científica da área da Educação na contemporaneidade; elaborar produção textual, apoiada em princípios de estado de conhecimento sobre a temática da tese ou dissertação; subsidiar a construção da dissertação e/ou tese em educação; cultivar habitus científico, visando à prática de pesquisa articulada à realidade; e compreender a produção científica na perspectiva do seu campo. (Morosini, 2015, p. 111)

A ampliação do conhecimento e maior foco em cada aspecto dos textos serão afirmados no capítulo seguinte, dedicado a compreender como se dão estas transformações no decorrer da história, alicerçados pelo conceito da inovação, conduzidos pelos autores estudados.

2 A INOVAÇÃO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DIFERENTES CAMPOS E SUAS PROBLEMÁTICAS

Esta seção está relacionada com o conteúdo esquematizado nos quadros referentes à literatura que trata da inovação no âmbito educacional. Durante o percurso de pesquisa sobre textos que abordam a temática da inovação, são descobertas diferentes pesquisas, abrangendo o cenário brasileiro e, em outros textos, o cenário internacional de educação. Por muito tempo a escola foi sucumbindo aos modelos tradicionais e rígidos em suas metodologias, espaços, abordagens, e quando exigida uma nova performance docente e metodológica, enfrenta desafios de derrubar práticas costumeiras.

De maneira relevante, destaco que os desafios não se resumem apenas à resistência de agentes na escola, mas de um sistema que objetiva inserir as inovações, sejam elas tecnológicas, legislativas, pedagógicas e curriculares. Ao fazer uma leitura crítica em cada aspecto e suas respectivas inovações é uma forma de buscar entendimento de como elas são criadas, quem as define como funcionais, quais sujeitos influenciam nos investimentos e como são aplicadas no sistema escolar.

No texto de Silva (2021) ao citar Sancho-Gil (2018), o autor destaca que:

Sua contribuição, bastante perspicaz e atual, defende a pertinência dos movimentos de inovação educativa, certamente pontuando os limites de inovar por modismos pedagógicos ou para seguir orientações das multinacionais que atuam no mercado digital. (p. 06)

O texto a seguir nos ajuda a situar quais as condições nas quais a educação brasileira está, obviamente que muitos aspectos não serão abordados e dado os limites desta pesquisa e suas abordagens, ficarão de lado algumas suposições, atendo-me apenas ao que está disposto nestes escritos. Porém no desenrolar-se desta investigação busco compreender as relações entre as inovações educacionais, discorrer sobre o encadeamento que o discurso hegemônico instala nos diversos aspectos descobertos durante esta pesquisa. Mantendo sempre o foco nas análises posteriores sobre os planos de gestão, estes que por sua vez possuem vínculo de dependência com outros documentos orientadores, citados aqui.

2.1 INOVAÇÃO NO CAMPO PEDAGÓGICO E CIENTÍFICO

Atento-me que as mudanças educacionais, ou as inovações, não são apenas no âmbito tecnológico, mas que já se constituíam como uma nova forma de se fazer educação. Isto posto, em 1932, temos o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que movimenta uma reforma pedagógica, inspirados pela pauta progressista, em busca do afastamento do que o Brasil império tinha como característica: o tradicionalismo. O momento era da gestão Vargas, o país passava por transformações e movimentos sociais. E qual seria a transformação que se almejava nesta época para a educação brasileira? A educação pública era o principal foco, que através de muita movimentação popular e luta, pleiteava este direito de uma escola pública, laica e gratuita.

Havia a dualidade de ensino explícita, onde sujeitos do campo, possuíam um direcionamento educativo que impedia a chegada ao ensino superior, restando ou o ensino técnico, quando possível, ou então a finalização dos estudos no ensino fundamental, este que, foi a realidade na época para a maioria populacional. Enquanto a elite, estudada e direcionada para alcançar melhores patamares educativos, chegava ao ensino superior.

No Manifesto, a pauta consistia numa escola que deveria formar o cidadão de maneira integral, sob aspectos culturais, musicais, artísticos, sendo maior do que o contexto que aquele sujeito teria. Esta era uma inovação para aquela realidade! A educação seria pública, sendo responsabilidade do Estado. A laicidade estava inclusa neste debate e as disputas pela educação na época, vinham contrariadas pelos estabelecimentos educativos que ainda eram atrelados à instituições religiosas, laço este advindo da herança jesuíta.

Essa referência à pedagogia católica se faz necessária porque, apesar da influência da Escola Nova, boa parte das escolas normais e dos cursos de pedagogia permaneceu sob o controle da Igreja; e, mesmo nas instituições públicas, o pensamento católico, por meio de seus representantes e dos manuais por eles elaborados, se manteve presente. É importante, pois, não perder de vista que a sucessão de diferentes fases com o predomínio, também sucessivo, de diferentes concepções, não significa que a fase anterior esteja, de fato, superada. (Saviani, 2005, p. 13)

Saviani (2005) considera que movimentos como este, são considerados renovações pedagógicas, e ainda acrescenta que mesmo com o movimento antagônico da igreja católica em relação às renovações, posteriormente houve uma progressiva mudança nas pedagogias católicas,

com o movimento renovador e sujeitos que sinalizaram apoio, como Everardo Backheuser que fundou a:

[...] Associação Brasileira de Educação, da Academia Brasileira de Ciências, de várias Associações de Professores Católicos e da Confederação Católica Brasileira de Educação, além de um grande número de publicações. Entre estas se destaca o livro *Técnicas da pedagogia moderna* (1934) que, a partir da terceira edição, em 1942, passou a se chamar *Manual de pedagogia moderna*, onde apresenta os temas pedagógicos centrais da teoria e da prática da Escola Nova. (Saviani, 2005, p. 14)

Até os anos 50, a predominância da renovação pedagógica era nítida, apesar da discordância, havia o equilíbrio com os ideais católicos. A época foi marcada pelas transformações e medidas que garantiriam os direitos educacionais, como a elaboração da LDB, em cumprimento à Constituição de 1946⁴.

Os anos 60, ainda marcado pela desigualdade social e educativa, mantinha baixos índices de alfabetização, as crianças não estavam na escola, e as que estavam, não se mantinham por muito tempo. As reformas educacionais, em constante atrito com as instituições religiosas, e estas, ao mesmo tempo, em busca de uma transformação que acompanhasse as ideias progressistas ramificam-se em diferentes grupos, entre eles “com destaque para a JUC (Juventude Universitária Católica) e JEC (Juventude Estudantil Católica) que se lançaram em programas de educação popular, em especial, a alfabetização de adultos.”(Saviani, 2005, p. 18, grifo nosso)

Estas inovações pedagógicas, que buscavam por uma adequação do ensino, acesso e alcance das populações mais pobres, lança à sociedade a possibilidade de uma transformação, principalmente com nomes como de Paulo Freire, que modifica a alfabetização de adultos no país, não só alfabetizando, mas proporcionando uma nova leitura de mundo.

A educação passa pela reforma que vai ao encontro do que se idealizava por empresários e militares, seguintes aos anos de 1964 que suprimem qualquer movimento contrário ao que a ditadura impõe. Assim o tecnicismo, de base produtivista toma espaço e:

[...] assumida como orientação oficial do grupo de militares e tecnocratas que passou a constituir o núcleo do poder a partir do golpe de 1964. As linhas básicas da nova orientação já se manifestaram no Fórum denominado “A educação que nos convém”, realizado em 1968 no Rio de Janeiro com a colaboração da PUC- Rio e organização do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), verdadeiro partido ideológico dos empresários (IPES, 1969 e SOUZA, 1981 apud Saviani, 2005, p. 18 e 19)

⁴ A fim de dar cumprimento ao disposto na Constituição de 1946 que atribuiu à União a tarefa de fixar as diretrizes e bases da educação nacional, o então Ministro da Educação, Clemente Mariani, constituiu a referida comissão convidando para integrá-la os principais educadores da época. Entre eles estavam o Pe. Leonel Franca e Alceu Amoroso Lima, representantes do grupo católico, mas também Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Fernando de Azevedo, Almeida Júnior, Faria Góis, todos representantes da pedagogia nova. Igualmente a orientação que prevaleceu no texto do projeto elaborado por essa comissão revela a predominância dos renovadores. (Saviani, 2005, p. 14)

É notável que o empresariado à época, toma para si a responsabilidade, como “patriotas”, de contribuir para a melhoria do cenário educacional brasileiro, esta identidade social terá mais alguns exemplos no decorrer do texto, quando dos financiamentos educacionais e colaborações junto ao Estado, de maneira a privatizar setores da educação. Mas de maneira geral, durante o Simpósio ocorrido em 1968, junto ao IPES e a PUC- RJ “[...] ocorreu em um momento marcado pelo acirramento das lutas sociais, período em que o movimento estudantil ganhou maior visibilidade, em razão dos debates provocados pela reforma Universitária.” (Carvalho, 2007, p. 373) As pautas giravam em torno do que se investia em educação, os resultados que eram obtidos e as reformas necessárias, de acordo com o interesse burguês que de maneira nada sutil, declarava sobre o acesso, primordial das elites nas universidades e o estudo para as “massas” que bastava no ensino secundário, ou tecnicista. Assim, uma massa seria formada para o trabalho, e a burguesia, formada para a intelectualidade.

Na década de 80, há a ascensão do liberalismo, voltada a uma sociedade do conhecimento, relacionada ao globalismo que imperava à época. Santos (2010) expressa que o campo científico é baseado por outros caminhos, seguindo agenda global, de maneira que as teorias educacionais passam a ser do “[...] liberalismo econômico que vem sendo implementado através de reformas no programa de gestão e financiamento da política educacional e que acaba por orientar a forma como ocorreu a ampliação da oferta de ensino[...]” (p. 83)

Nos anos 90, a escola passa por um período onde a asseveração sobre reprovações e evasões se faz um cenário de certezas. O nível de aprendizagem não é o ideal e se agravam os níveis de qualidade. Importante considerar as produções científicas estrangeiras que sustentaram pesquisadores brasileiros, para que pudessem contribuir para as transformações na área da educação, neste caso os projetos de inovação escolar em Genebra, que possui uma “[...] abordagem da inovação, como definida por seus investigadores, [...] construtivista, interacionista e antropológica, tornando possível a observação do aspecto processual e social do fenômeno.” (Rossi, 2021, p. 04)

As reformas vêm para embasar a influência Neoliberal já estabelecida na educação, com foco na competitividade e ascensão do país, marcado pelo desemprego e pobreza, esta competitividade estava atribuída aos resultados que a escola daria para a sociedade.

Em 1990, ao assumir a Presidência da República, Collor de Melo clamava que o Estado fôra negligente historicamente em suas responsabilidades com a educação pública, e que em seu mandato tal situação seria profundamente alterada. Para que a

educação fosse também um dos instrumentos para o crescimento econômico do país. (Santos, 2010, p. 79)

Para a época, a inovação estava atrelada às reformas curriculares, onde um dos destaques eram os CIAC's (Centros Integrados de Atendimento à Criança), inspirados nos Centros Integrados de Educação Pública (CIEP), ou Brisolões. Mas, apesar de ser uma inovação para a época, não haviam propostas pedagógicas sustentáveis, de maneira que a criança ficaria durante o dia na escola, mas sem uma formação de fato, integral.

Neste cenário, adiciona-se as dificuldades que o campo científico passava à época, Saviani (2005) reitera que a educação na época não garantia emprego, levando em consideração seu propósito, mas que possibilita a empregabilidade.

A trajetória histórica/ conceitual e política das transformações e inovações, por consequência, foram tentativas do que se conhecia à época como qualidade. É necessária atenção para os enunciados e ideologias em cada época citada, pois o momento histórico diz muito sobre o que se buscava naquela inovação, que em geral, era a manutenção de um discurso hegemônico de proteção à burguesia e manutenção do status quo dos menos favorecidos.

Esta pesquisa ainda percorrerá pelas décadas seguintes, virada do milênio e ascensão tecnológica, sendo possível ver estes avanços no decorrer da história até o momento. A busca pela compreensão da inovação dentro de cada âmbito será primordial para o entendimento dos reais propósitos nas políticas públicas e do enunciado das reformas.

2.2 A INOVAÇÃO NO ÂMBITO DA GESTÃO EDUCACIONAL

A relação entre professor e estudante seria de mediação e construção, organizando a relação do mundo, objetos do conhecimento. Enquanto formação docente, os signatários do Manifesto de 32 defendiam que os educadores fossem capazes de entender a docência como profissão, garantia por salários justos, formação contínua e um trabalho atrelado à comunidade, com participação de todos.

A preocupação com modos de vida democráticos acompanhou a literatura pedagógica brasileira desse período e favoreceu uma maior atenção a questões curriculares cruciais para o desenvolvimento de nossa proposição, como a ênfase na cidadania, a consideração dos saberes populares, a preocupação com a realidade dos estudantes, a difusão de mecanismos de escuta, os debates sobre as aprendizagens e o construtivismo pedagógico e os critérios para a seleção de conhecimentos escolares relevantes. (Silva, 2021, p. 07)

Thurler (2001) define a escola como um sistema, onde seus componentes estão nas relações profissionais, as dimensões de trabalho, o funcionamento da escola e as características de cultura. A partir destes pressupostos, a autora delimita características que favorecem ou não as mudanças ou inovações no espaço educacional. A esta realidade, “acrescenta-se [...] uma série de conflitos de poder entre a administração e os meios profissionais, a respeito do modo de tomada de decisão e da definição dos padrões de qualidade.” (p.13)

Temos aqui uma nova proposição de inovação, que no início do século XXI destaca a gestão democrática nas escolas. Este debate passa primeiramente pelo legado de “Anísio Teixeira, Paulo Freire e Demerval Saviani” que “[...] contribuíram decisivamente para o delineamento do progressivismo pedagógico no Brasil e, por diferentes caminhos e inúmeras controvérsias, contribuíram para a defesa de uma escola democrática em nosso país.” (Silva, 2021, p. 08)

Estes autores trazem consigo princípios curriculares que desenham o acesso, permanência e sucesso dos estudantes: “a promoção de oportunidades, a dialogicidade como conteúdo e método e a opção pelos conhecimentos socialmente relevantes.” (Silva, 2021, p. 08)

Outro aspecto desafiador entre gestão e comunidade escolar, em relação às inovações, são as resistências dos educadores. Quando modelos inovadores são aplicados em escolas, temos vários fatores que acarretam seu encaminhamento: condições que possibilitem conhecimento sobre o que será inovado, e principalmente, quem as aplicará, no caso, o corpo docente.

Os autores Hernández et al (2000) ao analisarem políticas de inovação e suas avaliações posteriormente encontraram resultados importantes, como por exemplo o ato de inserir algo novo, sem a consulta dos professores, isso acarretava em realidades diferentes do que a escola pretendia; professores que não executavam de maneira satisfatória, reflexo de uma política que adotada, mas não internalizada pelos profissionais, e principalmente pelo desconhecimento do que já se utilizava em sala e do que já era inovado pelos professores. Estas análises afirmam o que os autores enunciam no subtítulo: As inovações não perduram se não se conta com os docentes.

O desafio da gestão é a de cativar seus docentes para a inovação, proporcionar formação adequada ao que se exige daquela nova inserção pedagógica/ curricular.

Há docentes que já aceitaram uma dinâmica de inovação que já faz parte integral de seus esquemas de trabalho, mas outros não assumiram a incerteza que lhes transmite a inovação. As diferenças observadas na equipe são um sintoma evidente de como cada um dos professores vive a inovação. O diferente grau de envolvimento na inovação passa a ser determinante em certo momento, quando se coloca a continuidade da assessoria. (Hernández et al, 2000, p. 167)

A realidade acima citada, pode ocorrer em qualquer escola do cenário brasileiro, mas ainda pode ser agravada por políticas que não se aproximam da realidade dos espaços escolares retirados das capitais. De maneira geral, a gestão da escola, como primeiro contato entre professores e agentes políticos que elaboram inovações na área da educação, precisa realizar a prática de acompanhamento desta inovação em sala de aula. Profissionais capacitados, com propriedade dos atos inovadores são pontos positivos para a gestão avaliar estas transformações.

2.3 CAMPO TECNOLÓGICO, DO FINANCIAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A inovação no âmbito tecnológico educacional tem uma trajetória relacionada intrinsecamente às transformações do final do século XX e início do XXI. Elas vêm do intuito de um Estado brasileiro mais eficiente, menos burocrático e assim, competitivo e portanto, efetivo para a sociedade. Neste ponto, considero importante entender a participação de projetos nacionais enquanto órgãos sem fins lucrativos e sua influência no campo da conectividade dentro das escolas. Esta aplicabilidade se tornou tão expressiva nacionalmente, devido a estratégia de *advocacy*, de maneira que uma causa definida, no caso a educação pública e sua eficiência, são definidas e analisadas, seguindo pela promoção social, deixando claro que em algum momento o Estado foi falho, e então a partir da percepção pública, acumulam forças para posteriormente, influenciar e modificar legislações. Voltada para a educação pública, houve a criação do Instituto Gestão Educacional (IGE), que promovia cursos online para gestores e lideranças através do projeto “Gestão para o Sucesso Escolar”, que segundo a Fundação Lemann:

[...] consolidação da cultura de gestão por resultados, centrando o aprendizado do aluno como razão de ser de toda a escola e valorizando a utilização de instrumentos de avaliação como ferramenta de trabalho. Esta é uma escolha natural para um Conselho formado por pessoas com vivência no uso dos princípios de qualidade e na lógica de que todo recurso deve ser otimizado de forma a se obter o máximo com o que está disponível (Fundação Lemann, 2003, p. 12 apud Brit; Martins, 2020, p. 07)

O artigo “Programa De Inovação Educação Conectada: A nova política nacional para o uso das Tecnologias Digitais nas escolas públicas no Amazonas”, de autoria de José Augusto de Melo Neto e Selma Suely Baçal de Oliveira (UFAM, 2022) abordam sobre a política de inovação tecnológica, que deriva das ações do PNE 2014- 2024. Onde, no ano de 2017, com o Decreto nº 9.204⁵, que posteriormente se tornou política em 2021, define que seja fomentado o acesso

⁵ Comitê revogado pelo decreto Decreto Nº 11.713, de 26 de Setembro de 2023 que Institui A Estratégia Nacional De Escolas Conectadas.

universalizado à internet, assim como o uso intensivo em salas de aula. Neste decreto eram definidos o “Comitê Consultivo do Programa de Inovação Educação Conectada”, sob a coordenação do Ministério da Educação, que consistia na participação das seguintes instituições:

a) três representantes do Ministério da Educação; b) um representante do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; c) um representante da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); d) um representante do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES); e) um representante do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed); f) um representante da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime); g) um representante do Comitê Gestor da Internet (CGI); h) dois representantes de entidades privadas e de organizações da sociedade civil com reconhecida atuação nas áreas de educação, tecnologia e inovação, com capacidade de aportar recursos financeiros para as ações do Programa. (Brito; Martins, 2020, p. 11)

Como previsto, tanto a Fundação Lemann, quanto o Centro de Inovação para a Educação Brasileira foram eleitos para o último item. E junto ao Comitê de Gestão, seriam necessárias etapas de implementação do programa, assim foram definidos quatro eixos: capacitação de profissionais dentro das escolas em seus respectivos estados e municípios, e que seriam responsáveis pelo “Planos Locais de Inovação”; as escolas obteriam conteúdo digital através das plataformas: “Plataforma Integrada e Plataforma AVAMEC”, para conteúdo estudantil e formação de professores respectivamente; investimento em equipamentos físicos; apoio técnico e financeiro⁶

Brito; Martins (2020) citam que:

Para o cumprimento do previsto no Edital de Seleção n. 001/2018, além do BNDES e CIEB, a Fundação Itaú Cultural também se inseriu para a parte operacional. Juntamente com a Fundação Lemann, cada uma delas participando, até 2019, com 10 milhões de reais, as instituições complementaram os recursos aportados pelo governo federal, por meio do Fundo Social BNDES, este último na ordem de 22 milhões de reais (BNDES, 2019). (p. 12)

Harvey (1996) traz o conceito de empresariamento da seguinte forma, e nos exemplifica o cenário produzido acima:

O novo empresariamento tem como característica central a noção de “parceria público-privada”, na qual as tradicionais reivindicações locais estão integradas com a utilização dos poderes públicos locais para atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego (p. 52)

Estas disputas entranhadas no setor educacional/ público se tornam evidentes quando se colocam frente a frente os sujeitos envolvidos e suas intenções que são veladas pela “boa intenção” de um país melhor para todos e as pautas que são discutidas nos textos legais.

⁶ Edital de Seleção n. 001/2018, referente à Chamada Pública “BNDES – Educação Conectada – Implementação e Uso de Tecnologias Digitais na Educação”

Assim, torna-se marcante, por um lado, a preocupação com o conjunto de mercadorias (bens e serviços), que se traduzem como o quantitativo de equipamentos e pontos de acesso. Por outro, há a preocupação com aquilo que se considera essencial para o uso pedagógico da tecnologia, a saber, a banda larga (alta velocidade de conexão da internet) e o funcionamento em rede de computadores. (Brito; Martins, 2020, p. 13)

Em um cenário como as escolas públicas situadas no Amazonas surgem percentuais mínimos de acesso e adesão das escolas, reflexo de um programa que não se ajusta às demandas locais. Os autores ainda declaram que o discurso mercadológico não atende às necessidades da região, de maneira que as escolas não possuem suporte físico para tal demanda, dificultando esta adesão. Este cenário se repete nos mais diferentes relatos e pesquisas pelo país. Escolas urbanas e principalmente rurais que sequer possuem acesso à internet, não conseguem adesão ao programa pela falta infraestrutura que possibilite o mínimo de conexão.

A experiência da tecnologia nas escolas, suas inserções, métodos e resultados têm sido uma problemática em outros países latinos, como no artigo Políticas Educativas para la Innovación, Inclusión Y Tic en Bolivia, Paraguay y Uruguay, de Manzanilla- Granados; Navarrete- Cazales; López-Hernández (2023), inclusive sobre a utilização do conceito inovação, que deve estar associado às demandas locais:

[...] presentando una incertidumbre que obliga a los sistemas a plantear proyecciones a futuro, que brinden atención a las problemáticas propias de su tiempo y espacio, comprendiendo con ello que la innovación no es ahistórica y no puede trasladarse de una realidad a otra, pues lo que puede resultar innovador para un contexto puede no serlo para otro, por lo que el diagnóstico y el reconocimiento de las problemáticas de cada zona es esencial para proponer las metas, objetivos y estrategias al interior de cada agenda pública. (p. 02 e 03)

Este desafio coloca em dúvida principalmente o acesso democrático às inovações educacionais, visto que por vezes é faltoso o acesso democrático às tecnologias em sala de aula. E a relação delas se torna unificada pois, segundo os autores:

Asimismo, las TIC son consideradas parte fundamental de los sistemas educativos pues ofrecen un medio para innovar en el ámbito educativo a partir de nuevas formas de acceso a la educación que favorecen a su vez la inclusión de las poblaciones vulnerables (NAVARRETE; MANZANILLA; LÓPEZ, 2021 apud Manzanilla-Granados; Navarrete- Cazales; López-Hernández, 2023, p. 03)

Em relação à demanda, equilíbrio entre o que o aluno já conhece e o que ele tem ao seu dispor como diferente, estamos rodeados de tecnologias tidas como inovação nos espaços escolares. Mas em cada realidade a inovação é um atributo a ser explorado. Souza; Teixeira; Carminati (2015) evidenciam que a escola é deliberada para o uso de tecnologias que proporcionem a eficiência no

ensino, mas como agente educativo, é necessário compreender que o hardware não basta em si, de maneira que as:

[...] práticas pedagógicas, ainda que pesem as ações singulares para o que se possa nomear como alguma inovação em cada escola, pela equipe pedagógica ou por professores, o pressuposto de inovação não está detido exclusivamente no laptop educacional. (p. 387)

Esta conjuntura é agravada quando em noticiários, há o enunciado de investimentos grandiosos em equipamento tecnológico, mas que a formação docente não dá conta desta demanda, assim “As questões de inclusão ou exclusão digital ficam reduzidas à presença do objeto, o computador, e a formação de professores.” (Souza; Teixeira; Carminati, 2015, p. 388)

É necessário um maior aprofundamento sobre as relações de interesse entre o que é investido, quem investe nas TIC, quais os sentidos de inovação que busca caracterizar, assim como o discurso colocado em relação aos responsáveis por aplicar as inovações em sala de aula, quais materiais e capacitações são disponíveis a estes sujeitos e de que forma a escola manterá este acesso, junto às articulações estatais.

3 INOVAÇÃO, PROXIMIDADES COM O DISCURSO NEOLIBERAL E AS IMPLICAÇÕES NA QUALIDADE EDUCACIONAL

A inovação na educação possui o caráter de transformar a educação, aprimorar metodologias e qualificar o cenário pedagógico, quando inserida de maneira democrática e vantajosa para os estudantes. Recentemente a OCDE⁷ publicou um relatório sobre a educação brasileira em comparação aos demais países, de maneira a buscar uma equiparação, partindo de um viés de agenda global que reúne aspectos a serem alcançados e que por consequência são considerados qualitativos e equitativos no que se considera qualidade na educação.

Este relatório foi publicado primeiramente com o título: *Education in Brazil: an international perspective*© OECD 2021, e “[...] foi desenvolvido com base em dados sobre a Educação no Brasil, em comparação com outros países, utilizando-se, em particular, da extensa gama de informações coletadas pela OCDE.” (OCDE, 2021, p. 05). A OCDE é a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico, criada em 1961. Têm adesão de países europeus e não europeus, abrangendo grandes economias, atualmente sendo 36 países- membros. Para fazer parte deste grupo é necessário uma economia atuante no mercado, orientada por governos que são considerados democráticos e como propósito, o bem estar das populações e melhoria de economias dos países membros.

Esta associação de países coopera para a melhoria e crescimento conjunto, e em 2022 o Brasil, que não fazia parte, é considerado como elemento-chave e participante dos comitês de organização, recebe o convite para dar início à adesão que é logo aceito pelo governo atuante naquele momento. É considerado como um reconhecimento devido o país ter grande participação e concordância com os objetivos e projetos elaborados, ou consentidos, juntos à OCDE. Uma das ações que colaboram para esta adesão, por exemplo, é o Somos Todos pela Educação, que em trabalho conjunto com a OCDE, busca pela melhoria da qualidade na Educação Básica brasileira.

Destacam ser um órgão sem financiamento público e assim, permite-se maior liberdade em decisões e planejamentos relacionados à melhoria dos aspectos qualitativos educacionais, trabalhando em conjunto com a sociedade e atores políticos, ainda que possua apoio do Governo Federal, explicitando agradecimento ao Ministério da Educação e o Ministério das Relações Exteriores no relatório junto à OCDE. Consideram importante voltar os olhares para os indicadores

⁷ Publicado originalmente pela OCDE em inglês sob o título: *Education in Brazil: an international perspective*© OECD 2021.

educacionais e ali delimitar objetivos para melhorias que serão debatidas junto à sociedade. Da mesma forma, o relatório possui uma orientação de destaque às ações de implementação que obtiveram sucesso, planejamento e ponderações sobre políticas públicas educacionais. (OCDE, 2021, p. 07)

Os índices de melhoria que acarretam a qualidade na Educação brasileira permeiam por questões de abertura de vagas, permanência dos estudantes nas escolas que, com a criação de políticas públicas, possibilitam este acesso proveitoso. Os níveis de escolaridade são um dos problemas ainda a serem combatidos assim como os demais, mas com o intuito de criar formas de manter jovens dentro da escola para completar o ensino médio.

Esta é uma dificuldade acarretada pela vulnerabilidade social da maioria destes jovens, que precisam trabalhar para auxiliar nos custos domiciliares. Este impasse é ainda mais visível em um país como o Brasil, onde suas diferenças sociais são evidentes, por isso o relatório explicita que : “Embora a situação socioeconômica e as diferenças regionais sejam fatores que influenciam em todos os sistemas, seus impactos são mais fortes no Brasil do que em muitos países comparáveis.” (OCDE, 2021, p. 21)

Um dos programas da OCDE que visa avaliar os estudantes buscarem pelas equiparações a outros países é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), pois para esta avaliação, é necessário além de estar dentro do sistema de ensino do país, aprender. E neste programa o aprendizado é uma das métricas qualitativas do que se ensina e aprende no Brasil.

Assim, durante o relatório percebemos diversos apontamentos sobre políticas públicas direcionadas à educação. Destaca-se no relatório que ainda se “investe muito em educação superior” (p. 22) em relação à educação infantil, dado este de algumas discordâncias, pois quando se há investimento no ensino superior e nas áreas da Educação, formam-se profissionais aptos em verificar e propor melhorias neste âmbito. Apenas profissionais capacitados na sua área poderão perceber e promover progressos nas políticas públicas voltadas a todas as etapas da educação. A OCDE (2021) em seu relatório ainda destaca que:

Ao enfrentar esse desafio, o Brasil pode contar com as muitas características virtuosas que já demonstrou ter e com sua história de desenvolvimento de políticas inovadoras, evidente não apenas na esfera nacional, mas também na variedade de iniciativas criativas elaboradas por Estados, Municípios, escolas e universidades em todo o País. (p. 27)

Isto posto, consideraremos a problemática desta agenda mundial e um estudo mais aprofundado sobre as medidas que políticas inovadoras que têm sido exigidas na Educação. Questiona-se no decorrer do texto se a Inovação atribuída aos processos educativos são de certa maneira novidades que levam a uma forma de ensino diferente ou apenas aproximações com discursos que validam um enunciado hegemônico.

3.1 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024) E AS APROXIMAÇÕES COM A INOVAÇÃO

Segundo Dourado; Oliveira; Santos (2007) a educação além do espaço-tempo escolar, é uma prática social, mas enquanto “[...] educação escolar, objeto de políticas públicas, cumpre destacado papel nos processos formativos por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas.” (p. 07) De acordo com o texto escrito por eles, diferente do que foi apontado na introdução em relação à OCDE, temos aqui uma organização centralizada no contexto das Américas, continente do qual o Brasil situa-se, e este estudo busca pela compreensão da equiparação à esta realidade.

Consideram de extrema importância a realidade na qual existem constantes transformações que ao serem apreciadas visualizam as necessidades sociais e suas demandas.

Os conceitos, as concepções e as representações sobre o que vem a ser uma Educação de Qualidade alteram-se no tempo e espaço, especialmente se considerarmos as transformações mais prementes da sociedade contemporânea, dado as novas demandas e exigências sociais, decorrentes das alterações que embasam a reestruturação produtiva em curso, principalmente nos países membros da Cúpula das Américas⁸. (Dourado; Oliveira; Santos, 2007, p. 07)

É necessário salientar que aqui, os autores possuem uma delimitação de agentes influenciadores. Anteriormente utilizou-se de parâmetros mundiais, aqui temos esta distribuição internacional, mas com países próximos à realidade brasileira, logo esclarece-se que será para:

[...] contribuir com a identificação de condições, dimensões e fatores fundamentais do entendimento do que seja Educação de Qualidade, considerando a ótica dos países membros da Cúpula das Américas, bem como de organismos multilaterais, a exemplo da Unesco e do Banco Mundial, que exercem influência considerável na formulação das políticas educacionais da região. (p. 07)

⁸ A Cúpula das Américas é uma reunião com diferentes chefes de Estado das Américas Latinas, tendo sua primeira edição em 1994, na cidade de Miami. Esta primeira reunião foi marcada pela proposta da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) que buscava por um livre comércio entre estes países, inclusive diminuindo burocracias alfandegárias, exceto Cuba. Fazem parte da Cúpula das Américas: Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Cuba, EUA, México, Paraguai, Trinidad e Tobago e Venezuela.

Enquanto organização, a Cúpula debatia diferentes temas envolvendo economia, erradicação da pobreza, desenvolvimento sustentável e social e educação, que teve seu primeiro protagonismo na reunião ocorrida no Chile em 1998. Assim:

[...] visando assegurar os cumprimentos dos marcos do Plano de Ação em Educação, adotados por chefes de Estado e Governo, com as seguintes metas gerais: assegurar que, até o ano de 2010, todas as crianças concluam a educação primária de qualidade e que, pelo menos, 75% dos jovens tenham acesso à educação secundária de qualidade, com percentagens cada vez maiores de jovens que terminem seus estudos secundários, e oferecer oportunidades de educação ao longo da vida à população em geral. (Dourado; Oliveira; Santos, 2007, p. 08)

Considerando o excerto acima citado, referente ao ano de 2007, volvemos para a atualidade, e tendo esta meta como parte de uma métrica qualitativa da Educação, consideremos uma pesquisa rápida no Plano Nacional de Educação, que desde 2001, quando instituído, ainda passou por diversas discussões envolvendo os campos políticos, agentes sociais pela educação democrática e a população em geral. O Plano Nacional de Educação (PNE) tem como principal atribuição a de “[...] direcionar a ação do Estado de forma a torná-la racional.” (BRASIL, 2015, p. 10), de maneira que a Lei nº 13.005/2014, seja “[...] um instrumento de planejamento do nosso Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor.”(Brasil, 2015, p. 07)

De acordo com o Relatório PNE 2014- 2024 a meta apontada por Dourado; Oliveira; Santos (2007) no excerto acima, se mantém em relação à universalização de matrículas e conclusão da educação primária de qualidade, enquanto a porcentagem de jovens da educação secundária subiu de 75% para 85% até o fechamento da vigência deste PNE (2014-2024) (p. 33).

Importante destacar que neste Relatório consta a participação do Movimento Todos pela Educação como um dos representantes de discussões sobre “Qualidade na Educação” (p. 36), sobre o “Relatório do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa)” (p. 38) e sobre o “Debate preliminar sobre a meta 20, especificamente sobre Recursos e Investimentos Educacionais e Custo-Aluno-Qualidade” (p. 39), entre outros, ocorridos nas Audiências Públicas realizadas na Câmara dos Deputados. Julgo relevante destacar os sujeitos representantes nos processos de construção da Educação no Brasil, pois nesta pesquisa, há o intuito de reconhecer quem cria e para quem são criadas as políticas, dispondo de atenção no que está oculto nos discursos.

Dourado; Oliveira; Santos (2007) ressaltam que:

A Qualidade da Educação, entendida como fenômeno complexo, deve ser abordada a partir de várias perspectivas que assegurem dimensões comuns. Segundo Boletim da Unesco (2003, p. 12), a OCDE e a Unesco utilizam como paradigma, para

aproximação da Qualidade da Educação, a relação insumos- processos- resultados. Desse modo, a Qualidade da Educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula, ou seja, os processos de ensino- aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem das crianças, etc. Destaca, ainda, que a qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho do aluno. (p. 09)

Temos então um PNE 2014- 2024 (Brasil, 2014) que atualmente conta com metas que devem ser cumpridas até o final de sua vigência. Nele observamos que a inovação aparece primeiramente na “Meta 5: alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do ensino fundamental.” (p. 58) mais precisamente na estratégia 5.4 no que diz respeito às abordagens metodológicas voltadas às tecnologias “[...] e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização” (p. 59) e a 5.6 que com o mesmo objetivo, indica a formação continuada dos profissionais para esta incumbência. (p. 59)

A Meta 7 objetiva “fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb.” (p. 61) e a inovação está indicada na estratégia 7.12 como incentivadora das práticas pedagógicas voltadas às tecnologias, contemplando todas as fases escolares assegurando aprendizagem com diversidade desses recursos.(p. 63)

Na Meta 9 que trata principalmente da alfabetização de jovens e adultos e elevação da “[...] taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três inteiros e cinco décimos por cento até 2015 e, até o final da vigência deste PNE [...]” (p. 68) situa a inovação em apoios técnicos e financeiros de acordo com as necessidades dos estudantes na estratégia 9.9. (p. 69)

Dourado; Oliveira; Santos (2007) contribuem para que compreendamos:

[...] é fundamental ressaltar que a educação articula-se às diferentes dimensões e espaços da vida social, sendo ela própria elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas. Isto quer dizer que a educação é perpassada pelos limites e possibilidades da dinâmica econômica, social, cultural e política de uma dada sociedade. (p. 09)

Para a Meta 12, voltada ao ensino superior, coloca-se em evidência as estratégias 12.3, 12.14 e 12.21 (p. 73, 74 e 75), que quando referenciam a inovação como parte fundamental das ações, associam às metodologias em sala de aula e principalmente na formação de profissionais que adquiram habilidades inovadoras no seu campo profissional.

Enquanto na Meta 14 objetiva-se “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e

cinco mil doutores.” (p. 77), na estratégia 14.11 busca-se por investimento de pesquisa para a melhoria dos recursos humanos, isso de acordo com a estratégia, melhorará e estimulará a competitividade das empresas (p. 78). A estratégia 14.15 é voltada para a produção e registro de produtos, conforme a inovação aplicada na pesquisa.

Aprecio buscar um trecho do que Michael W. Apple (1996) traz em seu capítulo intitulado: O que os pós-modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial, no livro Neoliberalismo, qualidade total e educação (1996), organizado por Gentili; Silva. Nele, inicia com um relato ocorrido no estado de Wisconsin (EUA) quando o Departamento de Educação Pública e o Legislativo decidem sobre o currículo educacional nas universidades. Esta decisão determinava que:

[...] todos/as os/as estudantes de graduação que quiserem tornar-se professores/as terão que cursar “Educação para o Emprego”, que consiste em essência, num curso sobre as “vantagens do sistema da livre empresa”. Ao mesmo tempo, todos os currículos escolares nos níveis elementar e secundário – atingindo crianças de cinco anos para cima – também terão que incluir em seu ensino um programa coerente de educação para o emprego. (Apple, 1996, p. 181)

O autor destaca que quando se definem mudanças em currículos universitários ou na educação básica, é necessário atentarmos que uma mudança influencia a outra, seja quando formam professores que atuarão com essas crianças, sejam estas crianças aprendendo sobre inovar e empreender desde cedo, reforçando um discurso empresarial que refletirá em suas formações no futuro. Quando é destacado que agentes influenciáveis ainda possuem a voz mais alta nas decisões sobre a educação brasileira, temos objetivos a serem transformados. Apple (1996) respalda quando diz: “Grupos poderosos no governo, na economia e nos movimentos sociais ‘populistas autoritários’ têm sido capazes de redefinir [...] os termos do debate na educação, no bem estar e em outras áreas do bem comum.” (p. 183)

Interessa colocar em destaque o caminho percorrido até aqui, justificando a utilização de documentação que direciona a Educação brasileira por todos estes anos. Assumir o PNE como um dos documentos mais importantes para a construção e manutenção de políticas públicas é necessário, pois sua manutenção garante que as metas sejam cumpridas e torna todas as fases da educação, formação de professores e o campo científico, mantenedores desta qualidade, mas como citado acima, não fechemos os olhos para os discursos colocados em suas estratégias.

Temos então o cenário mundial colocado aqui pela OCDE e a Cúpula das Américas, temos agentes não governamentais que influenciam na tomada de decisões, o próprio governo permeado por diversas mudanças, que muitas vezes não acompanham a realidade da sua população, vide a

inserção tecnológica em escolas que não consegue ser acompanhada dentro dos domicílios destas crianças, devido suas condições financeiras. E por fim o PNE como documento consolidador de políticas voltadas para a qualidade na Educação.

As concepções de qualidade que aparecem nos documentos dos organismos, em que pesem as variações, apresentam alguns pontos em comum, como, por exemplo, a vinculação do conceito de qualidade a medição, rendimento e a indicação da necessidade da instituição de programas de avaliação da aprendizagem, além de apontar algumas condições básicas para o alcance da qualidade pretendida (Dourado; Oliveira; Santos, 2007, p. 12)

O papel da pesquisa e elaboração desta discussão enfrenta discursos hegemônicos como o da inovação, competitividade e mercantilização de formação e metodologias que a cada dia permeiam mais o escopo educacional no cenário brasileiro. Intermediadores que aplicam esta inovação como meio de melhorias, metodologias, tecnologias e a população que acaba sendo beneficiada ou desfavorecida com estas políticas. Dourado; Oliveira; Santos (2007) colaboram para melhor entendimento quando destacam que:

As pesquisas e os estudos sobre a Qualidade da Educação revelam, também, que uma educação de qualidade, ou melhor, uma escola eficaz é resultado de uma construção de sujeitos engajados pedagógica, técnica e politicamente no processo educativo, em que pesem, muitas vezes, as condições objetivas de ensino, as desigualdades socioeconômicas e culturais dos alunos, a desvalorização profissional e a possibilidade limitada de atualização permanente dos profissionais da educação. (p. 11)

Como dito anteriormente, o além-sala de aula, além-escola, é imprescindível ser colocado em debate, ainda que uma escola possua estrutura necessária para o desenvolvimento de seus estudantes tanto nas aprendizagens quanto no seu reconhecimento de ser cidadão. A visão política liberal de competitividade, meritocracia e política antidemocrática, que serão melhor exploradas no decorrer deste estudo, poderão nos trazer panoramas concretos sobre sua influência.

Políticas públicas que possibilitem a continuidade do que se aprende na escola, por exemplo, uma criança que não possui computador ou qualquer meio tecnológico em sua residência, acaba não tendo uma continuidade, mesmo que seja de entretenimento, e este “[...] acesso a bens culturais e tecnológicos, como a Internet [...] interferem significativamente no desempenho escolar e no sucesso dos alunos.” (Dourado; Oliveira; Santos, 2007, p. 14)

É necessário a construção de políticas que atendam o básico no dia a dia da comunidade. Esta dimensão percorrida acima é definida como dimensão extra-escolar pelos autores, por isso:

[...] dizem respeito às múltiplas determinações e às possibilidades de superação das condições de vida das camadas sociais menos favorecidas e assistidas. Estudos e

pesquisas mostram que as dimensões extra-escolares afetam sobremaneira os processos educativos e os resultados escolares em termos de uma aprendizagem mais significativa [...]. (Dourado; Oliveira; Santos, 2007, p. 14)

De maneira que possibilite uma criança conviver no espaço escolar durante o dia enquanto mães solo possam trabalhar; que a condição diária de uma criança seja de acolhimento por seus educadores, quando o centro familiar não suprir esta necessidade; e que o Estado proporcione formação profissional e preparação pessoal para que os professores sejam capazes psicologicamente para atender às demandas, principalmente de crianças que necessitem do afeto extra-familiar.

3.2 DEFINIÇÕES E DIMENSÕES SOBRE A INOVAÇÃO

A escola possui diferentes papéis: sociais, econômicos, políticos, etc. É necessário que sujeitos pesquisadores tenham olhares atentos para este local, pois em sua dinâmica diária, expõe e intensifica contatos, construindo uma sociedade de diferentes, em diálogo constante. Historicamente passamos pelo processo de secularização, que é o momento pelo qual, a partir do século XIX, as instituições religiosas deixam de ser protagonistas e passa-se a ter novas formas de institucionalização, que não mais a tradicional.

Wanderley (1989) nos ajuda a entender quando cita exclusivamente o campo educacional e a realidade que foi transformada historicamente:

[...] a demanda por mão de obra exigida pelo desenvolvimento da economia, as exigências de novas qualificações e habilidades (desde a alfabetização até a formação especializada de técnicos e cientistas), o processo educativo usado como meio dos setores dominantes para a sua dominação política e controle social, entre outros fatores desenvolveram as características fundamentais da educação nas sociedades modernas. (p. 33)

As mudanças econômicas possuem características de manter valores acumulados, e da mesma forma, em diferentes estágios, de forma que mesmo em sociedade desenvolvida tecnologicamente, ela seja capitalista e por consequência, desigual. Uma economia que constantemente possui mudanças, acaba por influenciar nas suas ações educativas, de maneira que conforme as indústrias demandam de mão de obra especializada, também exige formação de cientistas em universidades, técnicos industriais, etc.

Wanderley (1989) exemplifica também o modelo de dependência, onde todos os processos de hegemonia são calçados por ideologias impostas ou que dependem de outras exteriores àquela

realidade. Onde “[...] a educação preserva e reproduz as relações de classe no interior da nação periférica” (p. 37) da mesma forma que organizações mundiais definem estratégias para países que não possuem a mesma realidade e sua comunidade ainda não conseguiu alcançar médias que são levadas em consideração para avaliações de estudantes. Assim:

[...] a dependência pressupõe um processo de transplante cultural intenso: formação de professores e de alunos em instituições dos países centrais, cópia de modelos organizativos estrangeiros na estruturação dos sistemas escolares nacionais periféricos, emprego de categorias de análise e dos últimos temas da moda em voga no exterior – se a necessária busca de adequação na explicação da realidade local e nos meios de sua operacionalização. (Wanderley, 1989, p. 37)

E quando temos um modelo de dependência nos moldes de um discurso hegemônico, acabamos por tomar as concepções como adequadas ainda que existam análises de classes sociais e seus relacionamentos com o trabalho e ações educativas, formação política e crítica dos sujeitos, abrindo horizontes para o entendimento da sua realidade e causas. E aqui a inovação entra como um “processo de mudança social” (Wanderley, 1989, p. 38). O autor cita Rogers (1969) que corrobora ao dizer que “É a novidade percebida da ideia no indivíduo que determina sua reação diante dela. Se a ideia parece nova e diferente ao indivíduo, é uma inovação. (p. 39)

Wanderley (1989) cita Linton(1967) que define a inovação como um “[...] descobrimento ou invenção.” (p. 41) Inclusive partem do princípio como algo novo, partindo de novos princípios, de modificação de algo que existe pensando na eficiência que trará para a nova ferramenta inovadora. Novamente podemos centralizar nosso debate, pois Wanderley (1989) contribui em relação à produção de inovações no âmbito acadêmico.

Critica que esta produção de inovações fica a cargo primeiro de multinacionais que idealizam as inovações de acordo com seus interesses, e posteriormente a cargo das universidades, que atribuem aos pesquisadores a produção. A problemática segue no que diz respeito ao controle destas inovações ao saírem do âmbito acadêmico, pois dali em diante não possuem mais gerência da criação. O autor salienta que os meios de controle do que é inovado ainda estão nas mãos de grandes influências globais e governamentais.

Muitas teorias modernas dão uma ênfase especial ao desenvolvimento das inovações tecnológicas, articuladas com as crescentes necessidades de expansão das forças produtivas no sistema capitalista, que exercem uma pressão contínua para o surgimento de inovações educacionais, geralmente controlada em função das exigências das políticas econômicas e no sentido de que respondam aos seus imperativos. (Wanderley, 1989, p. 50)

Compreender o discurso oculto em algumas inovações traz consigo a indicação de suas verdadeiras intenções na comunidade na qual ela está sendo empregada. Os fundamentos da sua criação também nos dão sinais dos agentes destinados à tarefa de inovar e expandir sua ideia para a sociedade. O autor nos dá material suficiente para uma primeira análise que nos ajuda a alcançar os significados de quem inova, como se inova/de que forma, o que é inovado e as motivações para essa inovação.

O capítulo seguinte é dedicado a esta análise mais aprofundada e que nos trará um debate para além do que é dito.

4 CAMINHOS DAS ANÁLISES DOS CONTEÚDOS DOS PLANOS DE GESTÃO: EXPLORAÇÃO E CONSIDERAÇÕES SOBRE O DOCUMENTO

O conceito de uma educação inovadora perpassa pelo que se entende daquilo que é novo, que não existe ainda, ou que, existindo, encontram-se novas formas de fazê-lo. As primeiras formas de inovação educacional que um professor aborda na sua trajetória como educador cruza com a educação informal. Aquela onde você “inova” junto à comunidade, instiga pais, alunos e comunidade na participação daquele conhecimento a ser descoberto.

É considerável salientar que a inovação possui seu conceito atrelado às “tendências”, mostrando sua preocupação com o que é tecnológico e por consequência “moderno”. Segundo Ferreti (1989) “inovar significa introduzir mudanças num objeto de forma planejada visando produzir melhoria no mesmo.” (p. 56)

Considera-se também inovador no âmbito educacional desde que leve em consideração qual conceito inovador será abordado. Logo, para que uma abordagem seja considerada inovadora é necessário que seja “[...] submetida ao crivo dos fins que a motivaram a determinar, então, em que medida pode, ou não, ser considerada significante” (Ferreti, 1989, p. 57)

Ao fazer a leitura do livro “Inovação Educacional no Brasil”, coordenado por Walter E. Garcia em colaboração com demais autores, verifica-se a contemporaneidade que os escritos possuem. E da mesma forma, fui levada a pesquisar sobre a temática, visto que a inovação no campo educacional ainda nos anos 80/90, já possuía notoriedade, e seguindo a proposta do livro, é de relevância que sejam analisadas no contexto atual. Ainda que alguns aspectos sejam mantidos, como Garcia (1989) destaca ser urgente evocar estudos “[...] sobre o perfil do inovador educacional no Brasil. Alguns parecem-nos extremamente presunçosos e outros talvez só consigam certa projeção em razão das infundáveis concessões que são capazes de fazer os poderosos.” (p. 09)

Garcia (1989) ao terminar esta fala nos desperta a continuar o raciocínio em relação ao que é cedido pelos “poderosos”. Quem são estes “poderosos” atualmente? Podemos colocar este sujeito como o mantenedor do status quo? Ou aquele que detém poder sobre decisões no âmbito macro e micro dentro das escolas, seja através de políticas públicas nacionais, seja na escolha dos diretores, através de indicações políticas. O poderoso pode não ser exatamente um sujeito, personificado, ele pode ser visto como instituições governamentais, que definem diretrizes e normativas para a educação no que diz respeito às suas políticas públicas, moldadas aos interesses de outros

poderosos. “Poderosa” também pode ser a ideologia dominante, que influencia e designa cenários. Garcia (1989) enfatiza que:

1º- Consideramos difícil qualquer estudo da inovação educacional dissociado de uma análise mais aprofundada das condições de evolução histórica do país. Vários dos colaboradores mencionam este aspecto como relevante. Nesta evolução, onde a matriz cultural externa sempre determinou o rumo da educação, fica patente que, na maioria das vezes, o esforço da inovação educacional tem sido uma tentativa desesperada de modernizar, ou seja, implantar aqui o que dá resultados lá fora. Esta é a realidade que deve ser examinada e meditada. (p. 10)

E, a partir daí, elaborar e descrever as relações entre políticas inovadoras na educação e sua relação com o discurso neoliberal, este, que por sua vez, possui a princípio, papel **condutor/poderoso**. Para compreender esta relação é necessária uma visão ampla e crítica sobre os fins no qual as inovações propostas nos planos de gestão são inovadoras. E em que medida elas renovam ou transformam o ato educativo. Com isso, também demonstro a relevância deste estudo com vistas ao contexto de políticas públicas e estudos debruçados na gestão democrática junto aos seus documentos legais.

4.1 SOBRE GESTÃO DEMOCRÁTICA E A FERRAMENTA: PLANOS DE GESTÃO ESCOLAR

Os planos de gestão são documentos e **instrumentos** que viabilizam a gestão democrática e participativa. Seu surgimento é fruto de um momento onde a redemocratização brasileira se estabelecia, trazia novas perspectivas sobre o futuro educacional no país. Com isso, precisamos compreender a trajetória sobre a administração escolar, no qual, primeiramente, teve seu formato baseado em legislação, de maneira que, expõe uma seção exclusivamente sobre a educação no Art. 205 da Constituição de 1946. A educação escolar ainda era voltada a uma determinada classe social- a burguesia- e ao falar sobre seu acesso, podemos tratar aqui daquela voltada aos interesses destes. Enquanto que, para a classe trabalhadora, estaria apenas “disponível” a qualificação para o trabalho, que de maneira prática, seria o ler e escrever como instrução. Posteriormente, este preparo seria utilizado no trabalho braçal. Subsequentemente, através do que se chamaria administração geral, sendo dos anos 30 até cerca de 1970, este momento na história da Educação brasileira é marcado por:

[...] princípios como racionalidade, eficiência, eficácia e efetividade, sobrepondo-se às questões pedagógicas. O diretor ou administrador escolar era o representante do Estado que ficava encarregado de executar as políticas educacionais. (Silva; Albuquerque, 2021, pág. 11)

Ou seja, todos os processos que necessitavam de olhar pedagógico, social e que suprimiriam a manutenção do status quo, não eram o objetivo, mas, sim, uma administração totalmente tecnicista e caminhando de mãos dadas com as tendências liberais que já se expunham:

[...] os trabalhos tinham base essencialmente teórica, não havendo articulação com estudos empíricos; os instrumentos e processos de gestão escolar eram concebidos como fenômenos essencialmente tecnocráticos, e o diretor escolar era visto como um gerente, cuja função era garantir a produtividade e o controle dos trabalhadores em educação, e a escola durante muito tempo foi sendo pensada apenas administrativamente. (Silva; Albuquerque, 2021 apud Souza, 2017; p. 14).

No sentido de superação do modelo, que mostrava falhas, é colocado como um dos princípios do Art. 206 da Constituição Federal de 1988, assegurar a gestão democrática do ensino público e junto a este movimento era necessário fixar-se a permanência dentro da escola.

É necessário esta retomada histórica, ou parte dela, para a compreensão contextual na qual o cenário político e educacional era direcionado. Época marcada pelos esforços da sociedade para retomar seus locais de direito e pela luta da manutenção da criança no espaço escolar. Incluindo a criação do programa Bolsa Escola que:

[...] tinha por objetivo assegurar a permanência na escola para crianças de famílias de baixa renda, amenizando a situação de pobreza absoluta de famílias de todo o País, e auxiliando na erradicação do trabalho infantil. (Pacheco, 2007, p. 64)

Paro (2010) ao versar sobre a administração escolar é notória a sua preocupação na gestão dos recursos governamentais e melhorias de desempenho. O senso comum atribui uma responsabilidade à má administração pelos desperdícios ou na racionalização de recursos, que, alimentado pelo discurso político burguês, reforça que tal administração escolar não é eficiente.

Posteriormente à promulgação da Carta Magna, profissionais, estudiosos e demais agentes educativos visualizaram diferentes desafios junto a esta redemocratização: a implementação da gestão democrática e por consequência ratificar o que se conhecia por qualidade na educação. Diferente de uma gestão administrativa, esta que perdurou por décadas, outras dimensões deveriam ser consideradas assim como na prática democrática e no planejamento dialógico com a comunidade.

Paro (1992) estabelece como um processo histórico de construção coletiva. Ele alerta que a participação democrática não acontece por si, existem determinantes ideológicos presentes em cada sujeito, isto leva a manutenção das conjunturas.

Assim, se estamos interessados na participação da comunidade na escola, é preciso levar em conta a dimensão em que o modo de pensar e agir das pessoas que aí atuam facilita/incentiva ou dificulta/impede a participação dos usuários. Para isso, é

importante que se considere tanto a visão da escola a respeito da comunidade quanto sua postura diante da própria participação popular. (Paro, 1992, p. 264)

Segundo Paro (1992) é necessário atentar-se ao que já foi colocado em nossa sociedade como mecanismo de gestão. Trazer a comunidade para dentro da escola e permitir a esta, sentir-se pertencente aos processos.

Na perspectiva de uma participação dos diversos grupos na gestão da escola, parece que não se trata de ignorar ou minimizar a importância desses conflitos, mas de levar em conta sua existência, bem como suas causas e suas implicações na busca da democratização da gestão escolar, como condição necessária para a luta por objetivos coletivos de mais longo alcance como o efetivo oferecimento de ensino de boa qualidade para a população. (p. 264)

Estes são os esforços que trazem sentido à democratização do saber. “Não basta, entretanto, ter presente a necessidade de participação da população na escola. É preciso verificar em que condições essa participação pode tornar-se realidade.” (Paro, 1992, p. 256)

Saviani (2014) aponta que quem faz o sistema educacional são os educadores, pois assumem a teoria na sua práxis. Ainda que a estrutura educacional seja feita de um sistema é necessária a organização objetiva.

Segundo a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no art. 14 define as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica e o art. 15 que outorga autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira. Ou seja, enquanto garante através de legislação a educação democrática, ocorre concomitante práticas que ainda são do século passado, diferente do que se busca atualmente: a qualidade em educação.

Atualmente a Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dava vigência por dez anos, finalizando no ano presente traz em suas metas e estratégias e no 2º art. em seu inciso VI cita a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública e o 9º art. leis específicas para a gestão democrática da escola pública. As metas 7 e 9, e suas respectivas estratégias:

7.4) induzir processo contínuo de autoavaliação das escolas de educação básica, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.16) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

[...]

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à

consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (PNE, 2014)

Em destaque a estratégia 19. 6 referente a:

estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos políticos pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares. (PNE, 2014)

Outra ferramenta que promove o incentivo de processos democráticos é a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020 que garante através do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) o recebimento 2,5 pontos percentuais dos recursos. No art. 14:

I- provimento do cargo ou função de gestor escolar de acordo com critérios técnicos de mérito e desempenho ou a partir de escolha realizada com a participação da comunidade escolar dentre candidatos aprovados previamente em avaliação de mérito e desempenho; (Brasil, 2020)

Segundo matéria disponível no site da Secretaria de Educação, “O Plano tem o objetivo de esclarecer as metas, objetivos e ações dos próximos anos das escolas estaduais, na gestão de 2024 até 2027.”

Atualmente a Meta 19, que debruça-se em relação à gestão democrática, não alcançou o que pretendia. Segundo Balanço do PNE 2024 elaborado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação “Observa-se que mesmo essas condições básicas estão em grave falta, anos após o vencimento do prazo e a um ano do fim previsto do Plano.” (p. 189)

As estruturas organizacionais não estavam devidamente estabelecidas, de maneira que:

Em 2023, a maioria dos colegiados intraescolares sequer existia nas escolas públicas brasileiras. De todos os conselhos escolares, associações de pais e mestres e grêmios estudantis que deveriam existir em todas as escolas municipais, apenas 35% de fato existiam. Quando se trata do processo de seleção de diretores, apenas 10,5% daqueles gerindo escolas públicas chegaram ao cargo através de critérios técnicos aliados à eleição com participação da comunidade. (p. 190)

Porém, a justificativa para esta organização não ter tido preparação e sequer manutenção se dá à série de desmontes e que o documento denomina como um “longo vácuo democrático” (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2024, p. 190), destaca ações que o Governo Federal fez, ou deixou de fazer:

[...] foi desmontado o Fórum Nacional de Educação (FNE), tornando-o submisso à decisão monocrática do MEC quanto à sua composição e, a partir disso, sem qualquer independência e legitimidade como espaço de deliberação. Tal ação representou um desmonte do modelo de participação e controle social para o monitoramento e a avaliação do Plano Nacional de Educação, prejudicando

gravemente seu cumprimento. Um agravamento exponencial a esta situação ocorreu através do Decreto nº 9.759/2019, de Jair Bolsonaro, que extinguiu todos os órgãos colegiados criados por Decretos ou Portarias de toda a administração pública federal. Por trás da pretensão de ‘economia administrativa’ e ‘desburocratização’, a medida emblemática o que foi aquela gestão: um governo sem contrapesos internos, sem participação autônoma das entidades e vozes da sociedade, e que se julga plenamente autorizado a gerenciar a máquina pública de forma altamente arbitrária. (Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 2024, p. 190).

No ano de 2023, tanto o Decreto nº 9.759/2019 do ex -presidente Jair Bolsonaro, quanto o Decreto Executivo de 26 de abril de 2017 e da Portaria 577/2017 do governo do ex -presidente Michel Temer foram revogados. O documento salienta que ao levarmos em consideração o contexto em que a educação democrática se coloca, verificamos uma série de arbitrariedades em relação aos seus princípios, onde governos não atendem as demandas da população.

Nas análises seguintes, nos planos de gestão, oportunizarão maiores reflexões acerca do que é colocado à comunidade escolar em relação aos governos que deixaram seu legado e o que é planejado. Considerando o documento como uma ferramenta de apresentação e proposição de um novo gestor.

Este texto debruçar-se-á no estudo e análise de conteúdo dos Planos de Gestão dos municípios abrangentes da região AMOSC, no estado de Santa Catarina. Dispondo dos planos de gestão das escolas selecionadas, após leitura flutuante, organizou-se o Quadro 5: Identificação codificada das escolas, nome do município, escolas que atenderam aos critérios “Notas IDEB por município”. Esta tabela diz respeito ao documento, e sua nota IDEB, tornando-o apto à análise.

Quadro 5: Identificação codificada das escolas, nome do município, escolas que atenderam aos critérios “Notas IDEB por município”⁹

CÓDIGO	MUNICÍPIO	ESCOLAS ESTADUAIS	NOTA IDEB
P1	Águas de Chapecó	Eeb Irineu Bornhausen	6, 2
P2	Águas Frias	Eeb Sete De Setembro	5, 5
P3	Arvoredo	Eeb Prof Benta Cardoso	5,1
P4	Caxambu do Sul	Eeb Cândido Ramos	5, 5
P5	Chapecó	Eeb Coronel Lara Ribas	7, 3
P6	Formosa do Sul	Eeb Rui Barbosa	4,7

⁹ Os municípios de Cordilheira Alta, Coronel Freitas, Nova Erechim e Sul Brasil não estão incluídos na tabela pois suas notas não aparecem no portal QEDu, devido serem apenas projeções.

P7	Guatambu	Eef Agilberto Zandavalli	5,2
P8	Jardinópolis	Eeb Fazenda Triângulo	4,1
P9	Nova Itaberaba	Eeb Dr Serafin Enoss Bertaso	4,0
P10	Paial	Eeb Francisco Maciel Bageston	4,8
P11	Pinhalzinho	Eeb Jose Marcolino Eckert	6,7
P12	Planalto Alegre	Eeb Prof Lourdes Tonin	3,8
P13	Santiago do Sul	Eeb São Tiago	5,0
P14	São Carlos	Eeb Cardeal Arcoverde	7,0
P15	Serra Alta	Eeb La Salle	4,5
P16	União do Oeste	Eeb São Luiz	5,2

Fonte: Quadro elaborado pela autora conforme dados extraídos do portal QEdU. (2024)

Segundo Moraes (1999) esta etapa da análise de conteúdo, representada pelo quadro acima citado, chama-se preparação, constando os seguintes passos:

1.1-Identificar as diferentes amostras de informação a serem analisadas. Para isto recomenda-se uma leitura de todos os materiais e tomar uma primeira decisão sobre quais deles efetivamente estão de acordo com os objetivos da pesquisa. Os documentos assim incluídos na amostra devem ser representativos e pertinentes aos objetivos da análise. Devem também cobrir o campo a ser investigado de modo abrangente.

1.2-Iniciar o processo de codificação dos materiais estabelecendo um código que possibilite identificar rapidamente cada elemento da amostra de depoimentos ou documentos a serem analisados. Este código poderá ser constituído de números ou letras que a partir deste momento orientarão o pesquisador para retornar a um documento específico quando assim o desejar. (p. 05)

Os planos de gestão consistem em uma configuração organizada primeiramente pelos dados da escola, seguindo pela formação acadêmica do gestor proponente. O item “Plano de Gestão” possui título, introdução, objetivo geral e o diagnóstico da escola que estruturado em subitens apresentam as dimensões socioeconômicas, pedagógicas, administrativas, financeiras, físicas (estrutura) e demais considerações.

Em seguida são apresentados os “indicadores/ metas e ações”, que buscam novamente as dimensões citadas anteriormente com o intuito de apresentar propostas de fortalecimento, mudanças, organização e melhorias. Por fim, o documento inclui a avaliação e monitoramento do

plano. Nosso locus documental é a busca pela palavra inovação, fundamentadas pelo que Wanderley (1989) nos apresenta através das dimensões de análise.

Wanderley (1989) nos proporciona uma análise a partir das dimensões do que se pode compreender da **inovação** e o que este discurso traz consigo junto ao contexto social e econômico estabelecido. A primeira característica que o autor nos faz questionar, é a relação de dependência apresentada.

Em relação à inovação no âmbito educacional, Wanderley (1989), traz o conceito de Inovação, de forma a compreender e utilizar como base para analisar os conteúdos propostos nos planos de gestão. Sua análise orienta as dimensões que definem práticas inovadoras, as quais utilizamos no estudo em questão, quais sejam: **quem inova; como se inova e de que forma; o que é inovado; e o motivo da inovação (porque?)**. Estas dimensões serão explicitadas, observadas nos documentos e analisados seus reais propósitos.

Para a análise, interpretação dos dados e a descrição desta investigação, trago como hipótese que os planos de gestão incluem em sua construção termos que baseiam-se no conceito neoliberal.

Pois segundo Palú; Petry (2020):

Conforme Miranda (2016, p. 569): “A ideia de que caberia ao Estado assegurar uma educação pública universal, com qualidade e com gestão pública é cada vez mais atravessada por interesses empresariais e políticos que querem fazer da escola um negócio progressivamente mais lucrativo”. Dessa forma, caso os interesses empresariais e políticos neoliberais e neoconservadores prevalecerem, a educação pública será transformada em mercadoria. Na medida em que se converte a educação em mercadoria, esta deixa de ser um bem social e direito de todos e passa a figurar como bem individual a ser acessado pela condição econômica e por mérito e esforço pessoal. Como cidadãos, educadores e, sobretudo, pesquisadores, não podemos nos eximir da responsabilidade de analisarmos esse cenário, de denunciar os ataques e ofensivas contra a educação pública. Mesmo em tempos insatisfatórios (HOBSBAWM, 2002) e sombrios, precisamos ter no horizonte de nossas aspirações a existência de uma escola pública, laica, democrática e de qualidade. (p. 17)

Por isso, observa-se a importância de olhar os documentos através do contexto econômico no qual a educação encontra-se, observar discursos e estratégias daqueles que assumem compromisso com a escola e utilizam do Plano de Gestão para esta comunicação que também, junto à comunidade escolar, define rumos para a educação.

4.2 ANÁLISE DOS DOCUMENTOS

Construir o caminho metodológico é em si uma maneira de exercitar a autonomia de quem pesquisa, mas além disso é identificar na sua pesquisa possibilidades além do que já se tinha

delimitado. Ampliar o campo de visão para além do que você busca, mas encontrar em si o pesquisador que já percorreu um longo caminho e passou despercebido. Atentar ao cenário e perceber-se pertencente ao contexto analisado pode ser uma forma intimidatória de criticar os outros e a si.

A análise de conteúdo reforça o conhecimento já estruturado no intelecto que escreve, corrobora a partir do que já se conhece e a partir das hipóteses criadas que servem de princípio para a pesquisa estabelecida. Por detrás do discurso aparentemente geralmente simbólico e polissêmico esconde-se um sentido que convém desvendar. (Bardin, 2016, p. 14)

A pré- análise, segundo Bardin (2016) possui três etapas: a primeira, é escolha dos documentos, no caso são os planos de gestão escolares, definidos por apenas uma escola estadual, por município da região AMOSC. A região possui vinte municípios, porém destes, quatro foram eliminados devido o critério “possuir nota IDEB”, ou seja, estas escolas possuíam apenas projeções de nota, esta que por sua vez ocorreu por diferentes fatores, sendo eles inclusive, a falta de estudantes suficientes para aplicação das provas. Desta busca, restam dezesseis municípios, que possuem notas que variam entre 4,0 e 7,3.

Como dito anteriormente neste escrito, as notas não serão de fato critério para análise, mas serão de importância para compreender parte do contexto escolar de cada plano, afinal, os planos expõem em sua maioria, interesse nas melhorias dos índices das suas respectivas escolas. Nesta etapa Moraes (1999) identifica os documentos como um material bruto, que ainda será conhecido, para posteriormente ser compreendido, interpretado e colocado aos interesses da análise de conteúdo.

A matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos auto-biográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. (p. 02)

A segunda etapa desta pré-análise é a primeira leitura dos planos de gestão em busca da concretização da nossa hipótese: possuir a palavra inovação. “Pouco a pouco, a leitura vai se tornando mais precisa, em função de hipóteses emergentes, da projeção de teorias adaptadas sobre o material e da possível aplicação de técnicas utilizadas sobre materiais análogos”. (Bardin, 2016, p. 125)

Moraes (1999) também dedica argumentos sobre este acontecimento, “[...] afinal a análise de conteúdo, é uma interpretação pessoal por parte do pesquisador com relação à percepção que tem dos dados. Não é possível uma leitura neutra. Toda leitura se constitui numa interpretação.” (p. 03)

Porém, Moraes (2020), em sua participação no livro organizado por Petry; Barleta e Scherma (2020), nos mostra que é possível reconstruir com o já conhecido, afinal, durante a leitura e busca pela palavra inovação é possível um aprofundamento subjetivo, encontrando interesses antes despercebidos ou que ainda não haviam sido entendidos.

Movimentos reconstrutivos exigem que na própria produção do novo se desconstrua o antigo, que se desorganize o anteriormente desorganizado. O antigo precisa ser superado. Isso significa que precisa ser abandonado para dar lugar ao novo, ainda que o novo sempre carregue consigo elementos do que é superado, sendo construído a partir dele. (p. 58)

Nesta etapa percebemos que parte dos planos não possuía o termo inovação. Então é definido, como mostra o Quadro 6: Escolas que atendem ao critério “palavra inovação”

Quadro 6: Escolas que atendem ao critério “palavra inovação”

CRITÉRIOS	POSSUEM PALAVRA INOVAÇÃO	
	ATENDE	NÃO ATENDE
P1		X
P2		X
P3		X
P4		X
P5	X	
P6	X	
P7		X
P8		X
P9	X	
P10	X	
P11		X
P12	X	
P13		X
P14		X
P15	X	

P16		X
-----	--	---

Fonte: quadro elaborado pela autora conforme dados extraídos dos planos de gestão. (2024)

E no Quadro 7: código da escola, se possui ou não a palavra inovação e suas orbitantes, definiu-se necessário organizar as palavras orbitantes para melhor entendimento dos conteúdos dos planos de gestão.

Quadro 7: código da escola, se possui ou não a palavra inovação e suas orbitantes.

CÓDIGO	POSSUI PALAVRA INOVAÇÃO	PALAVRAS ORBITANTES ¹⁰
P1	NP	Transformação (2)
P2	NP	Clientela (1); transformação (1)
P3	NP	Transformação (2); Transformadora (1)
P4	NP	Clientela (1); Transforma (1)
P5	P	Inovou (1) Transformar (2)
P6	P	Inovador (1); Inovações (1); Inovar (1); Inovadoras (2); Transformação (2); Reforma (1 sobre o pedagógico, 6 sobre dimensão física); Reformulando (1)
P7	NP	Transformar (1) ; Clientela (1)
P8	NP	Transformação (1); Clientela (1)
P9	P	Inovar (1); Transformar (2); Transformação (1); Transformador (1)
P10	P	Inovação(1); Inovador(2); Inovar(1); Transformação (1 sobre aspectos pedagógicos, 3 sobre aspectos físicos); Transformar (2 sobre aspectos pedagógicos, 1 sobre aspectos físicos); Transformador (1); Transformadora (1); Transformá-la (1); Clientela (1)
P11	NP	Será feita fundamentação teórica no decorrer do texto.
P12	P	Inovação (1); Clientela (2) Transformação (1); Transformar (1)
P13	NP	Transformar (1 no quesito pedagógico, 3 nos aspectos físicos)
P14	NP	Transformador (1); Transformadora (1); Transformar (1)
P15	P	Inovações (1); Inovar (1); Transformação (2)

¹⁰ Legenda: P: possui a palavra inovação; NP: não possui a palavra inovação; (*) quantas vezes a palavra aparece no plano.

P16	NP	Transformações (2); Transformá-lo (1); Transformem (1)
-----	----	--

Fonte: quadro elaborado pela autora conforme dados extraídos dos planos de gestão. (2024)

São expostas as palavras orbitantes que estão em todos os documentos analisados, ficando definido que seis documentos possuem a palavra “inovação” e suas variantes, e dezesseis documentos possuem palavras orbitantes que serão embasadas de acordo com o foco do estudo.

De certa maneira pode-se dizer, que as etapas de formulação das hipóteses e a fundamentação ocorreram simultaneamente, pois na leitura dos planos, encontramos não apenas a palavra inovação, mas como também palavras orbitantes, como por exemplo as palavras inovadores/inovadoras; transformação/transformações/transformem; reforma e clientela.

Os autores sinalizam cautela a definir palavras orbitantes à inovação, de maneira que nesta pesquisa, elas são definidas pelo propósito final, de servir ao contexto econômico e social, com proximidades ao conceito neoliberal, que é tido como discurso oculto através das palavras aqui expostas, logo:

A pluralidade que aparece em torno da noção de inovação não só afeta suas definições, mas também o campo de denominações às quais se associa. Assim encontram-se próximos à noção de inovação termos como reforma, melhoria, mudança, renovação, etc., o que nos leva a revisar outras definições e a realizar algumas matizações. (Hernández et al., 2000, p. 26 e 27)

Em relação à palavra “clientela” citada nos planos, Braverman (1981) citado por Previtali; Fagiani (2014) trazem as aproximações entre escola e empresas devido ao contexto neoliberal trazido pelo termo.

O “Quadro 7: código da escola, se possui ou não a palavra inovação e suas orbitantes”, informa as palavras destacadas em cada plano para posterior análise e fundamentação. Esta organização só foi possível pois Bardin (2016) explica que ao analisar documentos, podemos junto às características apresentadas por eles, elaborar outras hipóteses em simultaneidade em que é fundamentado os argumentos. “A pré análise tem por objetivo a organização, embora ela própria seja composta por atividades não estruturadas, abertas, por oposição à exploração sistemática dos documentos.” (Bardin, 2016, p. 125 e 126)

Ao definir os planos de gestão como documentos principais de análise, é identificadas as circunstâncias pela qual o contexto educacional está passando atualmente, como por exemplo o

conceito da mercantilização infiltrando-se de maneira sutil nas escolas, seja através de apostilamento ou terceirização dos setores educacionais. Afinal:

[...] a educação não é alheia às transformações que se processam no modo de produção capitalista e tende a se ajustar às exigências demandadas por esta última, de modo que novos modelos educacionais e novas propostas pedagógicas são exigidos a acompanhar a evolução das inovações tecnológicas e de organização da produção na lógica da mercantilização do ensino. (Previtali; Fagiani, 2014, p. 763)

Este contexto é embasado principalmente no segundo capítulo desta dissertação, intitulado: “Inovação, proximidades com discurso neoliberal e as implicações na qualidade educacional”, e agora também por Moraes (1999) argumentando que:

Ao longo desta evolução, cada vez mais, a compreensão do contexto evidencia-se como indispensável para entender o texto. A mensagem da comunicação é simbólica. Para entender os significados de um texto, portanto, é preciso levar o contexto em consideração. É preciso considerar, além do conteúdo explícito, o autor, o destinatário e as formas de codificação e transmissão da mensagem. (p. 3)

4.3 UNIDADES DE ANÁLISE: PALAVRAS CONCEITO, FUNDAMENTAÇÃO E DISCUSSÃO

Nesta seção, descrevemos as palavras contidas dentro dos planos de gestão. Esta análise será feita através do processo de unitarização, que segundo Moraes (1999) a classificação dada em um primeiro cenário será unitarizada, em uma unidade de registro que será posteriormente classificada. “Toda categorização ou classificação, necessita definir o elemento ou indivíduo unitário a ser classificado. Na análise de conteúdo denominamos este elemento de unidade de análise” (p. 05)

Esta classificação está ilustrada pelo Quadro 9: Unitarização das palavras chaves, mapeamento de documentos e quadros relacionados à análise.

Quadro 8: Unitarização das palavras chaves, mapeamento de documentos e quadros relacionados à análise

Unidade de análise:	Documentos que possuem esta unidade	Quadro no qual estará representado o esquema de análise
Transformação/ transformações	P1; P2; P3; P6; P8; P9; P10; P12; P15; P16	Quadro 11
Transformador/ transformadora	P3; P9; P10; P14	Quadro 12
Transforma	P14	Quadro 13

Transformar	P5; P7, P9, P10; P12; P13; P14	Quadro 14
Transformem	P16	Quadro 15
Transformá-la/ Transformá-lo	P10; P16	Quadro 16
Inovou	P5	Quadro 17
Inovador/Inovadoras	P6; P10	Quadro 18
Inovação	P10; P12	Quadro 19
Inovações	P6; P15	Quadro 20
Inovar	P6; P9; P10; P15	Quadro 21
Reforma/ Reformulando	P6	Quadro 22
Clientela	P2; P4; P7; P8; P10; P12	Quadro 23

Fonte: elaborado pela autora (2024)

Bardin (2016) também nos fala sobre este tratamento de dados, que ao transformar os dados do texto em representações da temática, “[...] permite atingir uma representação do conteúdo ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto [...]”. (p. 133)

Dadas as unidades de análise, será feita a Categorização, que segundo Moraes (1999):

Uma vez identificadas e codificadas todas as unidades de análise, o analista de conteúdo estará pronto para envolver-se com a categorização. Na verdade, seguidamente, especialmente se a quantidade de materiais a serem investigados é grande, recomenda-se realizar o trabalho de unitarização inicialmente apenas com uma parte do material. Daí faz-se um primeiro esforço de categorização, retornando depois à unitarização para completar o trabalho. Isto é especialmente verdadeiro quando as categorias são definidas a partir do material em exame e quando o próprio conceito de unidade de análise é construído a partir do conteúdo investigado. (p. 06)

A Categorização foi feita da seguinte forma: feitos os quadros para cada unidade de análise, organizar-se-á a investigação através delas. Os quadros possuem o título: *Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra...* seguindo da palavra a ser analisada no quadro respectivo. A coluna da esquerda trará a identificação do documento através da sigla PG: Plano de Gestão, e abaixo, nesta coluna, a letra P seguida do número do documento (1, 2, 3...). A coluna da direita trará a explicação sobre a dimensão de análise que o autor Wanderley (1989) argumenta. A fundamentação será feita junto às dimensões de análise de Wanderley (1989), desta maneira poderá

verificar que algumas análises possuem mais de duas dimensões identificadas, e desta forma necessitam de uma fundamentação sobre o contexto na qual foi analisado. Em alguns quadros, foi necessária melhor fundamentação devido à complexidade abordada, por isso o texto decorrerá na parte abaixo do quadro respectivo à análise.

O quadro abaixo ilustra o modelo que será seguido em todas as unidades de análise.

Quadro 9: Modelo de quadro das Categorizações a serem feitas. Ex: palavra

TRANSFORMAÇÃO

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P1	[...] é necessário fornecer subsídios para que o educando se forme em sua totalidade, tendo condições de assumir seu papel de cidadão e agente de transformação da realidade social para o bem comum.	Primeira dimensão: quem inova: Ela concerne a quem cria a inovação, como também a quem inicia a sua aplicação. (p. 42)

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

Abaixo inicio as análises de cada documento, partindo das unidades de análise.

Quadro 10: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Transformação/transformações

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P1	Na sociedade contemporânea vivemos diversas e profundas transformações . A escola, por sua vez, não pode ficar alheia a esse contexto. Devemos perceber o indivíduo como um ser integral, ativo e capaz de fazer história e inserido em uma cultura. A partir desse pressuposto, é necessário fornecer subsídios para que o educando se forme em sua totalidade, tendo condições de assumir seu papel de cidadão e agente de transformação da realidade social para o bem comum.	Primeira dimensão: quem inova: Ela concerne a quem cria a inovação, como também a quem inicia a sua aplicação. (p. 42) O educando é colocado como agente de transformação e em totalidade à escola, conduz esta transformação.
P2	Entendemos que a Educação passa por transformações constantes e que tornar a escola atraente aos olhos dos adolescentes	Quarta dimensão: porquê se inova A escola deve inovar-se para ser colorida

	e jovens está cada vez mais difícil diante do "colorido" que a vida oferece fora dos portões escolares.	tal como é visto pelo aluno, no externo? Wanderley (1989) nos mostra que “[...]as sociedades nacionais e o fato da dependência [...] comprova-se que as causas externas têm sido decisivas na configuração de traços culturais e de políticas educacionais dos povos de países dependentes. (p. 51)”
P3	É primordial também superar o etapismo e das disciplinas fragmentadas para uma educação com base na formação humana integral, como alternativa para emancipação e transformação da sociedade.	Segunda dimensão: como se inova A escola transforma sua estrutura curricular, integra e desfragmenta a trajetória do estudante, assim dá base para uma educação integral. A mudança primeiro passa pela escola, depois reflete na sociedade.
P6	Proporcionar através da prática pedagógica interdisciplinar e da gestão democrática a construção do conhecimento científico. De modo que os atores envolvidos sintam-se sujeitos ativos no processo de transformação da realidade a qual estão inseridos.	Primeira e Terceira dimensão: Neste documento é inovada sua estrutura (terceira dimensão) para que os sujeitos ali sejam transformados. E é então na inovação que parte dos sujeitos (primeira dimensão) “Contudo, convém lembrar a existência de certos setores minoritários no campo da educação popular, mais comprometidos com os interesses das classes populares, que, remando contra a corrente, vem fazendo um esforço produtivo de inovar em múltiplos sentidos: tornando os setores populares atingidos pela educação sujeitos ativos e críticos, criando e animando o surgimento de métodos e técnicas pedagógicas populares de alcance multiplicador, implementando novas práticas educativas de efeitos transformadores.” (p. 42)
P8	Planejar, elaborar e praticar uma proposta pedagógica com vistas ao educar para a responsabilidade, a liberdade, a democracia e a solidariedade, contribuindo assim para o desenvolvimento e a formação de cidadãos conscientes, atuantes, éticos,	Segunda dimensão: como se inova A transformação estrutural que é citada ao lado, se entrecruza com a fundamentação de Wanderley (1989), onde “Ao nível educacional em geral muito se debate se as inovações devem vir pela teoria ou pela

	participativos e responsáveis pela transformação da realidade em que estão inseridos.	prática, pelo ensino ou pela pesquisa, pelas modificações nas atitudes do aluno ou dos professores, seja por determinações estabelecidas nos organismos públicos e oficiais ou seja por deliberações tomadas dentro dos limites permitidos pela autonomia relativa das entidades privadas, ou pela síntese entre cada uma delas ou de várias delas. (p. 45)
P9	Com o propósito de concretizar as metas projetadas é de responsabilidade de todos os envolvidos no processo de educação empenhar-se na luta para a transformação desta realidade, procurando tornar o mundo mais fraterno, humano e democrático.	Terceira dimensão: o que é inovado Inovação na estrutura de um sistema, percorrendo inclusive o âmbito social. Característica desta inovação é a mudança em nível macro. “[...] os currículos e programas, [...]” (p. 48) são os alvos da inovação, inclusive as metas e estratégias dos planos que derivam da legislação nacional, obedecendo criteriosamente cada documento orientador.
P10	Cabe a escola possibilitar os meios para que ele possa compreender o que é, o que faz, e o que poderia fazer em dado momento para transformar a sua própria existência, ou seja, segundo neste contexto o ser humano é compreendido como um ser social e histórico, resultante de um processo contínuo de transformação e ação sobre o seu meio. Outras vezes que a palavra transformação aparece é no contexto físico.	Primeira dimensão: quem inova: A escola possibilita meios, inova para que o ser seja transformado. Enquanto no contexto físico, as transformações visam melhorias no ambiente, estas melhorias refletem nas condições de ensino posteriormente. Aqui mantém-se as condições da primeira dimensão.
P12	A comunidade da Escola [...] definiu-se pelo trabalho participativo democrático e comprometido com a transformação que respeite as diferenças e individualidades, que lute pela melhoria do ensino-aprendizagem, oportunizando a participação de todos: pais, alunos, funcionários, professores, Direção e comunidade em geral.	Primeira dimensão: quem inova. A escola como inovadora, afirmando que seu trabalho em consonância com a gestão democrática e demais valores, luta pela melhoria dos seus processos internos.
P15	De acordo com Marx, a educação faz parte de um processo de transformação das condições sociais, porém é	Segunda dimensão: como se inova. Neste trecho do plano Wanderley (1989)

	condicionada pelo processo. A escola também deve promover mudanças de paradigmas excludentes e preconceituosos, por princípios de alteridade e de respeito à diversidade, ou seja, o reconhecimento e valorização dos sujeitos em suas múltiplas dimensões. Superação do etapismo e das disciplinas fragmentadas para uma educação com base na formação humana integral como alternativa para emancipação, e transformação da sociedade.	cita que essa transformação pode ocorrer seja por “[...] reformas incrementais ou por transformações estruturais, [...]” (p.45). Logo, aproveito que Marx é citado ao lado e podemos adicionar a isso ao que Wanderley (1989) nos diz quando são consideradas transformações profundas no âmbito social, seja ela por reformas ou pela revolução. Saviani (1989) considera que esta ruptura está próxima àquele que se opõe ao tradicional. Afinal, a inovação ocorre quando a oposição ao que é posto, contraria o estabelecido, rompe com os padrões do que se colocou como inovador, assim “[...] ela nos permite colocar com maior precisão o problema da inovação, uma vez que nos esclarece a respeito da seguinte questão: em relação a que algo pode ser considerado inovador? Emerge daí já um primeiro critério para se caracterizar a inovação, a saber: inovador é o que se opõe ao tradicional.”
P16	Com o compromisso de construir uma educação de qualidade compreendemos que é necessário o envolvimento da comunidade escolar zelando pela inclusão e garantia de que o conhecimento seja oportunizado a todos, isto é, considerar todos capazes de apropriarem-se do conhecimento e transformá-lo em ferramenta capaz de contribuir para que o educando seja agente de transformação, remetendo à escola responsabilidade ética com uma concepção de aprendizagem que tem como fundamentação teórica o sócio-interacionismo. A qualidade aqui está diretamente relacionada à oportunidade de acesso dos alunos e alunas, e também, dos professores e professoras a códigos e ferramentas que habilitam a uma formação para o enfrentamento das grandes questões sociais, ou seja, as grandes transformações sociais se fazem	Primeira dimensão: quem inova O autor, ao nos explicar esta inovação diz que “ É normal individualizar-se ou grupalizar-se a autoria da inovação social.” (p. 42) Assim, é necessário levar em consideração toda a bagagem que é carregada pelos sujeitos. Se a inovação depende deles para acontecer, será a partir do sujeito e do seu entendimento do que é inovador que a mudança poderá acontecer ou não.

	com o conhecimento.	
--	---------------------	--

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

O quadro acima compreende muitos aspectos relacionados à reorganização estrutural dos ambientes escolares, porém considero uma discussão complexa que deve levar em conta inclusive a integralidade da educação nos sujeitos, e que por vezes é confundida por uma educação integral voltada para espaços que seriam ocupados pelos estudantes em “horário integral”. Aqui percebemos a escola como ambiência, ou seja, primeiro precisamos partir do conceito de dependência do qual o Brasil faz parte e as consequências destas normas definidas para o país.

No livro Educação integral: movimentos, lutas e resistências, organizado por Spigolon, Nima I et al (2019), composto pelo texto “A educação para todos e a política pública de educação integral no Brasil: estreitando as relações de dependência” escrito por Barão et al (2019) descrevem a conferência de Jomtien como uma das maiores resultantes de políticas públicas para a educação global, definindo eixos na busca por uma educação de qualidade. Por consequência, considerando os anos 90, ali são definidas orientações de acordo com as ideologias presentes no momento, “de acordo com a estruturação político-econômica global do Capital.” (pág. 36)

Neste consenso de universalização de políticas para a educação básica, o Brasil situa-se como país que adere às orientações. “[...] estas recomendações marcam o alinhamento político e ideológico às concepções educacionais de seus patrocinadores.” (Barão et al, 2019, p. 36) Desta forma, o Brasil submete-se a políticas que passam longe de suas necessidades, impedindo sua autonomia na criação de políticas e diretrizes de acordo com sua realidade. Dado este contexto histórico, esclarecem-se inclusive as diferentes concepções do que se compreende como educação integral. Afinal, para os tratados na conferência de Jomtien, a escola é o principal espaço onde surge esta integralidade. Segundo Barão et al (2019):

Ao considerar a instituição escolar como sua nova *ambiência* – lê-se com inclusão dos “saberes” de diversos espaços sociais da escola– para formação dos sujeitos indica-se a ampliação da jornada escolar para o período diário de sete a nove horas diárias, de modo a viabilizar as “práticas inovadoras” por projetos. Na prática, como no marco de ação de Jomtien, a educação integral corresponde a aumento de tempo de aprendizagem para este centro de referência, o que não significa o trato com o saber sistematizado nem o fortalecimento das instituições escolares. (p. 46)

Assim, temos nas análises dos quadros a transformação estrutural, curricular e inclusive de realidades sociais, porém percebem-se raros os caminhos de uma integralidade do sujeito ou até

mesmo, a consolidação de uma escola autônoma e capaz de definir suas diretrizes a partir da sua comunidade. Ocorre por vezes a individualização da transformação que porventura será investida no espaço escolar.

Quadro 11: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Transformador/Transformadora.

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P3	Título do plano de gestão: Educação Integral: transformadora da sociedade	Segunda dimensão: como se inova. Aqui é nítido que a transformação se dará a partir de uma mudança estrutural/ uma reforma, além da integralidade no tempo, mas também na formação do educando.
P9	Em relação ao indicador/meta no âmbito pedagógico, se tem como objetivo: Desenvolver nas crianças e adolescentes a consciência da preservação do meio ambiente, percebendo-se como ser integrante e transformador para uma vida sustentável e de qualidade.	Primeira dimensão: quem inova A escola propõe que a criança seja o agente de transformação para uma vida sustentável, partindo de um desenvolvimento e aprendizado sobre a preservação do meio ambiente de maneira individualista, porém esta temática é pautada recorrentemente nas escolas em relação à separação de lixo reciclável e orgânico. A ação inovadora, seria, de maneira sugestiva, ampliar esta visão para as questões do agronegócio, onde a maior decorrência prejudicial ao meio ambiente deriva das abordagens mercantis, inclusive de desmatamento e interesses dos poderosos.
P10	É um ser transformador , construtor do conhecimento, dotado de uma consciência social, idealista, com princípios de honestidade, justiça, criatividade, perseverança, humildade, humanidade, autenticidade, com consciência de sua identidade e com a capacidade de liderar, <i>inovar</i> e transformar.	Primeira dimensão: quem inova Neste plano, o âmbito da individualidade é destacado através de características pessoais. Wanderley (1989) já sinaliza este perfil individual que se procura para que se tenha autoria inovadora, “[...] que variam desde a visão de homem e de mundo

		dos agentes, [...]” (p. 42)
P14	No PPP da escola citada, está contemplada a filosofia: “educação e cultura valorizada, questionadora, progressista, igualitária, politizada, humana e participante com os educadores seguindo a mesma linha de ação, instrumentalizando o aluno para o ensino universal, capacitando-o a produzir o saber e tornando-o agente transformador da sociedade”. Nesta contextualização a escola em seu currículo trabalha os conhecimentos multidisciplinares, diversidade como princípio formativo, educação inclusiva, educação para o trânsito, educação fiscal, educação ambiental, educação e direitos humanos nas áreas do conhecimento/disciplina em todas as séries, objetivando uma aprendizagem significativa e transformadora.	Primeira dimensão: quem inova Dando continuidade, esta individualização deve ser vista de maneira atenta por nós, pesquisadores, pois Wanderley (1989) continua sua argumentação afirmando que tradicionalmente, ainda possuem mais critérios sobre como um agente inovador deve trabalhar, levando em consideração “[...] o significado que eles têm de inovação social (e educacional), a concepção que defendem do papel da educação nos processos de mudança social, [...]” (p. 42)

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

O conceito individualizado do sujeito, como principal responsável pelo seu futuro ou pelas condições em que ele está colocado, urgem questões hesitantes em relação a esta responsabilização que de certa forma não deveria ser atribuída ao indivíduo. Como pontuado no esquema P9 do quadro acima, comumente é colocado como responsabilidade individual a preservação ambiental, o gasto de água potável como sugestão apenas aos sujeitos que deveriam ser racionadores. Porém, a questão individual já é superada quando temos dados onde afirmam que mais de cinquenta por cento do consumo de água no Brasil vai para o setor agropecuário.

O setor que mais consome água no Brasil é a agricultura, pouco mais da metade, ou seja, 50,5% do volume total, se comparado com outras demandas, como o abastecimento humano com água potável e o uso na indústria, segundo o Relatório da Conjuntura de Recursos Hídricos da ANA. Isso se deve basicamente à irrigação, afirma a professora Tamara Maria Gomes, do Departamento de Engenharia de Biosistemas da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA) da USP em Pirassununga. (Jornal da USP, 2024)

Para um maior aprofundamento nesta temática, seria necessária a inovação no conteúdo tanto no que os professores buscam como reflexão em sala de aula, quanto na concepção mercantil que

envolve atribuir culpa no indivíduo e não no sistema. Assim, com este pensamento individual, o neoliberalismo ocupa espaços de maneira silenciosa, afinal:

[...] com a massificação da internet e a crise ecológica, a ideologia do neoliberalismo isolou os movimentos de suas principais pautas: a defesa do meio ambiente deixou de ser um movimento que questionasse a infraestrutura do capitalismo para se tornar mero estilo de vida apolítico ao invés de militância política revolucionária cotidiana. (Jornal A Verdade, 2020)

Questionar em sala de aula as reais raízes dos desastres ecológicos, romperia com o conservadorismo amplamente e silenciosamente pautado nas escolas. Confrontar estes ideais é uma maneira de inovar e transformar as relações sociais. Não é considerado eximir o sujeito de suas responsabilidades socioambientais, mas compreender o impacto que cada setor, comunidade, grupo e empresas possuem nesta pauta.

Quadro 12: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Transforma

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P4	A gestão transforma metas e objetivos educacionais em ações políticas.	Primeira e terceira dimensões: Quem inova e o que é inovado Temos primeiramente a gestão como agente de transformação, porém há o foco no que é inovado, ou seja, as metas e objetivos daquela comunidade serão transformadas em ações políticas que detém os conhecimentos e necessidades daquele público envolvido.

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

Neste quadro, percebo a inovação partindo do que a escola já possui como meta e o esforço que a gestão coloca tanto em deixar este movimento explícito, quanto em ir em direção contrária ao que os outros planos expõem. Wanderley (1989) nos mostra que é possível e necessário este embate “[...] às inovações educativas de natureza assistemática e que rompem com os padrões e esquemas estabelecidos, [...]” (p. 50) E para Saviani (1989): “A concepção dialética aponta, pois, para um sentido radical de inovação, isto é, inovar significa mudar as raízes, as bases. Trata-se pois de uma concepção revolucionária de inovação” (p. 21)

Quadro 13: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Transformar

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P5	Compreendemos que a educação é capaz de transformar a condição social e econômica do aluno, bem como as práticas teórico/metodológico são capazes de congregam um compromisso com a realidade. No indicador/ meta: Zelar pela manutenção dos espaços físicos juntamente com a APP, comunidade escolar, alunos e CRE, há a ação: Construção de composteira para transformar o lixo em adubo orgânico promovendo a sustentabilidade.	Segunda dimensão: como se inova Neste plano o direcionamento da transformação se dá a partir de movimentos que motivarão outras mudanças, sejam na estrutura social da criança que mudará sua realidade, seja em uma atividade pedagógica, que segundo o proponente, impulsionará ações sustentáveis. Destaco novamente que estas inovações propostas pela escola, não são de fato novidades, mas é necessário discutir a ideologia dominante atualmente. Atribuir ao indivíduo a responsabilidade de questões sociais que antecedem a ação individual ou subordinada.
P7	Desenvolvendo assim uma ação conjunta de todos os segmentos da escola bem como da importância de sua participação em busca da formação de um cidadão analítico, crítico, e participativo nas questões de seu cotidiano capaz de tomar decisões, implementando ações capazes de transformar a realidade que ora apresenta e acima de tudo ciente de seus direitos e deveres, os limites de cada indivíduo.	Segunda dimensão: como se inova Wanderley (1989) dispõe como conflitantes os papéis da educação. Afinal a escola precisa manter determinados padrões como subordinada dos poderosos, porém requisita dos seus agentes serem instrumentos de transformação.
P9	Na perspectiva de incluir todos, a escola busca definir claramente objetivos de ensino e de aprendizagem que possibilitem ao aluno o despertar crítico no pensar e construir o conhecimento para ser capaz de vivenciar, conviver, interagir e transformar o mundo em que vive, de acordo com suas necessidades e potencialidades. Nossa escola busca proporcionar aos alunos possibilidades para desenvolver suas potencialidades e habilidades, contribuindo na construção de suas subjetividades, no sentido de promover a inclusão dentro do contexto sociocultural em que vivem,	Primeira dimensão: quem inova Temos novamente o aluno como agente de transformação através do que é vivido e ensinado no âmbito escolar. Individualiza-se as autorias inovativas a partir do que a escola propôs. Mas como Wanderley (1989) destaca, estes agentes ainda são dependentes de questões muito mais amplas. Onde: “Na área educacional, setores interessados dos países centrais pressionam para que os países periféricos incorporem as inovações modernas produzidas por eles [...]” (Wanderley, 1989, p. 43)

	buscando transformar a sociedade de forma consciente e com responsabilidade.	
P10	Cabe a escola possibilitar os meios para que ele possa compreender o que é, o que faz, e o que poderia fazer em dado momento para transformar a sua própria existência, ou seja, segundo neste contexto o ser humano é compreendido como um ser social e histórico, resultante de um processo contínuo de transformação e ação sobre o seu meio. É um ser transformador, construtor do conhecimento, dotado de uma consciência social, idealista, com princípios de honestidade, justiça, criatividade, perseverança, humildade, humanidade, autenticidade, com consciência de sua identidade e com a capacidade de liderar, <i>innovar</i> e transformar.	Segunda dimensão: como se inova Wanderley (1989) exemplifica que: Sabe-se que o <i>como</i> muda de acordo com os objetivos dos agentes envolvidos e de acordo com suas concepções teóricas sobre a realidade.(p. 45)
P12	Para gerir e transformar a escola, é necessário um Plano de Gestão capaz de explorar condições favoráveis e apontar caminhos para alcançar os objetivos da escola, utilizando recursos financeiros como ferramenta da gestão escolar.	Terceira dimensão: o que é inovado Temos aqui um foco que é a escola, propõe-se a mudança através do Plano de gestão no âmbito de técnicas de administração, relacionado ao financeiro.
P13	Professor e estudante trabalhando juntos, construindo um aprendizado que estimule a capacidade de transformar informações em conhecimento.	Primeira dimensão: quem inova Dando continuidade, esta individualização deve ser vista de maneira atenta por nós, pesquisadores, pois Wanderley (1989) continua sua argumentação afirmando que tradicionalmente, ainda possuem mais critérios sobre como um agente inovador deve trabalhar, levando em consideração “[...] o significado que eles têm de inovação social (e educacional), a concepção que defendem do papel da educação nos processos de mudança social, [...]” (p. 42)
P14	Na dimensão pedagógica: As metodologias de ensino de acordo com o (PPP 2019), ocorre de modo interdisciplinar, tendo em vista visualizar os múltiplos fatores que	Quarta dimensão:porquê se inova “Tem-se procurado demonstrar na dinâmica das sociedades que o ritmo e o

	estão envolvidos no ato pedagógico e político que são indissociáveis da sociedade que se quer formar, compreendendo-a como uma futura geração, capaz de transformar sua condição.	sentido propiciados pelas transformações nos elementos econômicos e políticos não são acompanhados por transformações compatíveis nos elementos culturais. (Wanderley, 1989, p. 51) Apesar da escola colocar as transformações como indissociáveis, Wanderley (1989) nos mostra que as mudanças de mentalidade são problemas muito mais profundos. O autor ainda destaca que o inverso pode ocorrer, ou seja, haverem mudanças significativas de conscientização, porém as estruturas manterem-se, realçando arbitrariedades.
--	---	---

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

A transformação na educação mostra-se comum nos planos de gestão apresentados. Mas o que é esta mudança tão necessária em todos os cenários apresentados? Quão urgente é esta pauta? Quais os motivos que engendam tamanha repetição do termo nos planos? Estas questões são comumente feitas quando lidos estes documentos. Afinal, este trabalho de transformação parece não findar, e que de maneira roteirizada esteve presente em muitas proposições de gestores. Porém, seguindo a lógica epistemológica, é necessário afirmar que, enquanto as conjunções políticas e sociais mantiveram-se a serviço do mercado, esta transformação será exaustivamente pautada nos documentos educacionais, porém possuirão pouco ou nenhum efeito.

O sistema neoliberal constrói suas lógicas e ideias diante das transformações ocorridas na sociedade. No campo da educação não é diferente, se justifica com uma diversidade de argumentações de ordem social, as quais se relacionam com as instituições escolares. Esta última, por sua vez, justifica sua ordem e convence os sujeitos envolvidos no processo a aderirem gradual e continuamente o regime mercadológico. Sobre essa situação, Laval (2019, p. 17) expõe que “A escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico”. (Cardoso; Lôbo, 2023, p. 126)

Afinal, transformações são inerentes aos sujeitos, sociedades, comunidades, porém o conceito de transformação no contexto educacional, principalmente quando é construído uma concepção de que o que está posto precisa mudar em favor ou detrimento, ou de algum ideal é que realmente pode aproximar ou distanciar o direito à educação. São abertas lacunas que permitem a entrada do conceito mercadológico como eficiência, identidade estudantil, potencialidades que serão pautadas na meritocracia.

Quadro 14: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Transformem

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P16	Nesse processo o papel da equipe gestora deve ser de possibilitar e contribuir para efetivação de ações que transformem a unidade escolar em um espaço de produção e socialização de saberes e novas oportunidades de crescimento pessoal e coletivo.	Segunda dimensão: como se inova A equipe gestora como protagonista das ações transformadoras com foco nos sujeitos. Destaque para as contribuições no aspecto individual e coletivo. Segundo Wanderley (1989) “[...] podem-se manejar distintas categorias para o como inovar [...]” e neste caso salientam-se “reformas incrementais, [...] por integração [...]” (p. 45)

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

Aqui destaco que a reforma incremental dá-se pela produção, principalmente, dos saberes.

Esta “produção” precisa ter um propósito, e por regra, o que seria produzido? O que nasce da produção do conhecimento? Estas questões não são respondidas pelo plano. Compreender que a produção citada ali é também atrelada aos índices de avaliação que estão prescritos às unidades escolares, estas que por sua vez participando de avaliações de larga escala, ficam sujeitas à competitividade.

De certo modo, a escola é uma das grandes responsáveis pela reprodução do modelo neoliberal, o que ocorre através de como a educação é pensada, organizada e implementada via currículo nos sistemas de ensino. Segundo Jefferson Bernardes (2012), o currículo não é apenas a organização das disciplinas, mas é elaborado e executado no campo das relações de poder, produzindo e reproduzindo modos de ser e de existir. O currículo transmite conteúdos e práticas que são considerados importantes em um dado contexto, ou seja, está alinhado com as perspectivas políticas e econômicas da sociedade. Nesse sentido, é perceptível como a racionalidade neoliberal é inserida na educação por meio do funcionamento no modelo de gerência empresarial introduzido via currículo na administração educacional. (Pereira; Pereira, 2024, p. 504)

Segundo as autoras, fundamentando o quadro acima, percebe-se que o modelo de produção sujeita as escolas à compreensão mercadológica, e aproxima os gestores da escola aos sentidos gerenciais, fazendo alusões às empresas que buscam por resultados a partir de suas produções.

Quadro 15: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Transformá-la/ Transformá-lo

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P10	Dominará os conceitos básicos e indispensáveis, buscará formar homens cooperativos que sejam capazes de interferir criticamente na realidade e transformá-la , conseguindo promoção na escola e sociedade, favorecendo desta forma a construção de uma identidade pessoal dotada de princípios de ética e cidadania.	Primeira e terceira dimensão: quem inova e ao que é inovado respectivamente
P16	Com o compromisso de construir uma educação de qualidade compreendemos que é necessário o envolvimento da comunidade escolar zelando pela inclusão e garantia de que o conhecimento seja oportunizado a todos, isto é, considerar todos capazes de apropriarem-se do conhecimento e transformá-lo em ferramenta capaz de contribuir para que o educando seja agente de transformação, remetendo á escola responsabilidade ética com uma concepção de aprendizagem que tem como fundamentação teórica o sócio-interacionismo.	

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

Os dois planos acima, esquematizados no quadro, trazem características de individualização do agente inovador, e isso se dará na unidade da inovação, que no caso é a qualidade na educação. Atribuem ao estudante através das suas metodologias, uma autonomia que o permitiria a mudança coletiva, e ele como um protagonista. Destaque para ao trecho onde colocam o conhecimento como uma “ferramenta” que é transformada para os fins que explanam. A “ferramenta” aqui conceituada é o de fazer acontecer. Destaque para o conceito sócio-interacionista onde o sujeito muda a partir da sociedade, porém o plano coloca o sujeito como primeiro influenciador na sociedade, desagrupando-o da comunidade.

Quadro 16: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Inovou

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P5	O governo do Estado inovou através do cartão do CPESC Materiais e CPESC Serviços onde as escolas recebem verbas, discutem com a	Primeira e segunda dimensões: O que é inovado e como se inovou.

	comunidade escolar onde elas serão investidas e o gestor realiza as compras e contrata serviços de mão de obra através dos cartões de crédito corporativo.	Este trecho pode ser lido em todos os planos de gestão: a inovação que o cartão CPESC Materiais e CPESC Serviços. A palavra inovou, neste contexto pode ser considerada uma argumentação para a ação do Estado em relação ao orçamento e gestão financeira da escola. De maneira que primeiro houve a inovação em relação à forma de repasse financeiro às escolas, e posteriormente inovação na maneira em que a escola utiliza este repasse.
--	--	--

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

A Secretaria de Estado da Educação, em seu site, atribui ao CPESC Materiais, instituído pelo Decreto Estadual nº 1.949, de 19 de dezembro de 2013, como uma modernização e incentivo à transparência, e posteriormente em 2019, o Estado disponibiliza o cartão CPESC Serviços ele “[...] permite a contratação imediata de prestadores de serviços de manutenção e conservação das unidades escolares” (Cartão de Pagamento CPESC, Secretaria de Estado de Educação, 2024). Segundo o site:

A Secretaria de Estado da Educação (SED) aderiu ao Programa em 2014, disponibilizando o cartão às Unidades Escolares da Rede Pública Estadual para atender às necessidades do cotidiano escolar de forma ágil e eficiente, evitando assim, a descontinuidade do serviço oferecido à população e garantindo a eficiência da gestão pública. (Cartão de Pagamento CPESC, Secretaria de Estado de Educação, 2024)

Ainda segundo o site do CIASC (Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina):

A ferramenta CPESC viabilizou o emprego de novas técnicas na gestão de recursos públicos. Ao permitir o adiantamento de recursos que evitam a descontinuidade de serviços oferecidos à população, contribui para aprimorar a qualidade da gestão. Além disso, fortalece o controle, sobretudo o social, sobre as finanças públicas. Assim, a importância do cartão CPESC para os órgãos que o utilizam está centrada nos benefícios de autonomia, transparência, controle e eficiência. O CPESC viabilizou uma nova forma de gerir os recursos públicos. (CIASC, Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC), 2024)

Destaco que o CIASC declara ser uma empresa pública que desenvolve e entrega soluções sinalizadas como inovadoras para governos.

Quadro 17: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Inovador/Inovadoras

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P6	Neste sentido, a gestão escolar precisa ter postura correlata a de um pesquisador (a). “Para continuar pensante e inovador é necessário ser pesquisador [...] ter curiosidade, criatividade, integridade intelectual, sensibilidade social, humildade, imaginação disciplinada, perseverança, paciência e a confiança na experiência” (GIL, 1999, p.128)	Primeira dimensão: apesar de a citação envolver a gestão como a atuante na inovação, são colocadas na sequência adjetivos individuais, de mudança do sujeito para alcançar a inovação e a atitude de um inovador.
P10	Atualmente a escola conta com cerca de 164 alunos regularmente matriculados e frequentando as aulas, nas áreas do ensino fundamental II e médio inovador e ensino médio regular e no próximo ano contará com o Novo Ensino Médio. Da dimensão financeira: A escola recebe recursos através do FNDE – PDDE com os programas Ensino Médio Inovador e Educação Básica, CPESC.	Terceira e segunda dimensão, nesta ordem, pois: é primeiramente inovado o currículo da etapa do ensino médio, em seguida nota-se a mudança de como é inovado.

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

Compreende-se como uma liderança ou um modo de exercício de poder, estes que necessitam de agentes para tal. Thurler (2001) nos diz que nos estabelecimentos escolares, os processos de mudança de certa amplitude não se desenvolvem por si mesmos. Necessitam de uma orquestração ativa, de intervenção voluntária de um determinado número de atores que trabalhem deliberadamente para orientar as coisas em um sentido definitivo. (p. 141)

Em relação ao documento P10, segundo o MEC, “O Programa Ensino Médio Inovador é uma ação do Ministério da Educação para a elaboração do redesenho curricular nas escolas de Ensino Médio” (Ministério da Educação, 2017, p. 3)

E de acordo com o mesmo documento, as mudanças serão feitas da seguinte forma:

A ampliação da jornada escolar, para cinco ou sete horas diárias, possibilita um tempo maior para aprofundar a diversidade de conhecimentos e fortalece o processo

de aprendizagem dos estudantes na perspectiva da formação humana integral. Porém, para que isso seja possível, as Propostas de Redesenho Curricular deverão apresentar ações estruturadas em diferentes formatos: disciplinas optativas, oficinas, clubes de interesse, seminários integrados, grupos de pesquisas, trabalhos de campo e demais ações interdisciplinares. Para sua concretização, as escolas poderão definir a aquisição de materiais e tecnologias educativas e incluir, quando necessária, formação específica para os professores envolvidos na execução das atividades. (Ministério da Educação, 2017, p. 03)

Porém, todas estas inovações, diante do cenário político no qual se deu os desdobramentos para as mudanças do NEM (Novo Ensino Médio), tiveram peculiaridades, como a não consulta com gestores e comunidades. Segundo Duarte; Silva (2023):

A reforma do NEM desconsiderou a proposta de pesquisadores da área de educação, assim como a posição de professores, gestores e alunos. Tais ações neoliberais visaram ao prejuízo das políticas sociais e demandaram do Estado menos intervenção nas ações econômicas. (p. 20)

Esta inovação foi marcada por imposições, mudanças e reorganização curricular que não atende a demanda da comunidade ou sequer dos espaços escolares.

Quadro 18: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Inovação

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P10	Desta forma a instituição social, escola, através da vivência com o ser humano deve favorecer, através da educação e inovação , as relações de convivência como aprender a respeitar para ser respeitado, a ouvir para ser ouvido, reivindicarem direitos e cumprir com seus deveres, além de incluir o ser humano na vida científica, social, cultural e política de sua Comunidade, Município, Estado, País, exercendo e demonstrando sua cidadania, desmistificando as diversidades encontradas e constituindo-se como um ser em processo, capaz de desenvolver-se, aperfeiçoar-se e interagir na sociedade respeitando as diversidades nela apresentadas, bem como cultural, de gênero, religiosa...	Primeira dimensão: quem inova. Parte principalmente das individualidades, relações sociais e coloca a escola como fomentadora desta inovação pessoal, assim como da coletividade posta no trecho destacado.
P12	O Plano de Gestão da escola tem como referência o Projeto Político Pedagógico, considerando as características	Terceira dimensão; o que é inovado. Neste trecho o plano coloca o PPP como

organizacionais e o contexto da escola na sua elaboração utilizando o projeto como instrumento de inovação da prática e da proposta curricular, relacionando as ações do projeto com as políticas educacionais do sistema público de ensino e tudo isso deve ser organizado em função da aprendizagem e do sucesso escolar do aluno, que se concretiza com base em diversas práticas educativas decorrentes da proposta curricular da escola.	um segundo instrumento de inovação na perspectiva da prática e proposta curricular. Ele poderá garantir a mudança, mas segundo Wanderley (1989) é importante deixar claro que as mudanças podem não ser necessariamente conduzidas/ explícitas pelo documento.
--	--

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

Thurler (2001) ajuda a entender as relações para o convívio e fortalecimento de classe assegurando: “A ausência de cooperação protege da controvérsia. Fugindo da obrigação de confrontar e defender suas práticas e seus conceitos pessoais junto de seus colegas, os professores perdem, [...] uma oportunidade preciosa de explicitar as razões de suas escolhas, [...]”(p. 64)

Quadro 19: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Inovações.

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P6	Associado a essas questões que implicam a gestão democrática participativa, é preciso ter um olhar aberto às inovações no campo da educação, principalmente no campo tecnológico e desenvolvimento da ciência, e que nos coloca diante de um novo patamar para conseguir avaliar as transformações que passa a educação.	Quarta dimensão: porquê se inova. Inova-se aqui para a ampliação do campo tecnológico. Dentre todos os planos analisados, foram poucos os que abordaram as questões informáticas e de tecnologias. Partem do conceito que Wanderley (1989) coloca de fatores permanentes e transitórios nas produções inovadoras.
P15	Como indicador/meta: - Realizar com o corpo docente encontros pedagógicos para compartilhar inovações de conteúdos a serem ministrados, a fim de obter melhores resultados no seu cotidiano e regência.	Segunda dimensão: como se inova A meta colocada por este plano não é a inovação por si, porém busca que os docentes as tragam e sejam explicitadas no coletivo. Para Wanderley (1989) ao nível educacional em geral, muito se debate se as inovações devem vir pela teoria ou pela prática, pelo ensino ou pela pesquisa, pelas modificações nas atitudes dos alunos ou dos professores,

		[...] (p. 45) Thurler (2001) reforça este coletivismo afirmando que: Os professores que permanecem confinados em sua sala de aula não podem contar com a ajuda de seus colegas para analisarem as situações problemáticas nem para desenvolverem novas situações. (p. 65)
--	--	---

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

Este equilíbrio é encontrado nas modernidades que possuem mudanças cotidianas e que podem não ser alcançadas na mesma velocidade pelas escolas, mas também vemos uma mudança, acontecida a décadas atrás, dada a inclusão tecnológica nas escolas e que permanece até os dias atuais. “Tem-se procurado demonstrar na dinâmica das sociedades que o ritmo e o sentido propiciados pelas transformações nos elementos econômicos e políticos não são acompanhados por transformações compatíveis nos elementos culturais.” (p. 51)

Quadro 20: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Inovar

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P6	É preciso compreender as diferenças e inovar as práticas, reformulando o fazer pedagógico.	Terceira dimensão: o que é inovado.
P9	Inovar as metodologias de ensino de acordo com a BNCC e currículo base de SC de todos os professores até 2021.	Aqui partimos da inovação nas metodologias e práticas pedagógicas. Como anteriormente citado, a inovação estaria na apresentação destas novas metodologias durante reuniões coletivas, agora, situa-se a inovação na prática individual, porém que pode ser construída coletivamente.
P10	É um ser transformador, construtor do conhecimento, dotado de uma consciência social, idealista, com princípios de honestidade, justiça, criatividade, perseverança, humildade, humanidade, autenticidade, com consciência de sua	Primeira dimensão: quem inova Destaque para a contribuição de Saviani (1989): “Inovar será utilizar outras formas. Portanto novo é o outro. Quer dizer, inovação educacional traduz-se

	identidade e com a capacidade de liderar, innovar e transformar.	pelo uso de outros meios (os “media”) que se acrescentam aos meios convencionais.” (p. 26) Esta fala nos mostra que apesar das individualidades postas na coluna ao lado, retiradas do plano de gestão, a educação é inovada inclusive em suas finalidades, em busca da eficácia.
P15	E para tanto precisa construir seu Projeto Político Pedagógico, não como uma ação momentânea ou uma exigência legal, mas como um processo contínuo, flexível, mutável, aberto a mudanças ou alterações a partir da realidade e da necessidade que a escola sente de innovar sua técnica pedagógica, na ação coletiva do trabalho cotidiano.	Primeira dimensão: quem inova. A escola inova sua técnica pedagógica; quem é esta escola? Segundo Wanderley (1989) “É normal individualizar-se ou grupalizar-se a autoria da inovação social” (p. 42) Para Hernández et. al (2000) Um processo de inovação é muito mais complexo e parece cada vez mais claro que, se não tem conexão com as construções conceituais e o modo de atuar dos professores, se não conta com a aceitação necessária e as decisões práticas adequadas, seus objetivos acabam por se diluir e perder seu sentido.

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

Segundo Hernández et. al (2000):

[...] nas escolas, sob a dominação de inovação, incluem-se não só mudanças curriculares, mas também a introdução de novos processos de ensino e aprendizagem, de produtos, materiais, ideias e, inclusive, pessoas. Isto gera a necessidade de uma definição que destaque também o processo e a intenção da inovação. (p. 29)

E sobre a intenção, é fundamental que os sujeitos envolvidos sejam o alvo *primer* desta mudança.

Ora, para essa pedagogia, que compreende a complexidade do mundo e a pluralidade humana, jamais o estudante será objeto de qualquer ação ou inovação, pois não é um ser passivo à espera de modelagem, é um ser em relação. Temos, então, como responder a questão que nos guiou e afirmar convictos que o estudante [...] é sujeito da inovação, na medida em que nos obriga, a nós, professores e pesquisadores, a buscar ações que dialoguem com suas ansiedades, suas possibilidades, suas inquietações, todas sempre muito plurais, mas também todas humanamente partilhadas. Nessa acepção, inovação não tem relação com as intenções do mercado, mas o compromisso com um passado que não quer se repetir, ou melhor, que quer se repetir como diferença, para lembrar de Deleuze (1988). (p. 107)

Quadro 21: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Reforma/ Reformulando

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação	Dimensão de análise de Wanderley (1989)
P6	Reforma: todas as palavras estão no âmbito de dimensão física. É preciso compreender as diferenças e inovar as práticas, reformulando o fazer pedagógico.	Terceira dimensão: o que é inovado. Aqui temos a reforma em grande escala, aquela que pode ser vista por todos, é física e promove mudanças no dia a dia de todos os que ali se estabelecem, porém a inovação virá daquilo que já está posto e então reorganiza-se uma nova “roupagem”. Dito isso, a inovação será posterior, em relação às transformações e reformas colocadas. Hernández et al. (2000) conceitua que a reforma busca modificar estruturas, marcos e eixos principais, enquanto a inovação é o ato que responde às reformas. é o sujeito, que em sua subjetividade, inova, altera-se para se adaptar ao que foi modificado no contexto macro. Enquanto que para Wanderley (1989) a inovação é considerada, pode ser, uma inovação estrutural.

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão e fundamentação por Wanderley (1989) (2024)

Quadro 22: Categorização, fundamentação teórica e discussão da palavra Clientela

PG	Contexto em que a palavra está situada; citação
P2	A clientela da Unidade Escolar é composta por 211 famílias com 241 alunos que na sua maioria tem fonte de renda concentrada na agricultura de pequeno porte aproximadamente 60%, comércio e indústria 28%, aposentados 7% e empregados do setor público 5%. 8,2% dos alunos são beneficiários da bolsa família.
P4	A clientela atendida é 70,31 % oriunda da cidade e 29,69% do interior do município, de classe média baixa.
P7	A Escola atende uma clientela de 06 a 15 anos do 1o ao 9o ano nos turnos matutino e vespertino totalizando 185 matrículas.
P8	A clientela é formada por alunos que residem no interior e sede do município e são, na maioria, de médio e baixo poder econômico.
P10	Nossa clientela é formada por filhos de agricultores, funcionários de agroindústrias,

	funcionários públicos municipais e estaduais e pequenos comerciantes, com renda familiar muito inferior a um salário mínimo per capita, cuja escolaridade se culmina no Ensino Fundamental, que almejam da escola a formação de seus filhos, tanto na formação e construção do conhecimento quanto na formação de cidadãos participativos da sociedade.
P12	No início do ano letivo 90% dos alunos responderam um questionário sobre o diagnóstico socioeconômico da clientela da Escola [...] para a atualização do Projeto Político Pedagógico. Sobre a dimensão física: O espaço físico atende a demanda da clientela escolar nas repartições básicas, ressalta-se aqui a falta de um ginásio esportivo ou quadra coberta própria da unidade escolar, sendo uma deficiência e também um auditório para assembleias e eventos.

Fonte: quadro elaborado pela autora com base nos dados extraídos dos Planos de Gestão (2024)

A palavra clientela, apesar de não ser uma palavra orbitante em relação à inovação ou derivados, é uma palavra que se destaca dentro dos planos de gestão, principalmente críticos e educadores que pesquisam a educação e os desenrolares da mercantilização educacional. Trago ela pois, além de um sentido onde aproxima a escola do ramo empresarial, também relaciona a comunidade escolar como clientes de um serviço oferecido. O âmbito de direito constitucional, do direito à educação é deixado de lado. Os autores citam que:

A reforma da educação fundamenta-se nos relatórios e diagnósticos do Banco Mundial, do Fundo Monetário Internacional (FMI) e da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e assenta-se em um discurso que vincula a necessidade de adequação dos países às transformações ocorridas nos setores produtivos e de serviço. Nesse contexto, a nova educação tem buscado a construção de um novo sujeito social, um novo tipo de trabalhador, que deverá ser multifuncional, polivalente, flexível e capaz de agir diante das diversas situações no âmbito do trabalho. (Previtali; Fagiani, 2014, p. 763)

Com isso, a escola aproxima-se cada vez mais de uma empresa e seus processos burocráticos. O papel do professor como trabalhador, está muito mais próximo de um executor de tarefas que precisa acompanhar o que especialistas em educação definem, muitas vezes advindos de contratações de serviços privados que irão orientar a gestão da escola.

A nova educação, bem como os novos processos pedagógicos, está orientada pelos conceitos de multifuncionalidade, flexibilidade e empregabilidade. Como alerta Noronha (2008), os novos tipos de educação e de processos pedagógicos não estão desvinculados das mudanças no processo de formação de professores e no próprio trabalho docente. Assim, ao mesmo tempo que uma nova pedagogia do trabalho é implementada, a formação e o trabalho docente vão sendo reestruturados, submetidos às novas formas de controle. (Previtali; Fagiani, 2014, p. 764)

Seguindo a linha dos autores, a acumulação, reformas educacionais implementadas pela governabilidade neoliberal e que cada vez mais irá “[...] produzir conhecimento para a produção de bens e serviços, devendo ser, ao mesmo tempo, criativa e adaptativa de modo a não questionar os processos socioideológicos do capital.” (Previtali; Fagiani, 2014, p 766). Outra ferramenta que coloca as escolas como empresas ou locais suscetíveis a ela, caracterizando a mercantilização, é a indústria de livros didáticos. Segundo Silva (1996):

De um lado, é central, na reestruturação buscada pelos ideólogos neoliberais, atrelar a educação institucionalizada aos objetivos estreitos de preparação para o local de trabalho. No léxico liberal, trata-se de fazer com que as escolas preparem melhor seus alunos para a competitividade do mercado nacional e internacional. De outro, é importante também utilizar a educação como veículo de transmissão das ideias que proclamam as excelências do livre mercado e da livre iniciativa.

A escola ocupa este espaço que abrange o contexto brasileiro, esta vastidão a torna um local de disputas, de maneira que as técnicas de regulação ou controle social atinjam um grande número de sujeitos. Assim, o conceito de capital é generalizado, o labor ocupa o espaço científico pedagógico, onde professores não são mais docentes que ensinam, e sim, trabalhadores que cumprem agendas e projetos preparados por externos:

No que tange à formação docente, Silva Júnior (2002) aponta que seu eixo central passa a ser o que e como ensinar, privilegiando as dimensões técnica e praticista do trabalho docente e proporcionando uma reprodução maciça de profissionais exclusivos para o mercado de trabalho. (Previtali; Fagiani, 2014, p. 764)

E por fim, alunos se tornam clientes, que de acordo com a hegemonia, precisam sair preparados para o trabalho, formados então, pela empresa/ escola.

Finalizando a etapa de análise de todas as palavras chave, tornando-as “válidas, pertinentes e adequadas” (Moraes, 1999, p. 7) também pode-se destacar a exaustividade, que segundo a autor, coloca o documento a ser analisado em sua totalidade, aproveitando-se todas as características e dados possíveis à luz da análise de conteúdo. O critério de homogeneidade também foi respeitado, utilizando-se em todo o caminho da análise as dimensões que Wanderley (1989) nos proporciona. Somente a partir desta homogeneidade é que ampliamos a fundamentação, respeitando epistemologicamente os textos utilizados. Seguindo, Moraes (1999) orienta que:

Garantida a exaustividade e a homogeneidade de suas categorias, o analista de conteúdo precisa assegurar ainda que cada elemento possa ser classificado em apenas uma categoria. É o critério de exclusividade ou exclusão mútua. Um mesmo dado não pode ser incluído em mais de uma categoria, ou seja, cada elemento ou unidade de conteúdo não pode fazer parte de mais de uma divisão. (p. 7)

Ao finalizar os critérios definidos por Moraes, foi construída uma nuvem de palavras, considerando as maiores, palavras que aparecem com maior frequência, assim como as palavras menores, que aparecem com menos frequência.

Imagem 3 – Nuvem de palavras- chave: Palavras com maior frequência



Fonte: Nuvem de palavras criado pela autora (2024).

Concluindo estas análises, percebemos nesta primeira imagem da nuvem de palavras que a palavra Transformar é a que mais possui frequência junto aos Planos de Gestão. Além de estar intrinsecamente ligada ao conceito de inovação tanto nas palavras dos planos quanto nas dimensões de análise, a palavra Transformação, que aparece dez vezes, parte do que é esperado pelos alunos em consequência das inovações metodológicas e pedagógicas dentro dos espaços escolares. Nos quadros de análise, estão mais aprofundados os conceitos a que se pretendem chegar, mas como Moraes (1999) salienta:

A análise de conteúdo no nível manifesto restringe-se ao que é dito, sem buscar os significados ocultos. Ao nível latente, o pesquisador procura captar sentidos implícitos. Seguidamente a análise de conteúdo parte da informação manifesta no texto para então dirigir-se à intenção que o autor quis expressar, chegando, às vezes, a captar algo de que nem o autor tinha consciência plena. (p. 09)

De maneira que, pudemos utilizar a palavra Clientela, que apareceu seis vezes, como uma das análises com maior evidência durante as observações, que inclusive nos traz outros âmbitos de análise e da mesma forma, está ligada ao que já embasamos durante a escrita.

O conceito de inovação e suas variáveis também possuem notória repetição, sendo repetidas por onze vezes durante os planos de gestão. Sudbrack (2020) nos mostra que este

espaço de disputa possui a característica das simbologias, e em “[...] em um movimento de regulação supranacional, induzem políticas educativas [todos querem/ precisam inovar] [grifo nosso], padronizando decisões em escala global, em um engenho de contaminação pelo pensamento único.”(p. 48)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero esclarecer e reiterar que o objetivo desta pesquisa parte da busca de ações inovadoras dentro dos planos e como os gestores procuram alcançar tal, porém encontramos mais do que isso, desvela-se a necessidade de uma mudança social em vários âmbitos de determinadas comunidades. Logo, ao analisar os recortes, percebemos que, além das inovações já colocadas nas escolas, dá-se ênfase para as mudanças sociais necessárias em cada realidade.

Em resposta às perguntas motivadoras desta pesquisa, foram possíveis respostas e acima disso, o rigor científico necessário para encontrá-las.

A primeira pergunta expressa, indagava se os conceitos de inovação utilizados nas escolas têm sintonia ou guardam similaridade com os conceitos anunciados nas políticas educacionais? E sim, pois toda a documentação criada dentro da escola precisa seguir as diretrizes nacionais dispostas nos documentos federais e estaduais. A seção 3.1 nos traz este esclarecimento, de que maneira geral, temos os documentos nacionais dirigidos por agendas internacionais, que orientam metas e discutem as propostas para a qualidade na educação brasileira, de maneira que os demais documentos que as seguem, terão como ponto de partida estas propostas.

A segunda questão que orienta esta discussão indaga se os conceitos de inovação são favoráveis ao acesso democrático à educação? Aqui, percebe-se que em determinados documentos há um esforço da gestão em reorganizar de maneira inovadora as metodologias dos docentes, porém na maioria dos documentos a inovação está apoiada e aproximada nos discursos de mercadorização do ensino, este que por sua vez é esclarecido durante toda a trajetória desta pesquisa, desta forma, o discurso neoliberal retira dos estudantes o acesso democrático pois não se há mais uma organização de ensino, e sim, uma cadeia de produção, que retira o direito à educação, mercantiliza os meios daquele ensino chegar aos estudantes, considerando-os clientes deste “serviço” e retira o papel de docência dos professores. Estas respostas estão melhor esclarecidas nas análises de conteúdo dos planos de gestão.

A terceira pergunta questiona qual ou quais conceitos de inovação estão empregues em seu conteúdo? Durante a leitura dos planos, percebe-se a inovação e suas palavras orbitantes, junto a um conceito individual de mudança, preza pelo sujeito como principal autor das alterações sociais ao seu redor, ignorando que ele, na maioria das vezes, apenas responde a este cenário com a inovação, isto, devido às reformas que ocorrem ao seu redor. É necessário que a comunidade escolar

reconheça este papel secundário, apenas responsivo, para que repense a inovação como uma primeira etapa, que seja inaugurada pelo sujeito.

A quarta e última questão orientadora, pergunta quais os conceitos tidos como inovadores possuem quais aproximações com o discurso neoliberal? Em sua maioria, os conceitos neoliberais estão subentendidos nos termos analisados, foram necessárias leituras aprofundadas para compreender que as camadas mercantis que já estão inseridas dentro do setor educacional acabam passando despercebidas, ou quando notadas, já causaram danos, implicando na qualidade educacional. Urge a necessidade desse olhar aprofundado sobre os enredamentos que os discursos neoliberais estão incorporando sobre as proposições nos planos de gestão.

Por fim, é possível afirmar que o protagonismo dos gestores e gestoras autores e gerenciadores destes documentos, em algumas leituras o plano (documento), que é uma ferramenta, é colocado de maneira personificada, como um agente daquelas ações, porém é significativo que seus executores tenham papel principal nesta discussão, professores e gestores, os verdadeiros originadores de toda a mudança que propõem, lutam e colocam em ação. Porém esta discussão ficará para uma próxima oportunidade. Conclui-se que em determinados planos não há inovações destacadas ou que sejam o propósito dos gestores nos documentos, porém há proposições nos discursos, de maneira que a análise de conteúdo parte de um documento proponente. Ali percebe-se uma construção social que está no ideal dos proponentes, há a utilização das palavras orbitantes como uma intenção de mudança. Os motes apresentados pelos futuros gestores são de uma **transformação** na sua escola, na comunidade escolar, nas suas metodologias, todos em busca de **qualidade**. Ao ler e reler os planos de gestão, percebe-se que a inovação ainda é tida como um movimento tímido em relação aos sujeitos que agem ou que serão o âmago daquela mudança. E sim, os planos prezam muito pela mudança do que se tem atualmente em suas escolas. Estas mudanças estão alinhadas tanto no que diz respeito às questões pedagógicas, financeiras e estruturais, quanto aos sujeitos de toda a comunidade escolar.

Os gestores detêm para si parte deste protagonismo, porém em muitos trechos percebemos que as mudanças/ transformações/ inovações também deverão partir do restante da comunidade (pais, alunos e professores).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. MORALES P. P. **Considerações sobre o termo Inovação e seu uso na educação.** Religare 10 (2), 98-108, setembro de 2013.

AMOSC NO ESTADO DE SANTA CATARINA. Disponível em: [https://sistemas.amosc.org.br/sapweb/application/mapas/view/arq/0%20-%20\[_1661366683\].pdf](https://sistemas.amosc.org.br/sapweb/application/mapas/view/arq/0%20-%20[_1661366683].pdf)
Acesso em: 31 out. de 2023

APPLE, Michael W. O que os pós- modernistas esquecem: capital cultural e conhecimento oficial. In: GENTILI, Pablo A.A.; SILVA, Tomaz T. (Org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** Ed. Vozes. 4ª Edição. Petrópolis, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo.** Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: 70, 2016

BARLETA, Ilma de Andrade. PETRY, Oto João. O fomento à flexibilização na contrarreforma do ensino médio no contexto neoliberal. **Dossiê: A Escola Pública no contexto do Neoliberalismo.** Cadernos de Pesquisa, São Luís, v. 29, n. 1, jan./mar., 2022. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa>. Acesso em: 30 de mar. 2022

BRASIL. A história do PNE e os desafios da nova lei. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015, p.01-42.

BRASIL. Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. **Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/114113.htm Acesso em: 04 jul. de 2024.

BRASIL. Lei nº 14.180, de 1º de julho de 2021. **Institui a Política de Inovação Educação Conectada.** Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.180-de-1-de-julho-de-2021-329472130> Acesso em: 31 out. de 2023

BRASIL. **Lei nº 9.131 de 24 de novembro de 1995.** Cria o Conselho Nacional de Educação. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9131.htm Acesso em: 04 jul. de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, 2018.

BRASIL. **Portaria nº 267, de 21 de junho de 2023.** Estabelece as diretrizes de realização do Sistema de Avaliação da Educação Básica - Saeb no ano de 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-267-de-21-de-junho-de-2023-491971666> Acesso em: 02 jul. de 2024.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125) Disponível em: <http://www.proec.ufpr.br/download/extensao/2016/creditacao/PNE%202014-2024.pdf> Acesso em: 20 jul. de 2023.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRITO, S. H. A. de; MARINS, G. A. M. B. **Fundação Lemann e o Programa de Inovação Educação Conectada: em pauta as relações entre o público e o privado no campo das políticas educacionais**. Educar em Revista, Curitiba, v. 36, e77558, 2020

CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO. 10 anos do Plano Nacional de Educação: Análise final da execução dos artigos, metas e estratégias da Lei 13.005/2014.

Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Disponível em:

https://media.campanha.org.br/semanadeacaomundial/2024/materiais/Balanco_2024_Relatorio_Completo_Dados_desagregados_ok.pdf Acesso em: 04 de out. 2023.

CARDOSO, J. C; LÔBO D. C. O Neoliberalismo na Educação: Uma abordagem de controle ideológico permissível. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**. ISSN 2238-3565. v.12, n. 2, p. 123 – 138, outubro, 2023 – Edição Especial - Educação em foco: políticas educacionais e processos educativos escolares

CARVALHO, Celso. **O Simpósio “a educação que nos convém: o IPES e a ação político-ideológica da burguesia na década de 1960”**. EccoS – Revista Científica, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 369-385, jul./dez. 2007.

CIASC. Cartão de Pagamentos do Estado de Santa Catarina (CPESC), 2024. Disponível em: <https://www.ciasc.sc.gov.br/cpesc/> Acesso em: 01 set. de 2024.

Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/inovacao/> Acesso em: 04 de out. 2023.

DOURADO, Luiz Fernando; OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina de Almeida. **A qualidade da educação: conceitos e definições** Luiz Fernando Dourado (Coordenador) – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. 65 p.

Duarte R. G.; Silva, D. S. A reforma do novo ensino médio brasileiro e o avanço das ideias neoliberais nas políticas educacionais. Programa de Pós-Graduação em Educação Universidade do Estado do Pará. Belém-Pará-Brasil. **Revista Cocar**. V.19 N.37 / 2023. p. 1-23. ISSN: 2237-0315. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/7512/3308> Acesso em: 31 out. de 2024.

FERRETI, C. J. A inovação na perspectiva pedagógica. In: GARCIA, E. Garcia (Org.). **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989, p. 55-82.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaços e Debates**, v. 16, n. 39, p. 48-64, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5696427/mod_resource/content/1/Harvey_1989.pdf Acesso em: 08 out. de 2023.

HERNÁNDEZ, F.; et al. **Aprendendo com as inovações nas escolas**. Fernando Hernández et al. trad. Ernani Rosa- Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

Imagem do Mapa de Santa Catarina com as Regiões. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/documents/10181/147471/Direito+a+Liberdade+ao+Respeito+e+a+Dignidade/94dc6648-20b1-754b-34e4-37e48226b50d> Acesso em: 20 nov. de 2023

INEP. **Planilhas do Ideb: Taxa de Aprovação, notas do Saeb, Ideb e projeções**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb/resultados> Acesso em: 02 jul. 2024

JORNAL A VERDADE. **Neoliberalismo: o individualismo como modelo econômico e social**. 2020. Disponível em: <https://averdade.org.br/2020/10/neoliberalismo-o-individualismo-como-modelo-economico-e-social/> Acesso em: 31 out. de 2024.

JORNAL DA USP. **Setor agrícola utiliza metade da água consumida no Brasil**. Por Rose Tallamone e Ferraz Júnior. Campus Ribeirão Preto, Jornal da USP. 1º ed. Disponível em: <https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/setor-agricola-utiliza-metade-da-agua-consumida-no-brasil/> Acesso em: 31 out. de 2024.

Ministério da Educação. INEP. **Nota Informativa do IDEB 2021**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portaal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf Acesso em 02 de jul. 2024.

MANZANILLA- GRANADOS; NAVARRETE- CAZALES; LÓPEZ-HERNÁNDEZ. **Políticas Educativas para la Innovación, Inclusión Y Tic en Bolivia, Paraguay y Uruguay**. Instituto Politécnico Nacional/ Universidad Nacional Autónoma de México – Facultad de Filosofía y Letras – Ciudad de México, México. Educ. Soc., Campinas, v. 44, e261474, 2023

MARANGONI, Aline S.S. PETRY, Oto J. A análise de conteúdo como ferramenta metodológica no desenvolvimento de pesquisa em educação: “Planos de Gestão Escolar: nova estratégia de governança das escolas públicas estaduais de Santa Catarina.” In: PETRY, Oto J. BARLETA, Ilma A. SCHERMA, Camilla C. **Abordagens teórico- metodológicas de pesquisa em educação: trilhando caminhos**. Oto João Petry, Ilma de Andrade Barleta, Camila Caracelli Scherma (Orgs.)- Curitiba: CRV: 2020. 316 p.

MARQUES, Valesca M. **As associações de municípios e a regionalização do Estado de Santa Catarina**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia

e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/85295> Acesso em: 17 dez/ de 2024.

MICHALIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/inova%C3%A7%C3%A3o> Acesso em: 13 dez/ de 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Programa Ensino Médio Inovador Documento Orientador. Elaboração de Propostas de Redesenho Curricular**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Coordenação Geral De Ensino Médio. 2016/2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2017-pdf/58611-doc-orientador-elaboracao-de-propostas-de-redesenho-curricular-prc-pdf/file> Acesso em: 14 nov. de 2023.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORAES, Roque. Aprendendo a participar de conversas: as aprendizagens em contextos acadêmicos numa perspectiva sociocultural. In: PETRY, Oto J. BARLETA, Ilma A. SCHERMA, Camilla C. **Abordagens teórico- metodológicas de pesquisa em educação: trilhando caminhos**. Oto João Petry, Ilma de Andrade Barleta, Camila Caracelli Scherma (Orgs.)- Curitiba: CRV: 2020. 316 p.

MOROSINI, Marília Costa. **Estado de conhecimento e questões do campo científico**. Educação, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 101–116, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/15822/pdf> Acesso em: 14 nov. de 2023.

PACHECO, Neiva Maria da Rosa. **Gestão democrática e a relação escola- comunidade: um estudo sobre a experiência do Morro da Cruz, Florianópolis, SC**. 2007. 220 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2007.

PARREIRA, V. A. D.; PEREIRA, M. S. Neoliberalismo e organização da educação básica brasileira. **Rev. psicol. polít.** São Paulo, v. 23, n. 58, p. 502-518, 2023. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2023000300502&lng=pt&nrm=iso Acesso em: 3 out. 2024. Epub 08-Jul-2024

PARO, Vitor Henrique. **A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 36, n. 3, p. 763-778, set./dez. 2010. ISSN 1517-9702.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão da escola pública: a participação da comunidade**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v. 73, n. 174, p. 255-290, maio/ago. 1992.

PETRY, Oto J. BARLETA, Ilma A. SCHERMA, Camilla C. **Abordagens teórico- metodológicas de pesquisa em educação: trilhando caminhos**. Oto João Petry, Ilma de Andrade Barleta, Camila Caracelli Scherma (Orgs.)- Curitiba: CRV: 2020. 316 p.

PALÚ, J.; PETRY, O. J. Neoliberalismo, globalização e neoconservadorismo: cenários e

ofensivas contra a Educação Básica pública brasileira. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 15, p. 1–21, 2020. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.15.15317.063. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/15317>. Acesso em: 30 out. de 2023.

Planos de Gestão propostos para escolas estaduais de SC já estão disponíveis para consulta. Secretaria de Estado da Educação. Dez/2023. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/planos-de-gestao-propostos-para-escolas-estaduais-de-sc-ja-estao-disponiveis-para-consulta/> Acesso em: 04 jul. de 2024.

PREVITALI, F. S. FAGIANI, C. C. **Organização e controle do trabalho no capitalismo contemporâneo: a relevância de Braverman.** Cad. EBAPE.BR, v. 12, nº 4, artigo 1, Rio de Janeiro, Out./Dez. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1679-395115088> Acesso em: 27 ago. de 2024

ROSSI, E. R. **Inovações educacionais no tempo presente e rupturas no paradigma moderno: uma análise das pesquisas educacionais da universidade de Genebra.** Educar em Revista, Curitiba, v. 37, e78885, 2021

SANTOS, Sebastião Luiz Oliveira dos. **As políticas educacionais e a reforma do estado no Brasil.** 2010, 122p. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Federal Fluminense, Niterói/RJ. Disponível em: <https://dcp.uff.br/wp-content/uploads/sites/327/2020/10/Dissertacao-de-2010-Sebastiao-Luiz-Oliveira-dos-Santos.pdf> Acesso em: 30 out. de 2023.

SAVIANI, Dermeval. A filosofia da educação e o problema da inovação em educação. In: GARCIA, E. Garcia (Org.). **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989.

SAVIANI, Demerval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira.** Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto 20 anos do Histedbr”. Campinas, 25 de agosto de 2005. Disponível em: https://histedbrantigo.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Dermeval_Saviani_artigo.pdf Acesso em: 30 out. de 2023

SAVIANI, Demerval. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas-** Campinas, SP; Autores Associados, 2014. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo)

Cartão de Pagamento CPESC. Secretaria de Estado de Educação. 2024. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/cartao-pagamento-cpesc/> Acesso em: 01 set. de 2024.

SILVA, Renato Moreira. ALBUQUERQUE, Severino Vilar. **Gestão escolar da educação básica** [e-Book]. / Renato Moreira Silva,. – São Luís: UEMA; UEMAnet, 2021. 77 p.

SILVA, Roberto R. D. **Por uma agenda curricular democrática com foco na inovação**

educativa para o Brasil. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, RS, Brasil. Educação em Revista. Belo Horizonte. v.37. E25641/ 2021.

SILVA, Tomas T. da. A Nova direita e as transformações na pedagogia da política e na política da pedagogia. In: GENTILI, Pablo A.A.; SILVA, Tomaz T. (Org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação.** Ed. Vozes. 4ª Edição. Petrópolis, 1996.

SOUZA, Luani L.; TEIXEIRA, Lisney C. T; CARMINATI, Celso J. **Um computador por aluno: um dos ícones da modernização da escola brasileira na segunda década do século XXI.** Educação em Revista. Belo Horizonte. v. 31. nº 03. p. 379- 404. Julho- setembro 2015.

BARÃO et al. **A educação para todos e a política pública de educação integral no Brasil: estreitando as relações de dependência.** In: SPIGOLON, NIMA I et al. Educação integral: movimentos, lutas e resistências. Spigolon, Nima I et al (Orgs.) Uberlândia. Navegando publicações. 2019. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-educacao-integral> Acesso em: 29 out. de 2024.

SUDBRACK, E. M. A pesquisa em Educação: um campo em construção. In. PETRY, Oto J. BARLETA, Ilma A. SCHERMA, Camilla C. **Abordagens teórico- metodológicas de pesquisa em educação: trilhando caminhos.** Oto João Petry, Ilma de Andrade Barleta, Camila Caracelli Scherma (Orgs.)- Curitiba: CRV: 2020. 316 p.

THURLER, Monica Gather. **Inovar no interior da escola.** Trad. Jeni Wolff- Porto Alegre: Artmed, 2001.

TJSC. **Direito à liberdade, ao respeito e à dignidade.** 2023. Disponível em: <https://www.tjsc.jus.br/documents/10181/147471/Direito+a+Liberdade+ao+Respeito+e+a+Dignidade/94dc6648-20b1-754b-34e4-37e48226b50d> Acesso em: 20 jul. de 2023.

WANDERLEY, W. Luiz Eduardo. Parâmetros Sociológicos da Inovação. In: GARCIA, E. Garcia (Org.). **Inovação educacional no Brasil: problemas e perspectivas.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1989, p. 30- 54.

WIKIPÉDIA. **Cúpula Das Américas.** Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/C%C3%BApula_das_Am%C3%A9ricas Acesso em: 20 jul. de 2023.